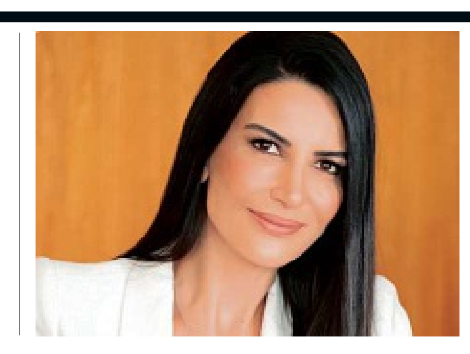
INÊS 249

Transportes
Em dez anos, malha de metrôs e trens urbanos no Brasil cresceu só 15%, diz Joubert Flores B3



China
Espiral de deflação mostra sinais de aprofundamento e ameaça crescimento do país A14



Mineração
Anglo American inicia a venda de ativos de níquel no Brasil, diz a CEO no país, Ana Sanches B5

Terça-feira, 10 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6084 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Empresas perdem lucro e margem após governos elevarem impostos

Tributação Os balanços de 39 companhias mais afetadas pelas alterações mostram que o ganho fiscal do 1º semestre de 2023 virou despesa com tributos neste ano

Adriana Mattos e Nelson Niero
De São Paulo

A elevação de impostos para que governos estaduais e federal reduzam rombos fiscais tem impactado os resultados das empresas. Segundo demonstrações financeiras do 1º semestre, houve, principalmente, impacto do início da cobrança de impostos e contribuições sobre incentivos recebidos por investimentos feitos no país, as chamadas subvenções para investimento. Levantamento nos balanços de 39 empresas mais afetadas pela alteração mostra uma virada: o que era ganho fiscal em um ano, no seguinte virou despesa com impostos.

As 39 empresas somaram cerca de R$ 4,1 bilhões pagos em Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no 1º semestre de 2024, frente a crédito fiscal, no mesmo período do ano anterior, de R$ 1,1 bilhão. Como o sinal se inverteu, o ganho que, de janeiro a junho de 2023, equivalia a 0,4% da receita líquida somada das companhias, no mesmo período deste ano virou débito que representou 1,34% da receita.

Entre os negócios mais afetados estão empresas de alimentos, bebidas, medicamentos, transportes e diversos segmentos do comércio, que se beneficiavam, de alguma forma, de incentivos sobre investimentos nos últimos anos. Muitas perderam fôlego e reduziram margens com as mudanças nas regras, que incluem novas alíquotas de ICMS nos Estados e Distrito Federal e nova dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), o que restringe a base de cálculo e limita eventuais ganhos fiscais.

Houve alta de até 20% no percentual anteriormente cobrado de ICMS. Neste caso, ocorreu repasse direto para os preços, já refletido num aumento da inflação medida internamente pelo comércio varejista. As empresas mais impactadas incluem líderes de mercado como Ambev, M. Dias Branco, Assaí, Mateus, Raia Drogasil, Randoncorp e Marcopolo. Boa parte recorreu à Justiça, com pedido de liminar, e aguarda julgamento.

"O governo quer equilíbrio fiscal apenas aumentando carga tributária, sem cortar despesas. A questão é que, ao tributar benefícios fiscais para investimento, ele se esquece que investimento é feito dentro de uma expectativa de retorno futuro. E isso piora muito nesse ambiente", diz Pablo Cesário, da Associação Brasileira das Companhias Abertas. **Página B1**

Prejuízo do agro com incêndios supera R$ 2 bi

De São Paulo e Brasília

O secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Piai, afirmou que mais de 8 mil propriedades foram atingidas por incêndios em 318 municípios. Segundo ele, os prejuízos para o agronegócio superam R$ 2 bilhões. Ao **Valor**, Piai disse que pediu ao Ministério da Agricultura linha de crédito de R$ 500 milhões para apoiar produtores rurais afetados. O pleito seria por uma linha similar à disponibilizada a produtores do Rio Grande do Sul atingidos pelas enchentes. Ontem, a capital paulista chegou a ter a pior qualidade de ar do mundo, segundo o site suíço IQAir. O problema afeta várias partes do país. Nos nove dias de setembro, por exemplo, Goiás teve alta de 868% no número de focos de incêndio, em relação ao mesmo período de 2023. *(Com agências)*. **Páginas A2 e B8**

Macaé Evaristo assumirá pasta de Direitos Humanos

Fabio Murakawa, Renan Truffi e Andrea Jubé
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu a deputada estadual Macaé Evaristo (PT-MG) para o comando do Ministério dos Direitos Humanos. Ela substituirá Silvio Almeida, demitido após denúncias de assédio sexual, em que uma das vítimas é a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. O anúncio é uma vitória do PT de Minas Gerais. Isso porque o partido buscava mais espaço na Esplanada dos Ministérios. Em seu primeiro pronunciamento à imprensa, a nova ministra também comentou as acusações contra Almeida. Ela defendeu a privacidade das vítimas e o direito à defesa. Graduada em serviço social, é mestre e doutoranda em educação. **Página A11**



HENRIQUE CHENDES/ALMG

Nova ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo foi secretária de Educação Continuada e Alfabetização no governo Dilma

Até maio, gasto com seguro-desemprego aumenta 18%

Marsílea Gombata
De São Paulo

De janeiro a maio, o gasto com seguro-desemprego somou R$ 18,4 bilhões, 18% maior que em igual período de 2023 (nominais). Com a alta nas requisições do benefício, destinado aos trabalhadores demitidos sem justa causa, o total pago tem escalado e não deve arrefecer no médio prazo. Em 12 meses, as solicitações passaram de 6,98 milhões em julho de 2023 para 7,35 milhões um ano depois. Em julho de 2022, foram 6,46 milhões, conforme levantamento da LCA Consultores. Em países como os EUA, o número de solicitações de seguros-desemprego cresce durante períodos de crise e recessão, mas no Brasil os pedidos aumentam em períodos de maior criação de vagas, em razão da grande rotatividade da mão de obra. **Página A4**

Destaques

DOJ acusa Google de monopólio
O Departamento de Justiça dos Estados Unidos acusou o Google de monopólio no mercado de anúncios on-line. A acusação consta do mais recente julgamento antitruste contra a "big tech", que teve início no tribunal federal da Virginia. **B7**

Varejista TVZ encerra operação
A rede de moda feminina TVZ, com mais de 30 anos no mercado, está encerrando a operação. O fundador, Michel Zolko, atribui o fim das atividades aos custos elevados das lojas em shoppings, que eram o principal canal da TVZ. **B4**

Indicadores

Ibovespa	9/set/24	0,12 % R$ 16,1 bi
Selic (meta)	9/set/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	9/set/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	9/set/24	5,6091/5,6097
Dólar comercial (mercado)	9/set/24	5,5810/5,5816
Dólar turismo (mercado)	9/set/24	5,6263/5,8063
Euro comercial (BC)	9/set/24	6,1930/6,1942
Euro comercial (mercado)	9/set/24	6,1595/6,1601
Euro turismo (mercado)	9/set/24	6,2470/6,4270



Debate é decisivo para campanha de Kamala

Gideon Rachman
Financial Times

A democrata Kamala Harris precisará fazer muito mais do que ter desempenho adequado em seu 1º debate presidencial, hoje, com o republicano Donald Trump. A última grande pesquisa feita antes do encontro sugere que Trump tem um ponto percentual de vantagem. Outros levantamentos tendem a sugerir que a vice-presidente está com pequena vantagem no voto popular — com os Estados decisivos em situação de empate técnico. Mas dado o viés desfavorável aos democratas no sistema do colégio eleitoral, Kamala precisará estar bem à frente no voto popular para garantir a vitória. E nenhuma pesquisa sugere que ela já tenha alcançado essa liderança. **Página A15**

Ligar térmicas pode resolver a crise atual, mas piora o futuro
Edvaldo Santana A17

Assets



GABRIEL REIS/VALOR

Avaliação da Luz Soluções Financeiras com 40 das principais gestoras mostra que o risco dos fundos é o ponto mais preocupante, o que deu à categoria nota média de 3,5, numa escala até 5. Muitas vezes a decisão é tomada "em cima da rentabilidade, o risco vem a posteriori", diz Suelem Salgo. Página C6

Gestoras mais pessimistas com ativos locais

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

A percepção do mercado sobre os riscos domésticos voltou a piorar nas últimas semanas, fazendo com que importantes gestoras ampliassem as apostas pessimistas contra os ativos brasileiros. Com renovadas preocupações em relação à questão fiscal, expectativas de inflação desancoradas e a perspectiva de uma iminente retomada de um ciclo de elevação da Selic, investidores têm ampliado as posições que lucram com a valorização do dólar, a queda da bolsa e a alta dos juros futuros. Em sua carta mensal, a Verde Asset informou que encerrou boa parte de sua posição em ações locais, o que levou a exposição da carteira à bolsa ao menor nível desde 2016. **Página C1**

Por onde ando, vejo um monte de inovações para pior
Nizan Guanaes B2

INÊS 249

Por que o sr. D agradece a Tombini, Ilan e Campos Neto



Pedro Cafardo

Este texto é sobre uma história simples, mas que sugere reflexão, contada pelo senhor D. Ele começa com um agradecimento aos três presidentes do Banco Central dos últimos dez anos: Alexandre Tombini, Ilan Goldfajn e Roberto Campos Neto, respectivamente nomeados por Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No início, a narração dele parece irônica, própria de um crítico da política de juros altos do BC. Mas em seguida ele faz um relato detalhado de seus ganhos financeiros em dez anos. Fica uma dúvida sobre a ironia.

O senhor D conta que em 2014, aos 55 anos, decidiu antecipar sua aposentadoria como empregado celetista para abrir um negócio, uma pequena metalúrgica de precisão, sua área de especialização. Ficou animado com a expectativa de criar a empresa com o dinheiro que receberia de Fundo de Garantia, férias atrasadas e outras indenizações. Mas surpreendeu-se ao ver que, feitas as contas, acabou com uma bolada de R$ 3 milhões, incluindo aí poupança que já tinha no banco e indenização da mulher, a senhora D, que também optou pela aposentadoria antecipada.

Após aplicar os R$ 3 milhões em um fundo de renda fixa — ele não aceitou a sugestão do gerente de diversificar a aplicação —, D decidiu tirar algumas semanas de descanso com a mulher antes de começar a cuidar de burocracias para abrir a empresa, alugar galpão e comprar ferramentas e máquinas, além de buscar a contratação de cinco ou seis empregados para iniciar a operação.

Dois meses se passaram e D observou que o saldo do fundo de renda fixa havia aumentado para R$ 3,06 milhões, ou seja, havia ganho R$ 60 mil em dois meses sem mexer uma palha. "Bateu uma preguiça de abrir a metalúrgica", escreveu D, que foi adiando os planos de se tornar um pequeno empresário. Dois anos depois, no fim de 2017, o saldo da aplicação havia subido para quase R$ 4 milhões, na verdade exatos R$ 3,84 milhões, embora ele tenha feito resgates de uns R$ 230 mil ao longo dos dois anos para complementar as aposentadorias dele e da mulher.

À preguiça juntou-se a "gula", e D decidiu tentar viver de renda. Ficou assustado durante a pandemia, quando os juros nominais caíram para 2% ao ano, e os reais ficaram negativos, mas considera que até hoje está dando certo. Por isso, D e a mulher agradecem aos três presidentes do Banco Central desses dez anos, que mantiveram os juros elevados. No mês passado, o saldo do fundo estava em R$ 6,19 milhões, mesmo com D fazendo resgates mensais que variaram de R$ 12 mil a R$ 17 mil.

Claro que, ao ter falta de coragem para abrir a metalúrgica, D perdeu a chance de se tornar um multimilionário, o que ocorreria se tivesse sucesso no empreendimento, conseguisse crédito barato e mostrasse competência para enfrentar a concorrência de peças importadas. Mas ele está feliz. Preferiu a segurança de viver de renda e ter uma trajetória mais simples de pequeno milionário em vez de assumir riscos para tentar ser grande. Não abriu a empresa e não criou empregos, mas teve dez anos tranquilos, vivendo de renda. E o país deixou de ganhar uma indústria, ainda que pequena.

O caso do senhor e da senhora D ajuda a entender um dos efeitos dos altos juros reais no país nos últimos 20 anos: para quem tem capital, mesmo pequeno, foi mais fácil e seguro viver de renda do que tentar empreender. Desde 2003, as taxas fixadas pelo Banco Central sempre superaram a inflação, com uma única exceção, em 2020, por causa da pandemia da covid-19 (*ver gráfico*).

No período citado por D, de 2015 até agora, a inflação acumulada atingiu 70,6%. O saldo do fundo de renda fixa escolhido por ele, mesmo não sendo um campeão de rentabilidade, cresceu 106%, embora D tenha feito resgates que somaram mais de R$ 1,4 milhão nos dez anos. Por isso, irônicos ou não, ele e a esposa são gratos a Tombini, Ilan e Campos Neto. Apreciam a atual expectativa do mercado de elevação da Selic, principalmente depois do crescimento surpreendente do PIB no segundo trimestre, e esperam que o próximo presidente do BC, Gabriel Galípolo, mantenha a política de juros reais.

PS: A narração do senhor D pode ser fictícia, mas os números são verdadeiros e qualquer semelhança com fatos reais não é mera coincidência.

Vivendo de renda

Juro real médio – em % ao ano

15, 12, 9, 6, 3, 0

13,2 · 7,46 · 5,95 · 7,52 · -0,21 · 6,51

2003 · 2007 · 2011 · 2015 · 2020 · 2024

Fonte: Valor Data

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Ambiente Governo envia grupo para atuar em área atingida na Bolívia, na fronteira com o Brasil, como forma de prevenir que focos de fogo cheguem à região do Pantanal

Polícia Federal já abriu mais de 50 inquéritos para apurar incêndios

Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) avança nas investigações sobre os incêndios que atingem diferentes partes do país e apura o cometimento de crimes ambientais e a participação de organizações criminosas nos episódios e práticas de lavagem de dinheiro. Até agora, foram abertos 52 inquéritos.

Diversos órgãos da PF estão envolvidos nas apurações, como a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente (Damaz), as Delegacias de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente (DMA) e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (Ficco), que trabalham em conjunto com as forças policiais estaduais.

A suspeita é que a ação humana intencional seja uma das principais causas das queimadas pelo país nas últimas semanas.

Nesta segunda-feira, 9, o governo decidiu enviar uma missão humanitária para ajudar no combate aos incêndios florestais que atingem a Bolívia e que ameaçam chegar à região do Pantanal.

Segundo o Ministério da Justiça, além de contribuir para combater os incêndios no lado boliviano da fronteira, a missão conjunta terá caráter preventivo, para evitar que novos focos de incêndio alcancem o território brasileiro.

Segundo o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), nas últimas 48 horas foram identificados 8.225 focos de fogo no Brasil, sendo 2.763 apenas em Mato Grosso, 305 em Goiás, 283 em Minas Gerais, 187 em Mato Grosso do Sul e 109 em São Paulo. Os incêndios na região Norte também estão intensos. Nos últimos dias, foram registrados 2.290 no Pará, 979 no Tocantins e 313 no Amazonas.

Na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (Goiás), um incêndio descontrolado já consumiu cerca de 10 mil hectares do parque nacional. O combate às chamas conta com dois aviões do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que lançam água sobre a área afetada. Até domingo, porém, o fogo ainda não havia sido controlado.

Ver também página B8

Focos de fogo no Estado de Goiás crescem 868% em setembro

Agência O Globo, de Brasília, e Folhapress, de São Paulo

Apenas nos primeiros nove dias de setembro, o Estado de Goiás registrou 1.468 focos de incêndio, número que representa um aumento de 868% em relação ao mesmo período do ano passado, quando 169 focos foram contabilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A quantidade já supera, inclusive, o total de queimadas em todo o mês de setembro de 2023, que teve 651 incêndios mapeados.

A preocupação com o fogo se intensificou tanto no Estado, que há a probabilidade de o mês de setembro registrar mais focos de incêndios que o total contabilizado durante todo o ano de 2023. No ano passado, foram 3.160 pontos de queimadas, quase metade dos focos registrados de 1º a 9 de setembro de 2024.

A equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com o Prevfogo e brigadas voluntárias, está mobilizada para combater incêndios florestais que se iniciaram na última quinta-feira (5), na região do Paralelo 14 e Simão Corrêa, abrangendo áreas protegidas como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a área de proteção ambiental estadual de Pouso Alto.

A linha de fogo que ameaçava as comunidades do Moinho e do Sertão foi controlada, mas ainda há reignições na linha. As equipes continuam a combater o incêndio, utilizando aeronaves, incluindo dois Air Tractors, para lançar água nas áreas afetadas.

Ao todo, 77 profissionais, incluindo brigadistas, analistas e apoio logístico. O incêndio florestal já queimou cerca de 10 mil hectares, sendo 7 mil dentro das áreas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

"Ainda não temos informações de como o fogo começou, mas sabemos que ele não tem causas naturais. A situação está muito alarmante porque, além do aumento dos focos de incêndio, está um clima muito quente, com pouca umidade do ar e bastante vento, o que faz com que o fogo se espalhe mais rapidamente", explica Nayara Stachesk, chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

> Em apenas nove dias de setembro, Estado já registra quase metade dos focos de todo 2023

Segundo o brigadista Ivan Anjo Diniz, desde 2021, exceto em 2023, os primeiros dias do mês, próximo ao feriado do 7 de setembro são marcados por intensas queimadas.

O dia 7 de setembro em Goiás foi marcado por uma situação que fugiu das tradicionais celebrações pela Independência no país. Em menos de 24 horas, foram registrados 42 incêndios florestais e urbanos em diferentes cidades no Estado. No município de Portelândia, distante 460 km da capital, três pessoas ficaram gravemente feridas por chamas que avançaram sobre a BRR-364. A Polícia Militar também prendeu três suspeitos de atearem fogo em três outras cidades.

Segundo o Corpo de Bombeiros, foram combatidos 1.011 incêndios florestais somente no mês passado, quase o dobro do total registrado no mesmo período do ano passado (598). Apenas na primeira semana de setembro deste ano, já foram atendidas 260 ocorrências dessa categoria.



DIVULGAÇÃO

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: focos se multiplicam em Goiás

Cenário nacional

A fumaça de incêndios florestais que afeta diferentes regiões do Brasil nas últimas semanas deve continuar a se propagar pela América do Sul. A situação fica ainda pior devido à seca que atinge o país.

Nesta época do ano, de agosto a outubro, o fogo na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado e queimadas em países vizinhos geram fumaça suficiente para cobrir uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados, segundo o Inpe .

Essa cobertura ocupa cerca de 60% do território nacional, que se estende por 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Mas segundo a pesquisadora Karla Longo, do Inpe, a área coberta por fumaça pode dobrar se forem considerados os países vizinhos e parte do oceano Atlântico.

A situação é considerada típica, mas ocorre em um momento de seca histórica no Brasil, que atinge ao menos 3.978 municípios, segundo boletim publicado pelo Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) na última terça-feira (3), e 58% do território nacional.

São Paulo inicia manhã com pior qualidade de ar do mundo

Folhapress, de São Paulo

A qualidade do ar em áreas da cidade de São Paulo e da região metropolitana começou a manhã desta segunda-feira (9) entre ruim e muito ruim em meio a mais um dia de calor, tempo seco e fumaça de incêndios. A situação fez de São Paulo a metrópole com a pior qualidade de ar no mundo por volta das 10h, de acordo com o site suíço IQAir.

A capital paulista estava pela manhã pior que as cidades de Ho Chi Minh, no Vietnã, e Lahore, no Paquistão, segunda e terceira colocadas, respectivamente. Às 19h, São Paulo estava em sexto lugar, atrás de Lahore, Dubai, Kinshasa, Nova Déli e Jacarta, em ranking de 121 cidades.

Dados da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) indicavam qualidade muito ruim, segundo pior da escala, nas estações de Carapicuíba, Itaim Paulista e Osasco. Na capital, o nível foi registrado na marginal Tietê (altura da ponte dos Remédios), no Parque Dom Pedro 2º (região central), em Perus e em Santana (ambos na zona norte).

Outras estações, como Ibirapuera, Interlagos e Santo Amaro, registravam o nível ruim.

A categoria muito ruim pode agravar sintomas de quem tem doenças pulmonares e cardiovasculares, além de causar transtornos à população em geral.

Estações em outras áreas do Estado, como Jundiaí e Ribeirão Preto, também apontavam qualidade do ar muito ruim.

Segundo a Defesa Civil estadual, 48 municípios seguiam em alerta máximo para incêndio. Quase todo o Estado, com exceção do litoral, está em emergência para risco de incêndio, nível máximo de perigo apontado pela Defesa Civil, até o sábado (14).

Ao menos até sexta-feira (13), paulistanos vão enfrentar calor e baixa umidade do ar, com temperaturas bem acima da média esperada para o mês, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição



INÊS 249

Conjuntura Solicitações do benefício continuam crescendo, e consultoria estima que programa vai custar R$ 50 bilhões em 2025

Apesar de atividade em alta, seguro-desemprego dispara

Marsílea Gombata
De São Paulo

O número de pedidos de seguro-desemprego vem crescendo nos últimos meses, apesar do vigor do mercado de trabalho brasileiro. Com a alta das requisições do benefício, elegível para trabalhadores demitidos sem justa causa, o total pago pelo governo também tem escalado com força, cenário que não deve arrefecer no médio prazo, segundo economistas.

As solicitações de seguro-desemprego passaram, no acumulado em 12 meses, de 6,98 milhões em julho de 2023 para 7,35 milhões em julho deste ano. Há dois anos, havia sido 6,46 milhões de solicitações, mostra levantamento feito pela LCA Consultores e disponibilizado ao **Valor**.

O total de segurados também cresceu nos últimos dois anos, passando de 5,76 milhões em julho de 2022 para 6,15 milhões um ano depois e 6,32 milhões em julho deste ano — dado mais recente.

O levantamento lembra que a proporção de requerentes em relação aos total de desligamentos sem justa causa nos últimos 12 meses se encontrava em 71,58% em junho — último dado disponível —, abaixo da média histórica de 76,2% e distante do pico de em 89,3%, registrado em abril de 2021, durante a pandemia de covid-19.

A principal explicação por trás dessa alta é o bom momento do mercado de trabalho, com mais admissões e demissões sem justa causa, que dão direito à solicitação do benefício por parte do funcionário demitido, afirmam economistas.

"A evolução dos pedidos no período acumulado em 12 meses mostra certo aumento, indicando um mercado de trabalho aquecido e bastante rotativo, com muitas pessoas contratadas e desligadas", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores responsável pelo levantamento.

Quem é demitido sem justa causa, lembra, tem entre sete e 120 dias para solicitar o benefício.

Como hoje a requisição pode ser feita via internet, a facilidade maior e o custo menor para pedi-lo também podem ter contribuído para essa alta. Imaizumi argumenta que cerca de 80% dos pedidos de seguro-desemprego foram feitos via internet.

Os dados mostram que, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, em que o número de solicitações de seguros-desemprego cresce em momentos de crise e recessão, no Brasil os pedidos aumentam em períodos de maior criação de vagas de trabalho.

Por isso, gera estranheza quando vemos que o número de solicitações de seguro-desemprego cresce em paralelo à alta do saldo de novas vagas de emprego, afirma Rodolfo Margato, economista da XP.

"Geralmente imagina-se o aumento do seguro-desemprego em um cenário de pior mercado de trabalho, com crescimento econômico mais fraco e mais demissões. Tanto que nos EUA esses dados são acompanhados, semanalmente, muito de perto, pois são tidos como um termômetro da atividade econômica", afirma.

Mas no Brasil, argumenta Margato, há outros elementos envolvidos. "Devido um ambiente de mercado de trabalho aquecido, como parece ser o atual, e pelo fato de termos muita rotatividade de mão de obra, verificamos esse comportamento de alta dos pedidos de seguro-desemprego aqui."

Em geral, argumenta, essas demissões [sem justa causa] ocorrem porque o trabalhador não está entregando tanto e o mercado de trabalho está aquecido.

"A empresa opta por desligá-lo e buscar outro trabalhador no mercado", afirma, ao observar que a alta de pedidos de seguro-desemprego ocorre em paralelo ao aumento das demissões voluntárias, atualmente no maior nível da série histórica.

O momento de alta atual tem semelhanças com 2014, quando a economia ia bem e o volume de pedidos de seguro-desemprego estava no auge. Em 2016, quando a crise econômica fica evidente, ocorre queda dos pedidos.

O levantamento mostra que o pico de requisições no acumulado em 12 meses ocorreu em março de 2015, quando foram pedidos 8,83 milhões de seguro-desemprego e havia 8,52 milhões de segurados, ou 79,28% requerentes em relação às demissões por justa causa. O segundo ponto mais desde 2005 ocorreu em dezembro de 2014, com 8,8 milhões de pedidos e 8,49 milhões de segurados, ou 78,83% do total de requerimentos feitos.

A relação positiva entre alta do seguro-desemprego e mercado de trabalho aquecido é explicada em parte pelo desenho do benefício, segundo Tiago Sbardelotto, também economista da XP.

"O ideal seria torná-lo um benefício anticíclico, ou seja, para atender os trabalhadores no momento que o mercado de trabalho está mais fraco", afirma.

Nesse sentido, para que as despesas não cresçam no momento em que se tem um índice de desemprego muito baixo, ele argumenta que seria preciso aumentar o incentivo para que as pessoas permanecessem no trabalho.

"Poderia se ter, por exemplo, uma proporcionalidade maior em relação ao quanto a pessoa ganha se ficar no trabalho e o quanto ela vai receber em termos de seguro-desemprego. Ou seja, se ela ficar mais tempo no trabalho, recebe uma parcela maior do seguro-desemprego ou mais meses do benefício. Isso já existe em parte, mas é preciso aprofundar esse desenho."

A alta rotatividade de mão de obra, em grande parte pela baixa numeração, afirma, acaba se tornando um desincentivo à permanência do trabalhador na própria empresa. A maior parte dos solicitantes de seguro-desemprego desde 2021 recebia no último emprego entre 0 e 1,5 salário mínimo, de acordo com o estudo da LCA.

Imaizumi diz ainda que, para o seguro-desemprego ser uma política anticíclica no Brasil, seria importante tornar os critérios de elegibilidade menos acessíveis e os valores menores em momentos de crescimento econômico e maiores nos períodos de recessão.

Os valores pagos em parcelas para segurados do benefício continuam a subir, mostra o levantamento feito pela LCA.

"Nos cinco primeiros meses de 2024, os gastos com seguro-desemprego totalizaram R$ 18,4 bilhões — valor 18% maior que o acumulado nos cinco primeiros meses do ano anterior (em termos nominais)", afirma o estudo.

A consultoria estima que os valores gastos com seguro-desemprego cheguem a R$ 45,1 bilhões em 2024 e a R$ 50 bilhões no ano que vem.

Em julho, os gastos com seguro-desemprego atingiram R$ 4,21 bilhões, 10% a mais do que no mês anterior. No acumulado em 12 meses, os gastos somaram R$ 45,24 bilhões até julho.

O mês em que mais se gastou com seguro-desemprego desde 2000, contudo, foi em dezembro de 2014: R$ 5,3 bilhões.

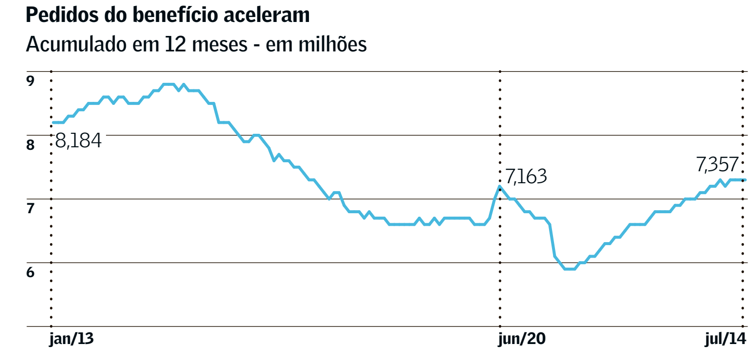


GABRIEL REIS/VALOR

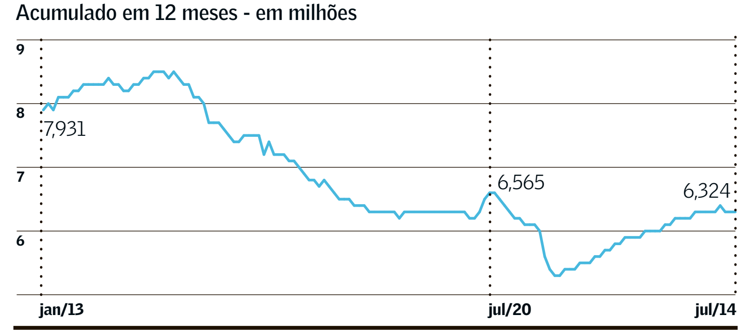
"Evolução de pedidos mostra mercado de trabalho aquecido e bastante rotativo"
Bruno Imaizumi

Seguro-desemprego em alta
Mercado aquecido ajuda a explicar crescimento

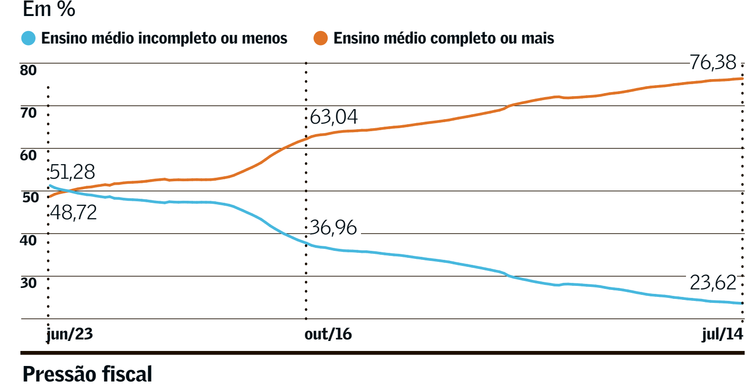
Pedidos do benefício aceleram
Acumulado em 12 meses - em milhões



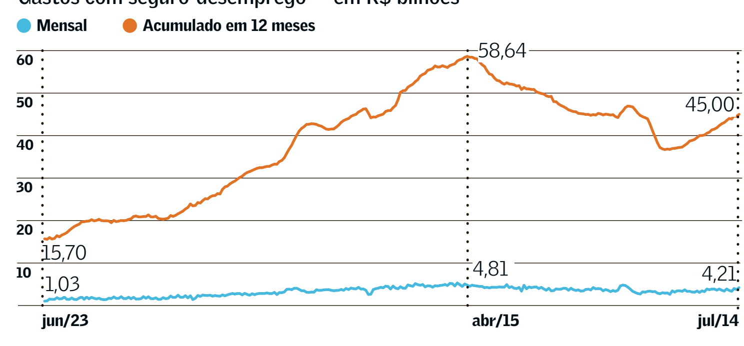
Cresce número de segurados
Acumulado em 12 meses - em milhões



Mais escolarizados são os que mais pedem
Em %



Pressão fiscal
Gastos com seguro-desemprego* - em R$ bilhões



Fonte: MTE. Elaboração: LCA Consultores. *Deflacionado a preços do último mês

Perfil dos pedidos muda em uma década

De São Paulo

Além do mercado formal aquecido, com maior rotatividade de trabalhadores, tendências demográficas também têm contribuído para o cenário de mais pedidos de seguro-desemprego, de acordo com estudo da LCA Consultores.

O levantamento mostra que hoje há maior proporção de mais velhos, mais mulheres e mais escolarizados solicitando o seguro-desemprego.

Em dezembro de 2011, trabalhadores demitidos sem justa causa com ensino médio incompleto respondiam por 51,3% do total dos pedidos, enquanto aqueles com ensino médio completo ou mais representavam 48,7%. Esse cenário se inverteu.

Em julho de 2024, os trabalhadores que não chegaram a completar o ensino médio representavam 23,6% do total requerido, enquanto aqueles que tinham ensino médio completo ou mais respondiam por 76,4%.

"Se olharmos os dados, podemos concluir que quem tem mais escolaridade está se importando menos e indo para o seguro-desemprego. Mas, olhando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, vemos efeito estatístico", diz Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo.

"O que pode estar havendo é uma mudança na composição da força de trabalho, com mais escolarizados nela. Portanto, com mais gente [mais instruída] no mercado de trabalho, haverá mais pedidos de seguro-desemprego."

Segundo os dados da Rais, em 2012 trabalhadores com ensino médio incompleto eram 36,9% do total no mercado formal, ante 63,1% com ensino médio completo ou mais. Dez anos depois, essa proporção mudou para 22% e 78%.

O estudo da LCA mostra ainda que é na faixa etária de 40 anos ou mais em que os pedidos de seguro-desemprego mais sobem. Esse grupo representa hoje 32% das solicitações, seguido pelo grupo de 30 a 39 anos, com 31,28%, o de 25 a 29 anos, com 18,9%, e o de 18 a 24 anos, com 17,62%.

"Novamente, aqui, creio que se trata mais de questões demográficas, estruturais. A população ocupada, em média, está ficando mais velha", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA responsável pelo levantamento.

O estudo mostra que o setor de serviços é o que tem maior crescimento de requerentes de seguro-desemprego, com alta de 8,2 pontos percentuais em junho deste ano, no acumulado em 12 meses, na comparação com dezembro de 2011 — início da série que analisa os pedidos entre grandes setores da economia.

Os outros setores apresentam queda, com destaque para indústria (-2,9 pontos percentuais) e construção (-2,4 pontos).

Parte disso é explicada pela participação maior de serviços na economia brasileira nos últimos anos, afirma Imaizumi.

O atual cenário de crescimento dos pedidos de seguro-desemprego deve seguir neste ano e no início de 2025, afirma Rodolfo Margato, economista da XP.

"Até o começo do ano que vem não haverá grandes mudanças nas principais tendências do mercado de trabalho. Projetamos taxa de desemprego de 7% neste ano, rendimento médio real do trabalho em trajetória de elevação e demissões voluntárias em máximas históricas", afirma Margato.

"A preocupação é ao longo de 2025, quando podemos ter elevação dos juros, o que impacta a demanda." *(MG)*

"Pode estar havendo mudança na composição da força de trabalho"
Hélio Zylbersztajn

Curtas

Novo subsecretário

O diretor de programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Gustavo Henrique Ferreira, deverá ser o novo subsecretário de Acompanhamento Econômico e Regulação. A tendência é que seja ele o substituto de Ana Patrizia Gonçalves Lira Ribeiro, que deixou o cargo nesta segunda-feira, 9. Ana Patrizia assumirá a presidência da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos. Ferreira ainda não foi nomeado por questões burocráticas. Engenheiro, ele tem especializações nas áreas de planejamento e orçamento, políticas públicas e gestão governamental nos setores de energia e mineração. No governo federal, teve passagens desde 2017 pela Presidência da República e Ministério do Planejamento. Na Secretaria de Reformas Econômicas, vinha atuando em áreas como financiamento de infraestrutura, regulação e defesa da concorrência em setores não financeiros e transição para economia de baixo carbono.

Alimentos puxam preços

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) registrou inflação de 0,05% na primeira leitura de setembro, vindo de -0,16% na leitura imediatamente anterior, a do encerramento de agosto, e acumulando alta de 3,94% nos últimos 12 meses, informou o Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Três das oito classes de despesa registraram variação maior. A maior contribuição partiu do grupo Alimentação, cuja taxa de variação passou de -1,03%, no encerramento de agosto para -0,45% nos 30 dias até a primeira semana de setembro. Nessa classe de despesa, o destaque foi de hortaliças e legumes, cujo preço variou -15,90%, ante -17,25% na edição anterior. Também registraram acréscimo em suas taxas de variação os grupos: Educação, Leitura e Recreação (-0,60% para 0,48%) e Habitação (-0,40% para -0,02%). Nessas classes os destaques foram passagem aérea (-3,46% para 2,54%) e tarifa de eletricidade residencial (-2,09% para -0,14%).

Vibra vai fortalecer sua revenda e mira na expansão da sua rede de postos

Também são consideradas frentes prioritárias a ampliação do portfólio de produtos e serviços, da capacidade logística e o avanço no mercado internacional em lubrificantes, entre outras metas



A marca Petrobras é licenciada à Vibra

DIVULGAÇÃO

É no dia a dia dos postos que a relação com uma marca de combustíveis se fortalece. Do ponto de vista do cliente final, conforto e segurança para toda a família são fundamentais; já para as revendas, a parceria com a distribuidora representa valor para a cadeia. Por isso, a Vibra, maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes do Brasil e uma das maiores empresas de energia do país, investe diariamente no relacionamento com todo o ecossistema da rede de Postos Petrobras.

Em um momento em que a empresa fortalece sua posição financeira, com quatro trimestres seguidos de resultados expressivos, olhar para o futuro é muito importante, e a expansão contínua de postos com margens saudáveis aparece no centro das ações. Afinal, o setor em geral enfrenta um cenário de grande volatilidade e é desafiado a participar da transição energética. Nesse contexto, sustentar o crescimento na capilaridade e na capacidade de distribuição de combustíveis é crucial para garantir a resiliência da companhia, apoiando a economia do país.

"A Vibra, com sua presença em todo o Brasil, está preparada para fornecer todos os produtos que os clientes demandam, sejam eles fósseis, sejam renováveis. Queremos nos posicionar como uma plataforma multienergia, e a palavra-chave, nesse contexto, é crescimento", analisou o CEO, Ernesto Pousada, durante o Vibra Investor Day, o evento de apresentação da estratégia de crescimento da companhia.

O aumento da rede passa pelo embandeiramento de novos parceiros. "Queremos ter postos competitivos em cada micromercado em que atuamos", anunciou, por sua vez, Flávio Dantas, vice-presidente executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado da companhia. Depois de apresentada aos investidores, essa estratégia será compartilhada agora com a rede de postos nacional: de 10 a 12 de setembro, São Paulo recebe a 21ª edição da Feira e Fórum Internacional de Postos de Serviços, Equipamentos, Lojas de Conveniência e Food Service, a tradicional Expopostos.

Realizado a cada dois anos, o evento abrange toda a distribuição e a revenda de combustíveis, lubrificantes, equipamentos e lojas de conveniência. Para a Vibra, é mais uma oportunidade de levar sua proposta de valor para o mercado, estar próximo de seus revendedores, praticar a escuta ativa e detalhar as "cinco avenidas" que marcam a visão da companhia para os próximos anos.

> **"Queremos nos posicionar como uma plataforma multienergia, e a palavra-chave, nesse contexto, é crescimento"**
> Ernesto Pousada, CEO da Vibra

METAS OUSADAS

Além da expansão da rede, as demais frentes consideradas prioritárias são: ampliar significativamente a oferta de seu portfólio de produtos para clientes B2B; expandir a capacidade logística; acelerar a presença internacional em lubrificantes; e proporcionar crescimento em mercados renováveis com retorno aos acionistas.

Há um motivo para o interesse na ampliação da presença dos postos Petrobras: ela está na base da proposta de valor da Vibra para o mercado. O objetivo é gerar crescimento de volume e margem, com o apoio da oferta de um portfólio completo de soluções integradas em cada revenda, para atrair e fidelizar o consumidor final.

"Nosso objetivo é aumentar a presença de lojas BR Mania na nossa rede, com ganhos de volume. Para isso, estamos implementando um novo modelo com lojas menores, de 15 metros quadrados, que busca atender diretamente o que o cliente precisa", detalhou Vanessa Gordilho, vice-presidente de Negócios, Produtos e Marketing.

O combate à ilegalidade é outro pilar relevante e traz benefícios tanto para a companhia como para o revendedor. "Tivemos um avanço importante no combate às irregularidades quando foi aprovada a monofasia do diesel e da gasolina no ano passado. Porém, outros tipos de fraudes apareceram ou se fortaleceram, como a adulteração de combustível. Combatendo o mercado irregular, pode-se recuperar cerca de 13 bilhões de litros de combustível para o mercado regular", afirmou Henry Hadid, VP Jurídico da Vibra.

ESCUTA ATIVA

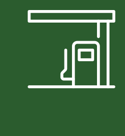
Nesse sentido, a companhia se mantém comprometida a manter canais de interação produtivos com seus revendedores. Com frequência, o CEO viaja pelo país em busca de ouvir as demandas de quem está na ponta, não apenas os proprietários dos postos, mas principalmente a equipe que trabalha na pista, como frentistas e atendentes. Aliás, durante o Investor Day, Pousada comandou um bate-papo com clientes Vibra, incluindo o revendedor Paulo Francisco de Oliveira, da Rede Monteiro de Postos.

"A Vibra apresenta muitas oportunidades para os bons revendedores. Temos com vocês hoje uma parceria de futuro", declarou Oliveira.

É no futuro, de fato, que a Vibra mira, com o apoio da rede de postos. Pousada chega a afirmar que o bom atendimento e a gestão próxima estão no "DNA da Vibra". "Estar presente no Brasil todo é também estar perto de cada local no detalhe, é assim que vamos evoluindo na nossa missão de abastecer e mover o Brasil. A parceria com nossa revenda é a chave para nosso sucesso", destacou o CEO.

PARCERIA QUE GERA RESULTADOS

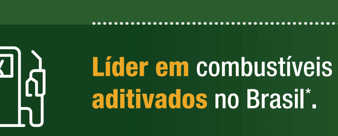
Metas alcançadas pela empresa e pelas revendas



Líder em *market share* na **rede embandeirada** no Brasil*.



1.323 lojas BR Mania e **1.724 franquias Lubrax+** com crescimento no faturamento.



Líder em combustíveis **aditivados** no Brasil*.

Eficiência operacional com otimização de estoque **em 2023.**

*DADO REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024.

MELHOR PROPOSTA DE VALOR

Como a Vibra pretende avançar lado a lado com os revendedores

BR Mania
Ampliação da **penetração da rede**, com **ganho de volume** por posto com novas lojas.

Lubrax+
Atingir **maior penetração** na rede, gerando um **adicional de lucro** líquido por posto.

Aditivados
Crescer o mix, aumentando **a rentabilidade** do posto.

Premmia
Inteligência de dados do consumidor para ofertas hipersegmentadas e micropricing.

INÊS 249

Ambiente Programa da prefeitura prevê compensação tributária para empresas que neutralizam emissões com créditos de carbono

Mercado de carbono voluntário acelera com incentivo no Rio

Victoria Netto
Do Rio

Enquanto o marco regulatório para o mercado de carbono ainda tramita no Congresso Nacional, as iniciativas voluntárias ganham corpo no Rio, com um programa de fomento regional que envolve os setores público e privado. O programa ISS Neutro, lançado pela prefeitura carioca em dezembro de 2023, entra agora na segunda fase. A medida prevê a compensação tributária para companhias instaladas na cidade e que neutralizam emissões de gases de efeito estufa (GEE) via compra de créditos de carbono.

O fomento anual máximo projetado pela prefeitura é de até R$ 60 milhões. Após a análise das inscrições em 2024, o programa autorizou a compra de 160 mil toneladas de CO_2 em créditos de carbono por empresas, o que representa R$ 8 milhões em compensação tributária. No primeiro ano, o benefício é de R$ 50 por crédito comprado no Rio.

O programa funciona por meio de sistema de reembolso para aquelas empresas com sede no Rio que pagam ao menos 2% da alíquota do ISS. As companhias que fizeram a neutralização de emissões com inventários e compra de crédito de carbono podem abater o que compensaram junto à prefeitura.

Há três possíveis tetos: nenhuma empresa pode pedir para compensar mais do que emite, uma vez que a ideia não é gerar créditos para a companhia, mas neutralizar emissões. Além disso, nenhuma empresa pode ganhar como abatimento mais do que 5% do valor total do programa, ou R$ 3 milhões. Por fim, nenhum grupo (com mais de uma empresa) pode ficar com mais de 10% do valor total do edital, o que corresponde a R$ 6 milhões. Para estarem aptas, as empresas devem cumprir requisitos reconhecidos em âmbito internacional para os inventários de emissões de gases de efeito estufa, com as normas ISO 14.064 e 14.065. Os inventários precisaram ser auditados por Organismos de Verificação de Inventários de Gases Efeito Estufa credenciados pelo Inmetro.

Foram aceitos apenas os créditos gerados com as metodologias mais recentes, a partir de 2016, e provenientes das certificadoras reconhecidas pelos principais mercados voluntários globais, como o Verified Carbon Standard, Gold Standard e padrões que derivam da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Agora, o edital está na fase de verificação dos créditos válidos. A primeira etapa era a de habilitação. Foram nove empresas habilitadas, entre 20 que aplicaram. As companhias com maior volume de compensação no programa são a Vibra e o Grupo Soma (dono de Hering, Farm e Animale). Este aplicou antes da fusão com a Arezzo&Co e da criação da empresa unificada Azzas.

Tanto a Vibra quanto a Soma tiveram aval para 60 mil créditos de carbono e R$ 3 milhões em potencial de imposto restituído. Na lista, também estão habilitadas, em ordem de volume: Globo, Delurb Ambiental, Dimensional Engenharia, Bocom, Vai Fácil, Radix e Denouncefy. A Globo informou que está habilitada, mas ainda não há a decisão se vai usar ou não o benefício. Procuradas, a Vibra não se pronunciou e a Vai Fácil não respondeu até a conclusão desta edição.

A economista-chefe do Bocom BBM, Cecília Machado, reforça que medidas como a do edital impulsionam e aceleram a transição para uma economia de baixo carbono. "As políticas de incentivo fiscal para descarbonização, como o ISS Neutro, fornecem ótimos incentivos para que boas práticas sociais, ambientais e climáticas sejam mais rapidamente incorporadas nas decisões de negócio das empresas", afirma.

O executivo-chefe de tecnologia da Radix, Geraldo Rochocz, avalia que o edital oferece benefícios e afirma que a empresa também pretende utilizar parte do ISS a ser restituído para apoiar projetos que visam à redução das emissões de carbono da companhia.

O diretor operacional e head de inovação da Dimensional Engenharia, Vinicius Benevides, que também é diretor-presidente da Delurb (do mesmo grupo), destaca que as políticas de incentivos fiscais são essenciais para encorajar mais empresas a adotarem práticas sustentáveis. Diz ainda que a fase de verificação dos créditos válidos é "bastante restritiva". "O edital do programa impõe muitas restrições para a aprovação da compra de créditos, especialmente em relação à localização no município da geração e da certificação desses créditos. Existem poucos projetos que atendem aos critérios exigidos no edital, e os que atendem estão raros e extremamente caros."

Para garantir o cumprimento das exigências do edital, o Grupo Soma recorreu à Air Carbon Exchange (ACX) para a compra dos créditos. A plataforma de negociação de crédito de carbono, de Cingapura, tem subsidiária na capital fluminense e é a primeira empresa a ter créditos negociados na B3, em ambiente regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A diretora de sustentabilidade do antigo Grupo Soma (agora Azzas), Taciana Abreu, disse que a empresa teve 60 mil créditos aprovados no edital, de um inventário de mais ou menos 120 mil. "Recuperamos quase metade do nosso investimento em créditos com o incentivo. Hoje temos créditos que não estão sendo gerados no Rio, então fomos buscar o crédito habilitado no edital e assim chegamos à ACX e à B3."

Segundo ela, além de trabalhar com redução de emissões, a companhia faz inventários desde 2020 para neutralizar o que emite. O consumo de energia, geração de resíduos, consumo de água e a intensidade de emissões por peças são fatores que compõem o inventário de carbono da empresa, que inclui os escopos 1, 2 e 3 do protocolo GHG (sigla em inglês de Controle de Gases de Efeito Estufa).



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Taciana Abreu: "Recuperamos quase metade do nosso investimento em créditos com o incentivo"

O escopo 1 diz respeito às emissões que resultam das atividades da própria organização, enquanto o 2 se refere às emissões indiretas, geradas pelo uso de energia que a empresa compra e usa. Já o escopo 3 está relacionado às emissões da cadeia produtiva e de valor, o que inclui fornecedores. A empresa não divulgou o valor que destina para a compra de créditos de carbono, mas informou que trabalha em uma lógica semelhante à de composição de carteira, com um percentual dos créditos em reflorestamento e outro em energia renovável. "Temos um orçamento importante indo em compras de crédito de carbono e neutralização das nossas emissões. Com a restituição, podemos realocar essa verba onde realmente importa, que são as iniciativas de redução de carbono", diz Abreu.

> "Edital ISS Neutro já está fomentando a cadeia de carbono no Rio"
> *Taciana Abreu*

Quanto à nova fase do Grupo Soma, que agora compõe a Azzas, a diretora de sustentabilidade explica que as práticas da companhia estavam alinhadas à maior parte das metas que a Arezzo&Co também tinha. Como empresa unificada, ainda resta fazer uma nova "matriz de materialidade", instrumento aplicado pelas organizações para mapear e avaliar as questões ESG mais relevantes. "Precisamos entender, à luz da nova organização, como ficamos no desenho fiscal, o que é natural num processo de incorporação. Mas o que eu vejo de muito legal no edital do Rio é isso: por que São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e outros Estados não podem ter seus próprios mecanismos?" Abreu diz ainda que o edital carioca está fomentando a cadeia de carbono no Rio. Exemplo disso é que a própria companhia começou a mudar de fornecedores para a cidade, de modo a concentrar a maior parte possível de sua cadeia produtiva no Rio.

Cidade busca estar à frente da curva na exploração de ativos verdes

Do Rio

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio, Chicão Bulhões, diz que o edital ISS Neutro é um dos mecanismos que a cidade encontrou para desenvolver o mercado de finanças sustentáveis e para estimular a descarbonização, em linha com os compromissos já assumidos.

"Queríamos reativar o mercado financeiro no Rio e entendemos que tínhamos a possibilidade de estar à frente da curva para explorar os ativos verdes, em especial, porque o Rio é uma das poucas cidades da América Latina com um plano de sustentabilidade e tem um compromisso global que assumiu formalmente para redução de suas emissões", afirma.

Entre os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) carioca, lançado em 2021, está alcançar em 2030 a redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa em relação às emissões do ano-base 2017. A meta é atingir a neutralização das emissões em 2050.

Bulhões avalia que o edital foi bem-sucedido até aqui e que a cidade vai finalizar a primeira rodada para analisar o que pode ser melhorado em potenciais novas edições. "É inovador, temos sempre aprendizados no processo."

Parte das medidas foi atrair a ACX para o Rio quando a plataforma de Cingapura buscava uma cidade para se instalar no Brasil. A viabilização da parceria com a B3, firmada em dezembro de 2023 para desenvolver a estrutura de negócios dos créditos, veio após a Resolução CVM 175, em outubro passado. A norma, que dispõe sobre fundos de investimento, prevê a compra de créditos de carbono por fundos.

O diretor da ACX Brasil, Carlos Martins, explica que a conexão de infraestrutura com a B3 começou para "dar voos mais altos no Brasil", inclusive em um ambiente pré-regulação. Ele diz que a expectativa é que a legislação desse mercado possa avançar para trazer maior segurança jurídica e institucional para os investimentos.

> "Regulação permite baixar o risco das transações"
> *Carlos Martins*

O Senado deve voltar a discutir ainda neste ano a regulamentação do mercado de carbono, cujo projeto de lei (nº 2.148/2015) foi aprovado em dezembro de 2023 pela Câmara. O texto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), estabelece tetos para emissões e prevê regras para a venda de títulos de compensação.

"Estamos operando no mercado voluntário, que nos atende em termos de oferta e demanda, mas o mercado regulado tem vantagens em todos os aspectos. A regulação permite baixar o risco das transações e há toda uma concepção de abordagem financeira para o mercado regulado que não existe no mercado voluntário. É muito importante e em algum momento vai acontecer", observa Martins.

A B3 informou em nota que, no papel de infraestrutura, oferece a plataforma para registro de créditos de carbono. "Funciona no mesmo modelo existente para outros produtos do mercado financeiro e tem intuito de assegurar o controle de titularidade dos ativos." *(VN)*

Lula prevê viagem à Colômbia em gesto a Gustavo Petro

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia prestigiar o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, ao marcar presença na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16), a ser realizada na cidade de Cáli, entre 21 de outubro e 1º de novembro. A viagem está prevista pelos assessores do presidente, mas ainda não foi confirmada de forma oficial.

Na prática, trata-se de um gesto do presidente a Petro, que tem sido um parceiro da gestão Lula diante do impasse eleitoral na Venezuela. Desde que a crise política eclodiu no país vizinho, Lula e Petro estão atuando conjuntamente de forma a tentar conciliar uma saída para o regime de Nicolás Maduro.

Na semana passada, inclusive, os governos de Brasil e Colômbia voltaram a se manifestar sobre os desdobramentos da eleição presidencial venezuelana. Desta vez, o comunicado conjunto manifestou preocupação com a ordem de prisão contra Edmundo González, que disputou a eleição em 28 de julho contra Maduro.

Antes, o assessor internacional do Palácio do Planalto, Celso Amorim, havia declarado em entrevista ver uma "escalada autoritária" na Venezuela e que o Brasil não aceitará prisões políticas.

Apesar das ameaças, Edmundo González acabou recebendo asilo na Espanha. A saída reforça o impasse na Venezuela e eleva as tensões dentro da esquerda latino-americana e antigos aliados de Nicolás Maduro.

No fim de semana, Lula também se reuniu, no Palácio da Alvorada, com a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e um grupo de assessores, para discutir o assunto. Isso porque a embaixada argentina está sob a proteção do governo brasileiro por meio de um acordo com o governo Javier Milei, que teve diplomatas expulsos do país.

> "Colombiano é parceiro nas negociações para resolver impasse na Venezuela

Curta

Governo vê inflação na meta

O Ministério da Fazenda ainda trabalha com um cenário de inflação dentro da meta em 2024, com trajetória cadente nos próximos anos, mesmo com pressões decorrentes da maior seca da história do país e com a economia mais forte do que o esperado. A meta é de 3%, podendo chegar até 4,5%. Esses dois fatores, além da trajetória da taxa de câmbio, têm elevado as projeções do mercado financeiro e os analistas já acenderam o alerta para um possível estouro da meta este ano. Como consequência, a maior parte do mercado já prevê aumento da taxa Selic no Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês. "Quem decide política de juros é o Banco Central. Nosso cenário segue sendo de inflação dentro da meta e em desaceleração neste ano e nos próximos", destacou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. O governo espera alta de 3,9% para o IPCA (índice oficial de inflação) deste ano e 3,3% para 2025, contra a meta de 3%. As projeções podem ser revisadas no Boletim MacroFiscal que será divulgado este mês. Mello destacou que, a partir de 2025, passará a valer o regime de meta contínua, em que só será considerado que a meta foi descumprida caso fique seis meses fora do limite. "Não enxergamos esse cenário à frente", completou. Em 2024, a inflação ainda será avaliada pelo modelo de ano-calendário. Ou seja, será desobedecida se, em dezembro, ficar acima do teto da meta. O alvo a ser perseguido pelo Banco Central neste e nos próximos anos é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5% a 4,5%. Até julho, o IPCA acumula alta de 4,5% em 12 meses, no teto da meta. O IPCA de agosto será divulgado nesta terça-feira. O Boletim Focus, pesquisa do Banco Central junto a analistas econômicos, apontou o oitavo aumento seguido da expectativa para o IPCA de 2024, de 4,26% para 4,30%. Há economistas, porém, que já veem a inflação no teto da meta. Para os anos seguintes, as medianas foram mantidas: 3,92% para 2025 e 3,6% para 2026. Em relação aos juros, a Focus passou a prever novo ciclo de alta, já iniciando este mês, quando a Selic deve subir de 10,50% para 10,75% ao ano, conforme a estimativa mediana. Até o fim do ano, a expectativa é que a taxa alcance 11,25%. A Selic está parada desde junho, quando o BC decidiu encerrar o processo de corte dos juros iniciado em agosto de 2023. Mas, desde julho, o BC tem dito que todas as opções estão na mesa, inclusive uma alta da Selic. *(Agência O Globo)*

INÊS 249

INÊS 249

Questão fundiária Decisão é do ministro Gilmar Mendes e estabelece que Articulação dos Povos Indígenas não será substituída nas negociações

Após saída de indígenas, STF mantém audiências sobre marco temporal

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

Mesmo após a saída dos representantes indígenas da mesa de conciliação, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu continuar com as audiências que discutem a validade do marco temporal para a demarcação de terras no Brasil. Em reunião realizada nessa segunda-feira (9), ele afirmou que gostaria que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) voltasse ao grupo, mas avisou que, se isso não acontecer, eles serão substituídos por outros nomes indicados por comunidades indígenas.

"Reforço que nenhum dos integrantes desta comissão especial tem o poder de paralisar as negociações e os trabalhos prosseguirão com quem estiver à mesa, independentemente de serem ou não representativos dos interesses dos indígenas ou não indígenas. Quem quiser ser ouvido e ter seu ponto de vista levado em consideração deve estar presente e seguir os procedimentos da condução desta autocomposição", disse o ministro ao abrir a terceira audiência sobre o tema.

No dia 28 de agosto, a Apib informou que deixaria a negociação e recebeu o apoio de outras entidades, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Ao anunciar a decisão, a entidade defendeu que o grupo montado por Gilmar vai resultar em "graves violações" aos direitos dos povos indígenas.

Para a entidade, o fato de a lei do marco temporal, aprovada pelo Congresso, continuar em vigor gerou uma situação de desigualdade negocial. Os indígenas pediram a Gilmar a suspensão da norma, mas não foram atendidos. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, o ministro decidiu não suspender a lei para evitar atritos com os parlamentares.

Em sua fala, Gilmar afirmou que não haveria nenhuma deliberação antes de a comissão contar com os representantes dos povos indígenas. "Por ora, em atitude de consideração aos ausentes, deixo claro que, nesta tarde, haverá apenas debates jurídicos, até que os representantes indicados pela Apib retornem ao diálogo ou, em caso de manutenção do desinteresse destes por reunirem-se neste espaço democrático e participativo, até que sejam substituídos os cinco representantes indígenas, cuja indicação pela Apib foi uma deferência desta relatoria ao pedido da própria associação."

Gilmar, no entanto, defendeu que é preciso "disposição política" para que o debate avance e se consiga chegar a uma solução consensual para a questão da demarcação de terras indígenas. "Considero importante registrar que, para se sentar à mesa, é necessário disposição política e vontade de reabrir os flancos de negociação, despindo-se de certezas estratificadas, de sorte a ser imperioso novo olhar e procedimentalização sobre os conflitos entre os Poderes", disse.

Apesar dos apelos, o grupo teve uma nova baixa nessa segunda-feira. Em solidariedade à Apib, o partido Rede Sustentabilidade anunciou que também iria deixar a mesa de conciliação. A sigla, que tem como a principal liderança a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), apresentou uma das ações que questionam a lei do marco temporal.

Segundo interlocutores, com a conciliação, o ministro do Supremo pretende criar parâmetros para o uso e ocupação das terras indígenas no Brasil e delimitar melhor os pagamentos das indenizações. Para ele, as balizas vão gerar segurança jurídica. De acordo com essas fontes, o magistrado entende que, enquanto essa situação não for resolvida, os conflitos em terras indígenas vão continuar, como o garimpo ilegal e as invasões.

Gilmar tem defendido que é preciso fazer um levantamento completo de quanto custaria para demarcar todas as terras indígenas do país e tentar encontrar uma solução econômica para isso. Um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou, inclusive, a fazer parte do grupo por esse motivo.


GUSTAVO MORENO/STF

"Quem quiser ser ouvido e ser levado em consideração deve estar presente"
Gilmar Mendes

O marco temporal determina que só podem ser demarcadas terras que já eram ocupadas pelos povos indígenas na data de promulgação da Constituição de 1988. Em setembro de 2023, o Supremo decidiu derrubar essa tese, impondo uma derrota aos ruralistas.

Como reação, o Congresso aprovou uma lei no sentido contrário. Diante desse impasse, ações para suspender a norma chegaram ao STF.

Foi a partir desses processos que Gilmar decidiu instalar a mesa de conciliação.

Nova lei geral autoriza concurso público on-line

Gabriela Pereira e Edna Simão
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na segunda-feira a Lei Geral dos Concursos, que, além de harmonizar as regras nas esferas federal, estadual e municipal para reduzir a judicialização, permite a realização de processos seletivos de forma on-line.

Após ficar engavetada por mais de 20 anos, a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional de forma simbólica em meados de agosto. A solenidade de sanção do texto ocorreu na tarde de ontem no Palácio do Planalto, em cerimônia fechada.

Uma das principais inovações da lei é a permissão para realizar concursos on-line. Segundo o diretor da Secretaria Extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão, Frederico Coutinho, a realização de provas de forma remota ainda é processo que será amadurecido e depende de uma regulamentação específica para ser utilizado de forma a garantir segurança e a participação de todos os interessados.

"Sabemos que em grande parte do nosso país muitas pessoas ainda não têm acesso, seja à internet rápida, seja a mecanismos computacionais que pudessem utilizar para fazer essa prova, então a gente não imagina que isso vá ser implementado sem um processo de amadurecimento e de discussão, mas o legal do projeto é que ele já está olhando para frente", disse.

Outro ponto do texto, mantido apesar da polêmica durante a tramitação, trata sobre a inclusão de entrevistas como uma etapa do concurso. Neste caso, ainda é necessário estudar a questão para garantir que nenhuma forma de subjetividade do avaliador seja utilizada.

"Entrevista é algo que a gente também precisa amadurecer, porque a gente não deve deixar que uma eventual subjetividade ou viés possa interferir na seleção dos candidatos. O Brasil tem um sistema internacionalmente reconhecido nas suas seleções, então a gente precisa garantir que, mesmo se a gente amadurecer o suficiente para chegar em um momento de entrevista, que ela tenha parâmetros muito claros, que essas entrevistas sejam gravadas e sejam disponibilizadas publicamente", explicou Coutinho.

O texto também prevê o uso de outros formatos para a avaliação de candidatos, como conhecimentos, por meio de provas; habilidades, como a elaboração de documentos compatíveis com a atividade desejada, e avaliação de competências, que envolve avaliação psicológica, exame de higidez mental ou teste psicotécnico.

Para justificar a abertura de novos concursos, a lei que será sancionada estabelece que os órgãos devem apresentar a evolução do quadro de pessoal nos últimos cinco anos e as estimativas das necessidades futuras do órgão; a denominação e quantidade das vagas a serem preenchidas; a adequação do provimento dos postos, e a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício previsto para o provimento e nos dois anos seguintes.

Antes da aprovação do projeto, a legislação existente era mais fragmentada e menos detalhada. A regulamentação dos concursos públicos muitas vezes variava entre os diferentes níveis de governo e suas respectivas leis e regulamentos. Agora, o texto estabelece normas gerais claras e abrangentes que se aplicam aos concursos públicos em todas as esferas. A lei agora proporciona um padrão unificado para a organização e execução dos certames.

"O legal do projeto de lei é que ele já está olhando para frente"
Frederico Coutinho

Outra mudança promovida com a lei foi com relação ao edital, que deve conter informações detalhadas e obrigatórias sobre o concurso, incluindo a descrição dos postos, etapas, tipos de prova, critérios de avaliação e a forma de divulgação dos resultados.

A nova lei ainda traz mais clareza e unidade para as regras gerais nesse tipo de processo seletivo, garantindo maior transparência e controle. Além disso, exige que sejam cumpridos requisitos mais rigorosos para a abertura e planejamento dos editais, que devem fornecer mais transparência. A medida também prevê a inclusão de pessoas com deficiência e diversidade, além de trazer normas mais claras e específicas para as carreiras que necessitam de curso de formação.

Para o diretor-executivo da República.org, Fred Melo, a contratação de profissionais qualificados e vocacionados é um desafio em todas as organizações, e a aplicação de provas conteudistas de múltipla escolha não são suficientes para selecionar os melhores perfis. Diante disso, Melo considera a aprovação do projeto de extrema importância.

"Ao trazer segurança jurídica para a aplicação de novas modalidades de prova, o projeto de lei permite incluir nas etapas dos concursos públicos ferramentas consagradas e largamente utilizadas pelo poder público em grande parte dos países da OCDE. O grande desafio agora é garantir que essa permissão legal induza um processo incremental e efetivo de modernização dos certames, atraindo e selecionando profissionais cada vez mais qualificados e vocacionados", disse.

Governo Deputada estadual do PT-MG ocupará cargo deixado vago com a demissão de Silvio de Almeida

Macaé Evaristo comandará Direitos Humanos

Fabio Murakawa, Renan Truffi e Andrea Jubé
De Brasília



RICARDO STUCKERT/PR

Macaé Evaristo com Lula: "É preciso garantir o direito dos denunciantes. Garantir o amplo direito de defesa. E [...] a privacidade e o sigilo sobre os fatos"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou na segunda-feira (9) a deputada estadual Macaé Evaristo (PT-MG) para o comando do Ministério dos Direitos Humanos. Ela substituirá Silvio de Almeida, demitido na semana passada após denúncias de suposto assédio sexual em que uma das vítimas seria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Ele nega as acusações.

O anúncio aconteceu horas depois de uma reunião entre Lula e Macaé, na manhã de ontem, no Palácio da Alvorada. O encontro não constou da agenda presidencial oficial.

O anúncio é uma vitória do PT de Minas Gerais. Isso porque o partido brigava por mais espaço na Esplanada dos Ministérios — até então, o único mineiro no primeiro escalão do governo era o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do PSD. O convite para Macaé Evaristo também representa um triunfo para a secretária de Finanças do PT, Gleide Andrade, de quem é próxima.

Macaé Evaristo é deputada estadual pelo PT de Minas Gerais desde 2022. Antes disso, ocupou o cargo de vereadora na capital Belo Horizonte. Ela é professora desde os 19 anos, graduada em serviço social, mestre e doutoranda em educação. A deputada é conhecida também por ser prima de Maria da Conceição Evaristo, linguista e escritora afro-brasileira.

Em postagem em sua conta no Instagram, a nova ministra disse que aceitou o convite do presidente Lula "com muita honra". "Nosso país tem grandes desafios e esse é um chamado de muita responsabilidade. Temos muito trabalho pela frente e sigo esperançosa, com o compromisso de uma vida na luta direitos."

Em seu primeiro pronunciamento à imprensa, a nova ministra também comentou as acusações contra Almeida. Ela defendeu a privacidade das vítimas e o direito à defesa.

"Quanto às denúncias, é muito importante que os órgãos responsáveis façam as apurações devidas. E é isso que a gente está aqui encaminhando", afirmou Macaé, sem citar o nome do ex-ministro. "Eu acho que é preciso garantir o direito das pessoas, dos denunciantes. Também garantir o amplo direito de defesa. E também uma coisa que é muito importante: que a gente garanta a privacidade e o sigilo sobre os fatos, principalmente das pessoas que foram lesadas."

A ministra afirmou ainda que Lula lhe deu "total autonomia" para mexer na equipe. A solenidade de posse oficial deverá ocorrer na próxima semana, mas ela afirmou que já começa a trabalhar no novo posto nos próximos dias.

Macaé Evaristo foi a primeira mulher negra a ocupar os cargos de secretária municipal de Educação em Belo Horizonte (de 2005 a 2012) e de secretária estadual de Educação de Minas Gerais, de 2015 a 2018, na gestão do ex-governador Fernando Pimentel, de acordo com informações de seu gabinete.

Em 2013 e 2014, foi titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), durante o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Na pasta, ela coordenou programas como a implantação de Escolas Indígenas, a Escola Integral em Minas Gerais, a Escola Integrada em BH e as cotas para ingresso de estudantes de escolas públicas, negros e indígenas no ensino superior.

"Tem orgulho de sua ancestralidade e pretende seguir lutando contra o racismo estrutural e a favor de políticas públicas voltadas à diversidade e à inclusão das mulheres e das minorias", afirma trecho de sua biografia no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Antes de sair a nomeação da nova ministra, a Pasta de Direitos Humanos ficou sob o comando de Esther Dweck, que acumula também a cadeira de ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Um dos motivos para a escolha de Esther Dweck, ainda que de forma interina, é que a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Rita Cristina de Oliveira, decidiu acompanhar Silvio de Almeida e também deixou o cargo.

Câmara aprova urgência para desoneração

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira requerimentos de urgência para o projeto de lei da desoneração da folha de salários de 17 setores intensivos em mão de obra e para os municípios com até 142 mil habitantes e para a proposta de renegociação da dívida dos Estados com a União.

Com os requerimentos aprovados, os projetos podem ser votados diretamente em plenário, sem passar pelas comissões da Câmara. Os pedidos de urgência foram feitos pelo governo, com apoio dos partidos da base de sustentação no Legislativo.

A expectativa do governo é de que os projetos já sejam votados nesta semana, mas ainda não há relatores oficializados para negociar. Os dois textos foram aprovados pelo Senado Federal recentemente e irão à sanção presidencial se não forem alterados pelos deputados.

O projeto da desoneração prorroga essa política até 2027. Atualmente, esse modelo permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A medida é válida para 17 setores intensivos em mão de obra. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a esse tipo de segmento. Juntos, esses 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

Além disso, também estabelece uma desoneração da folha de salários para os municípios com até 142 mil habitantes até 2027.

Para atender a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de aprovar também contrapartidas de aumento de receita que compensem a desoneração, o projeto permite a utilização de depósitos judiciais não reivindicados nos últimos cinco anos, da abertura de um novo prazo de repatriação de recursos não declarados no exterior e a possibilidade de atualização monetária de imóveis, com desconto na cobrança de Imposto de Renda.

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) afirmou que o projeto é urgente devido ao prazo para atender a decisão do STF e que recebeu apoio de todos os partidos no Senado. "É matéria tramitada e votada praticamente por unanimidade no plenário do Senado Federal", disse.

Apesar disso, o PL e o Novo se posicionaram contra o requerimento de urgência na Câmara, mas foram derrotados. Foram 293 votos a favor do projeto e apenas 118 contrários.

A Câmara também aprovou, por 316 votos a favor e 19 contrários, requerimento de urgência para o projeto encampado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de renegociação das dívidas dos Estados com a União, com a possibilidade de parcelamento desses débitos em até 30 anos.

Será criado o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com prazo de adesão de 120 dias após a regulamentação.

O Estado que aderir pode reduzir a taxa de juros da sua dívida com a União. Atualmente, a dívida é corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano. Pelo texto, esse índice poderá ser de IPCA mais 0%, 1% ou 2% ao ano, a depender de investimentos em educação, formação profissional, saneamento, habitação, enfrentamento das mudanças climáticas, transporte e segurança pública como contrapartida.

Relatório da CGU vê falhas em uso de emendas

Flávia Maia
De Brasília

As emendas de comissão — turbinadas no Orçamento deste ano — foram usadas de forma semelhante às extintas emendas de relator, base do orçamento secreto, extintas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022. Essa é uma das conclusões de um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) entregue ao STF na segunda-feira (9) com base na análise de repasses para dez municípios, parte das medidas da corte para aumentar a transparência no uso dessas verbas.

De acordo com o documento, de 2020 a 2022, os recursos destinados aos municípios do recorte foram originados somente de emendas do relator (RP9). Já em 2023, todos os recursos vieram de emendas de comissão (RP8).

O relatório de 319 páginas foi elaborado conforme a solicitação da decisão do ministro Flávio Dino e levou em consideração os dez municípios mais beneficiados por emendas parlamentares por número de habitantes nos anos de 2020 e 2023. De acordo com o documento, o Amapá tem 5 das 10 cidades que mais receberam emendas proporcionalmente à população — Tartarugalzinho, Pracuúba, Cutias, Amapá e Vitória do Jari. Os outros Estados com cidades na lista são Goiás, Tocantins, Santa Catarina, Bahia e Paraíba.

A cidade de Tartarugalzinho, no Amapá, recebeu R$ 87,5 milhões, ou seja, R$ 6.765,42 para cada um dos seus 12.945 moradores. Apenas os 10 municípios listados receberam cerca de R$ 330 milhões de 2020 a 2023.

O documento foi apresentado em meio às negociações para regulamentar um acordo fechado por lideranças dos três Poderes para dar mais transparência às emendas. Inicialmente, havia o entendimento para formalizar as propostas no dia 30 de agosto. O novo prazo para apresentar essas soluções termina na quarta-feira (11).

Flávio Dino disse ontem não ver problema caso ocorra nova extensão. As decisões do ministro que suspenderam os repasses de emendas seguem em vigor.

Segundo a CGU, os ministérios que mais direcionaram recursos para os municípios selecionados foram o da Integração e do Desenvolvimento Regional, o das Cidades e o da Defesa.

De acordo com o documento, a maior parte do dinheiro repassado foi destinado a novos projetos, não para projetos em andamento. No entanto, muitas obras com recurso de emendas não começaram e o investimento não tem sido feito nas principais demandas municipais.

Por exemplo, muitas emendas foram direcionadas para campos de futebol e não para saúde e educação. O relatório cita os exemplos da cidade de Gameleira (GO) e Pracuúba (AP). Segundo o documento da CGU, os campos de futebol de Pracuúba, por exemplo, foram contratados há mais de 2 anos e meio e, mesmo sendo de simples execução, não foram iniciados.

Em relação especificamente à educação básica, das oito obras objeto das emendas, três não haviam sido iniciadas, estando seus termos de compromisso com cláusula suspensiva, em caso de não execução.

Quanto à transparência, a CGU informou que os ministérios tiveram dificuldades em indicar o parlamentar patrocinador das emendas. As exceções foram os ministérios da Defesa, Turismo, Educação, Desenvolvimento Social e Integração e Desenvolvimento Regional. Ainda de acordo com a CGU, o Ministério da Defesa foi o único que tinha no site as informações sobre o autor da emenda de determinado projeto financiado.

Pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes, avalia que mesmo com a pequena amostra – 10 municípios – e o tempo exíguo para a confecção do relatório, as conclusões da CGU são valiosas.

"Aparece um monte de problema [no relatório], obra que não aconteceu, obra interrompida, inadequação na licitação, o que demonstra que há muito o que aumentar de transparência nesse processo. Isso me lembrou um trabalho que a CGU fazia no passado, que era o trabalho de sorteio de municípios. A cada ano sorteava uma centena de municípios e ia fazer a vistoria dos programas federais. Acho que seria o caso de voltar a fazer isso", argumenta Mendes.

Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional no Brasil, diz que o relatório confirma que as emendas de comissão substituíram, com outro nome, mas com os mesmos problemas, as emendas do relator e as emendas pagas via ministérios. "Escancara, ainda, a dura realidade de que os recursos destinados às bases dos parlamentares são pouco gastos — há dificuldades na sua execução — e são mal gastos — não entregam os serviços públicos que a sociedade precisa", afirma.

Coordenador de projetos da Transparência Brasil, Cristiano Pavini, ressalta a opacidade das emendas de comissão e a pulverização de recursos para municípios de pequeno porte, em que os mecanismos de controle são frágeis. "Os resultados reforçam a urgência de uma reformulação na operacionalização das emendas parlamentares, para que os recursos sejam vinculados a políticas públicas prioritárias e haja ampla transparência e rastreabilidade na sua execução". *(Colaborou Mariana Assis)*

União e PSD articulam bloco em reação à candidatura de Motta

Andrea Jubé, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com a reviravolta no cenário da sucessão presidencial na Câmara dos Deputados, lideranças do União Brasil e do PSD começaram a articular, nos bastidores, a formação de um "blocão" governista, com mais de 200 deputados, a ser instalado em 2025. A ideia é atrair o PT para o grupo, com a promessa de garantir "governabilidade" aos dois últimos anos do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A construção dessa ampla frente governista avança como reação ao lançamento do nome do líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), como postulante à cadeira do presidente Arthur Lira (PP-AL), e busca o apoio da federação PT-PCdoB-PV para uma das candidaturas de centro já colocadas: dos líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA) e do PSD, Antonio Brito (BA).

O acordo de Elmar e Brito, por enquanto, prevê o apoio de um deles ao que mais reunir votos adiante na disputa — hipótese em que o menos consistente renunciaria para apoiar o outro —, ou em eventual segundo turno. Em outra frente, contudo, o grupo de Lira ainda acredita que quando os ânimos serenarem, Elmar levaria o União para a candidatura de Motta.

Em meio à turbulência, uma ala do PT entrou em campo para evitar um eventual compromisso do Palácio do Planalto com a candidatura de Motta. Para isso, Lula prometeu aos aliados receber, nos próximos dias, Elmar e Brito para uma conversa informal sobre a disputa. Na quarta-feira (4), Lula havia recebido Motta no Planalto. E na mesma data, pela manhã, o deputado da Paraíba havia se encontrado com o ex-presidente Jair Bolsonaro, em busca dos votos do PL.

De acordo com duas fontes que participam da construção dessa ampla frente governista, o objetivo seria garantir a formação de um bloco com mais de 260 deputados para dar "tranquilidade" a Lula na reta final do mandato.

Para alcançar esse número, todavia, é preciso atrair a federação PT-PCdoB-PV, que tem 80 deputados, e a bancada do MDB, com 44 integrantes. Nesse cenário — que seria o desenho ideal —, o "blocão" governista alcançaria 262 deputados. "Muito perto dos votos necessários para aprovar emenda constitucional [PEC]", comentou um dos articuladores do movimento, em referência ao quórum de 308 votos necessários para promover mudanças na Constituição.

Para concretizar esse feito, todavia, há uma série de obstáculos pela frente. Para começar, o MDB já está fechado com o grupo de Hugo Motta, que foi filiado à sigla. Os principais fiadores dessa aliança são o presidente nacional do partido, deputado Baleia Rossi (SP) e o líder da bancada, Isnaldo Bulhões (AL), que é amigo de Motta.

Um dos idealizadores do "blocão" ponderou ao **Valor**, contudo, que para tentar atrair o MDB para a frente governista, aliados de Elmar e de Brito tentariam convencer o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) a articular nesse sentido. Próximo de Lula, Helder é influente na bancada porque ajudou a eleger o maior número de integrantes: 9 deputados federais. Feito que lhe autorizou indicar o ministro das Cidades, Jader Filho.

A mesma fonte minimizou a relação de amizade entre Isnaldo e Hugo Motta. "Na política, ser amigo não faz tanta diferença, porque se fosse por amizade, o Lira apoiaria o Elmar", argumentou. O líder do União Brasil é um dos amigos mais próximos de Lira, mas a relação estremeceu depois que Lira participou das costuras para lançar Motta na disputa.

Sem o MDB, o "blocão" conta com 218 deputados, ainda assim, um número expressivo. A inspiração dessa ampla frente é justamente o "blocão" criado por Arthur Lira para fortalecer o seu grupo político. Este bloco, atualmente liderado por Elmar Nascimento, contempla 161 deputados e reúne 8 partidos: União, PP, PDT, Avante, Solidariedade, PRD e a federação PSDB-Cidadania. O segundo maior bloco da Casa abrange PSD, MDB, Republicanos e Podemos, com 147 deputados.

Bolsonaro perde o monopólio da direita



Maria Cristina Fernandes

O bolsonarismo arrumou uma encrenca com o ato de 7 de Setembro. A ideia era se valer da força da direita na eleição paulistana e da última grande efeméride antes da disputa pelas mesas diretoras para bombar duas pautas que passam pelo Congresso: a anistia pelo golpismo do 8/1 e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Findou passando recibo para a concorrência de Pablo Marçal. O candidato do PRTB não se limitou a transformar a Avenida Paulista no laboratório de sua preferência no eleitorado bolsonarista. Saiu ovacionado ao se evidenciar como herdeiro de Jair Bolsonaro num ato convocado para pressionar pela devolução dos direitos políticos do ex-presidente. Não foi por 2024, mas por 2026 que se puseram em conflito.

Marçal joga — e confunde — em todas as posições. Quando foi barrado no palanque e subiu na grade para pedir pela volta de Bolsonaro, já havia uma bandeira estendida na avenida, onde se lia: "Bolsonaro parou. Marçal começou. Pablo Marçal presidente do Brasil". Ao mesmo tempo se valia de uma passagem bíblica para dizer a um seguidor no Instagram que torce pela volta de Bolsonaro, como Davi espera o reinado de Saul chegar ao fim.

A história, moldada para o público evangélico — Marçal tem 29% deste eleitor x 27% de Nunes (Datafolha) — fala de um líder de origem militar, Saul, que perdeu a humildade e levou Deus a preferir o jovem temente e obediente Davi. Com sua capacidade de contar lorotas, Marçal ainda há de encaixar nessa história sua recusa em criticar Moraes.

Quando se recusa a embarcar no "fora Xandão", Marçal mostra que Bolsonaro tem uma pauta que arrisca envelhecer da mesma maneira que a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a Lava-Jato. Lula teve que escanteá-la para falar de futuro e voltar ao poder. Bolsonaro está impedido de fazê-lo pela inelegibilidade e, ao contrário de Lula, se vê acossado por um herdeiro que já virou a página.

Não importa que hoje Marçal assuste o eleitor moderado. O importante é roubar a bandeira do bolsonarismo e depois se consolidar como líder de seu campo político. O eleitor moderado que aderiu a Bolsonaro em 2018 o fez a despeito das ameaças de morte ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do histórico de indisciplina militar e das exibições de misoginia, homofobia e preconceito racial. A metade do eleitorado nacional que confirmou a opção por Bolsonaro em 2022 o fez acrescentando a ficha corrida de sua passagem pela Presidência.

A rota de Marçal para se transformar na liderança deste campo passa por assumir o papel de malvado favorito da extrema-direita, ante um Bolsonaro com sobrepeso e adoentado cuja agenda de liderança partidária mais o aproxima do Centrão do que de um nome antissistema.

Bolsonaro esperava manter os pés nas duas canoas, de Marçal e Nunes, na esperança de um segundo turno de direita puro-sangue sem o candidato do Psol, Guilherme Boulos. Por isso, convidou Marçal ao ato.

Foi quando viu a Paulista lotada de bonés e bandeiras com a letra "M", o delírio provocado na multidão pela passagem do candidato do PRTB e a bandeira anunciando-o como sucessor que resolveu partir pra cima chamando-o de "traidor".

Marçal empoçou nas pesquisas mas divide um triplo empate na liderança da disputa paulistana. Não tem tempo de TV e vê a estratégia que montou para os debates se esgotar. Como não colou bem a recusa em discutir plano de governo, armou uma viagem a El Salvador de onde promete um "documentário" sobre a solução para a segurança pública que passa pela prisão sem mandado judicial .

O candidato do PRTB foi capaz de levar um hesitante Tarcísio de Freitas a mergulhar de vez na campanha de Nunes. Em qualquer corrida de táxi de 15 minutos o paulistano se deparará pelo menos uma vez com o comercial de Nunes que convida o ouvinte a buscar no Google o "áudio Marçal Polícia Federal".

Bolsonaro hoje depende desta dupla para barrar Marçal e da bancada do PL para pressionar por anistia e impeachment. Os deputados presentes ao ato da Paulista bradaram pela anistia, a começar pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o mais colérico deles, mas a bancada de senadores foi tímida. Apenas cinco, dos 31 que se dizem pelo impeachment de Moraes, compareceram.

Se os parlamentares gozam da simpatia do ecossistema bolsonarista o mesmo não pode ser dito sobre o prefeito e o governador. Nunes chegou e saiu do ato sem ser percebido e Freitas fez um discurso institucional, de defesa do governo Bolsonaro, sem uma única menção a Moraes ou ao STF. Caiu em desgraça com os órgãos de comunicação mais simpáticos à causa. "Ele não é de direita, devia se filiar ao PSDB", disse um comentarista.

Esses canais exibem o dilema do bolsonarismo. Aderem à anistia porque têm colaboradores foragidos mas não escondem o entusiasmo com Marçal e o cansaço com Bolsonaro. Um jornalista da "Gazeta do Povo", um dos organizadores do ato, foi chamado por Bolsonaro de "picareta" porque o volume do seu carro de som estaria atrapalhando os discursos. Seus colegas se revoltaram quando o ex-presidente, em vez de pedir que baixassem o som, mandou o governador acionar a Polícia Militar. Um comentarista resumiu: "Se a manifestação é contra o autoritarismo de Alexandre de Moraes como é que ele faz uma coisa autoritária dessas? Bolsonaro quer o monopólio da perseguição".

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Candidato diz que Bolsonaro, que o havia criticado no domingo, 'se curvou ao comunismo'; pastor chama empresário de 'lacrador e mentiroso'

Marçal e Malafaia trocam acusações por ato na Paulista



Lucas Ferraz e Murillo Camarotto
De São Paulo

A ida do candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) à avenida Paulista no 7 de Setembro e os vídeos publicados pelo empresário em suas redes sociais no fim de semana irritaram o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Na segunda-feira (9), o pastor Silas Malafaia chamou o empresário de "lacrador, mentiroso e manipulador". Em resposta, durante um evento da campanha, Marçal desafiou Malafaia para um debate na internet. Disse ainda que Bolsonaro "se curvou ao comunismo".

A escalada na troca de acusações começou já ao final da manifestação. Marçal chegou à avenida Paulista quando o evento estava terminando e tentou subir no carro de som. Em um dos vídeos que publicou nas redes sociais, disse: "Vocês acreditam que eu fui subir no caminhão e não deixaram? Então, obrigado pelo carinho, não sei quem mandou fechar o caminhão".

No domingo, em nova publicação, disse já saber quem impediu sua subida: "Quem barrou foi o Malafaia." "Se eu soubesse disso teria ficado mais um dia em El Salvador. Eu aprendi muito lá a lidar com os criminosos." O ato foi convocado por Malafaia e teve como pautas centrais o impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e a anistia para os condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Ainda no domingo e também pelas redes sociais, Bolsonaro criticou Marçal. Disse que o candidato quis fazer "palanque às custas do trabalho e risco dos outros". "Os candidatos a prefeito por São Paulo foram convidados. O atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e Marina Helena (Novo) compareceram desde o início e tiveram uma conduta exemplar e respeitosa". Bolsonaro continuou: "O único e lamentável incidente ocorreu após o término do meu discurso (com o evento já encerrado), quando entrou surgiu o candidato Pablo Marçal, que queria subir no carro de som e acenar para o público (às custas do trabalho e risco dos outros), e não foi permitido por questões óbvias."

Na manhã da segunda-feira, Malafaia publicou vídeo em suas redes sociais no qual diz que o candidato do PRTB "não é digno dos votos da direita nem do povo de São Paulo". E isso "porque mente, deturpa, engana pra tirar proveito político", disse.

"Estou ouvindo gente da direita, alguns evangélicos, dizendo assim: 'Pastor Malafaia, não fica contra Pablo Marçal que você vai ajudar a esquerda. Um momentinho. Quer dizer que se alguém da direita mente, diz meia verdade, quer tirar proveito, quer lacrar, nós vamos ficar quietos porque é da direita? Que caráter é o nosso?", perguntou.

Na publicação, com cerca de cinco minutos, Malafaia diz que Marçal foi impedido de subir no carro de som por ter chegado depois do encerramento da manifestação. "Há prova", afirmou. Na sequência, questionou o fato de o candidato não ter dito a verdade nos vídeos que publicou em suas redes sociais. "Esse cara é narcísico. É megalomaníaco. É soberbo. Ele quer tirar proveito de tudo. Ele é lacrador. Ele queria fazer cortes para sua campanha."

Já no domingo começaram a circular nas redes da direita vídeos sugerindo que Marçal chegou só no fim do ato bolsonarista por medo de protestar contra o ministro Alexandre de Moraes. Em um dos vídeos, o "ex-coach" é chamado de "arregão", "aproveitador" e "traidor".

Na manhã de segunda-feira, em evento de campanha no Sindicato dos Taxistas de São Paulo, Marçal respondeu aos ataques feitos por Malafaia pouco antes. "O Malafaia fez trabalho relevante como pastor no Brasil, mas com política ele só dá fora", disse Marçal, que desafiou o pastor para um debate na internet.

> "Marçal mente, deturpa, engana para tirar proveito político"
> *Silas Malafaia*


GABRIEL SILVA/AGÊNCIA O GLOBO

Marçal na Paulista: "Vocês acreditam que eu fui subir no caminhão e não deixaram? Então, obrigado pelo carinho"

Marçal disse que havia sido convidado para o evento: "Fui no 7 de Setembro para honrar um movimento cívico, de liberdade. Era um evento deles [da família Bolsonaro]. Eu não tinha lugar de fala, mas tudo bem. Fui impedido de subir. Fui num evento contra a censura e fui censurado", queixou-se.

Um dos vídeos divulgados por Marçal irritou especialmente a campanha do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Na gravação, o empresário afirma que os responsáveis por estender uma bandeira com os dizeres "Bolsonaro parou, Marçal começou. Pablo Marçal presidente do Brasil" foram funcionários da prefeitura. "Funcionários da prefeitura de Nules Bananinha colocaram essa faixa pra gerar intriga entre Marçal e Bolsonaro", disse Marçal.

Nunes, por sua vez, afirmou que o adversário "não respeita Bolsonaro" e que pegou uma gravação de funcionários públicos retirando a bandeira ao fim da manifestação, para que a avenida fosse limpa, e distorceu as imagens. A campanha do prefeito informou que vai pedir a instauração de um inquérito policial para apurar os responsáveis por colocar a bandeira. A campanha diz ainda que entrará na Justiça Eleitoral para exigir direito de resposta nas redes sociais de Marçal.

A participação no evento da Paulista, apesar de discreta, foi mais uma tentativa de Nunes de aumentar seu apoio entre os eleitores bolsonaristas. Hoje, o prefeito tem apenas 28% de intenção de voto entre eles, segundo pesquisa Datafolha divulgada na semana passada. Marçal está muito à frente, com 50%.

Segundo aliados de Bolsonaro que estiveram com ele no trio elétrico na Paulista, a campanha se desenvolve de uma maneira "muito difícil" para o ex-presidente: não ganharia nada se mergulhasse de fato no apoio a Nunes, já que seu eleitorado vota majoritariamente em Marçal, e não é inteligente apoiar o "ex-coach", que pode virar um rival forte na eleição de 2026.

Segundo um desses interlocutores de Bolsonaro, a melhor estratégia é continuar "com um pé em cada canoa". A campanha de Nunes ainda não confirmou a agenda de visitas prevista para acontecer nos próximos dias com Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelle. Um dos envolvidos na articulação é o candidato a vice-prefeito Ricardo Mello Araújo, indicado pelo ex-presidente. Procurado, Mello Araújo não atendeu a reportagem. ***(Colaboraram Ívina Garcia e Joice Bacelo)***

Eleições Márcio Macêdo opõe-se à escolha da esposa de Rogério Carvalho para disputar a prefeitura

Desacordo em torno de candidatura cria mal-estar entre lideranças do PT em Aracaju



Julia Lindner, Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília


CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO — 5/4/2024

Macêdo: ministro diz por ser "homem de partido" votará em nome do PT


EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Rogério Carvalho: senador nega a existência de um racha no partido

A eleição em Aracaju provocou um mal-estar entre duas das principais lideranças do PT em Sergipe. Contrariando a vontade do ministro Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), o senador Rogério Carvalho conseguiu viabilizar a candidatura de Candisse Carvalho, sua esposa, à prefeitura da capital. O nome de Candisse foi homologado pela federação PT, PV e PCdoB.

Integrantes do grupo de Macêdo alegam que Candisse enfrenta rejeição na capital e é inexperiente na política, por nunca ter ocupado cargo público. Já aliados de Carvalho rebatem que a candidata é alvo de discursos machistas e tem forte potencial de crescimento até o pleito.

No início de julho, o ex-deputado federal Valadares Filho (Solidariedade) pediu exoneração do gabinete de Macêdo para apoiar o adversário de Candisse, Luiz Roberto (PDT). O movimento foi visto nos bastidores como um sinal da posição do ministro. Luiz Roberto tem apoio do atual prefeito, Edvaldo Nogueira (PDT), e do governador, Fábio Mitidieri (PSD), que disputou e venceu justamente Rogério Carvalho na última eleição estadual.

Pesquisa Quaest divulgada no fim de agosto coloca Luiz Roberto e Candisse empatados tecnicamente em quarto lugar. A candidata na liderança é Emília Corrêa, do PL, com 26%; seguida por Delegada Danielle (MDB), com 19%; Yandra (União), 13%; Luiz Roberto (PDT), 9%; Candisse Carvalho (PT), 8%, e Niully Campos (PSOL), 2%. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

A presença feminina também chama atenção na capital sergipana. Enquanto nacionalmente a média de mulheres candidatas é de aproximadamente 15%, em Aracaju elas representam ampla maioria — com cinco nomes entre os que pontuam nas pesquisas, ante dois homens.

Ex-assessor de Macêdo, Valadares Filho faz campanha aberta para Roberto. Macêdo, por outro lado, mantém discrição e não expõe posicionamentos sobre o pleito de Aracaju. Apesar disso, os dois têm atuado juntos por outros candidatos, como foi o caso da carreata em apoio à candidata de Japaratuba, Sizi da Saúde (PT), no fim da semana.

Nos últimos dias, Macêdo também participou de eventos de campanha de outros nomes do PT no Estado, em cidades como Socorro, Estância e Barra dos Coqueiros. Aracaju, no entanto, ficou fora do roteiro.

Ao **Valor**, Carvalho afirmou que Macêdo, quando quiser se manifestar, será "bem-vindo". "O ministro também não tem uma posição contra. Uma hora ele vai participar de algum ato e pronto. O importante é que os parlamentares do partido apoiam [Candisse]", minimizou Rogério. Ele acrescentou que o foco agora deve estar nos adversários.

Em julho, o senador admitiu ter havido contrariedade por parte de Macêdo à candidatura de Candisse, mas ponderou que ele "é um quadro do PT e vai estar junto". "Não podemos abrir mão do eleitorado que conquistamos em 2022. Se tem uma oposição, tem uma situação. Ninguém disputa uma eleição como oposição e vira situação no dia seguinte. Senão, qual posição a gente passa?", questionou.

Carvalho nega haver um racha no PT. "Esse racha no PT é uma ficção. Existia uma posição de Márcio, que tinha uma outra preferência, não se viabilizou, que era a de Eliane Aquino e, se ela não pode, vai uma outra pessoa que eu acho que tem o mesmo potencial. É uma jornalista, com posição firme, com mestrado em gestão pública. Qual é o problema? É por que ela é casada comigo? Isso não pode ser um impeditivo", declarou o senador.

Eliane Aquino, a qual Carvalho se refere, chegou a acusá-lo, junto aos dirigentes do PT no Estado e no município, de mentirem e "quererem destruí-la". O posicionamento de Eliane foi repudiado pelos três, que disseram, em nota, ser "absolutamente inconveniente ofender as pessoas e a honra de correligionários por desavenças políticas".

Segundo interlocutores de Macêdo, por sua vez, Carvalho lançou a candidatura de Candisse sem ouvir a corrente do PT Construindo um Novo Brasil (CNB), da qual o ministro faz parte. De acordo com esses interlocutores, a CNB foi "desconsiderada" na escolha, mas depois declarou apoio à candidatura do PT.

Aliados do ministro dizem, ainda, que até o momento o ministro não foi convidado para nenhuma atividade de campanha da candidata do partido em Aracaju. E entendem, com isso, que Candisse não quer a participação do ministro na campanha. A interlocutores, o ministro tem dito ser "um homem de partido" e que "não votará em nenhum outro candidato fora do PT", apesar do pouco empenho demonstrado até o momento na campanha.

Procurados, Candisse e Macêdo não se manifestaram.

Cenário Pesquisas apontam para queda de quase 10% nos salários iniciais em agosto

Espiral deflacionária da China está entrando em uma nova fase perigosa

Bloomberg

A deflação que persegue a China desde o ano passado está agora dando sinais de intensificação, ameaçando piorar as perspectivas para a segunda maior economia do mundo e gerando mais pedidos por uma ação política imediata.

Dados divulgados ontem confirmam que, além dos custos dos alimentos, os preços ao consumidor mal subiram em grandes partes da economia, num momento em que a renda da população cai.

Uma medida mais ampla dos preços em toda a economia, conhecida como deflator do Produto Interno Bruto (PIB), provavelmente estenderá sua queda atual de cinco trimestres até 2025, segundo a Bloomberg Economics e analistas privados. Se confirmado, seria a maior sequência de deflação na China desde que os dados começaram a ser compilados em 1993.

“Estamos definitivamente em deflação e provavelmente passando pelo segundo estágio”, diz Robin Xing, economista-chefe do Morgan Stanley para a China, citando evidências de reduções salariais. “A experiência do Japão sugere que quanto mais a deflação se arrasta, mais estímulos a China precisará para quebrar o ciclo dívida-deflação.”

O perigo para a China é que a deflação pode se transformar em uma bola de neve ao encorajar as famílias que sofrem com a queda dos salários a cortar gastos ou adiar compras, por esperar que os preços cairão ainda mais. As receitas das empresas vão cair, afetando os investimentos e levando a mais cortes salariais e demissões, quebrando famílias e empresas.

Pesquisas privadas mostram que isso já começa a acontecer. Em setores da economia favorecidos pelo governo — como os de fabricação de veículos elétricos e energias renováveis —, os salários iniciais caíram quase 10% em agosto em relação ao pico de 2022, segundo constatações da Caixin Insight Group e Business Big Data Co.

Uma pesquisa com 300 executivos de empresas feita pela Cheung Kong Graduate School of Business mostra que a pressão nos custos trabalhistas no mês passado foi a mais fraca desde abril de 2020, quando os “lockdowns” da covid-19 começaram a ser afrouxados.

É um ciclo que o mundo já viu antes no Japão, a partir da década de 90, num período que veio a ser conhecido como suas “décadas perdidas” — de uma estagnação esmagadora na sequência do estouro de uma bolha nos mercados imobiliário e financeiro.

As autoridades chinesas vêm tentando sufocar uma discussão sobre a deflação, alertando analistas para que evitem usar o termo, mas ao mesmo tempo elas começam a entrar no diálogo público. O ex-presidente do banco central Yi Gang disse na semana passada que erradicar a deflação tem que ser uma prioridade para as autoridades, numa rara admissão por uma figura proeminente da China de que a queda nos preços está ameaçando as perspectivas econômicas.

Na sexta-feira, durante a Bund Summit, uma reunião de cúpula em Xangai, Yi pediu uma “política fiscal proativa e uma política monetária acomodatícia” e disse que as autoridades “deveriam se concentrar em combater as pressões deflacionárias”. O objetivo imediato da China deveria ser tornar seu deflator do PIB positivo nos próximos trimestres, disse ele.

Até agora, as autoridades não deram nenhum sinal de qualquer mudança significativa em sua política, de encorajar a produção, em vez de abordar a demanda fraca com medidas como aumentar os gastos do governo em serviços públicos e subsídios ao consumidor.

Em um sinal de que as pressões sobre os preços estão se enfraquecendo, o núcleo da inflação da China — que exclui itens voláteis como os alimentos e a energia — em agosto foi o mais fraco em três anos. As expectativas de deflação estão se espalhando pelos mercados, derrubando os rendimentos dos bônus a mínimas recordes e gerando preocupações entre as autoridades de que os bancos estão excessivamente expostos aos riscos das taxas de juros.

As fracas pressões sobre os preços estão evidentes no ritmo de crescimento do PIB nominal chinês, que avançou apenas 4% no segundo trimestre — bem abaixo da meta de crescimento econômico real de cerca de 5% este ano.

Em momentos de altas fracas nos preços, uma expansão nominal é um indicador mais útil porque reflete melhor as mudanças nos salários, lucros e receitas do governo, escreveu Luo Zhiheng, economista-chefe da Yuekai Securities, a investidores este mês.

Ontem, após a divulgação dos dados de inflação, o índice CSI 300 das ações chinesas fechou em queda de 1,4% e se aproxima do nível mais baixo em cinco anos.

A velocidade da deterioração nas perspectivas de preços na China pegou o mercado de surpresa. A inflação foi mais fraca que o previsto em três dos últimos quatro meses, aumentando 0,6% ao ano em agosto — impulsionado pela alta de 2,8% nos preços dos alimentos. O núcleo da inflação subiu apenas 0,3% ao ano no mês passado, permanecendo abaixo de 1% pelo 18º mês consecutivo.

Para piorar, os dados divulgados ontem também mostraram que o índice de preços ao produtor na China caiu 1,8% ao ano em agosto, acelerando o ritmo de contração em relação a julho.

Os preços das matérias-primas e de venda dos fabricantes caíram pelo segundo mês consecutivo em agosto, segundo dados oficiais, enquanto os preços cobrados no setor de serviços e pelas empresas de construção caíram no ritmo mais rápido desde abril de 2020.

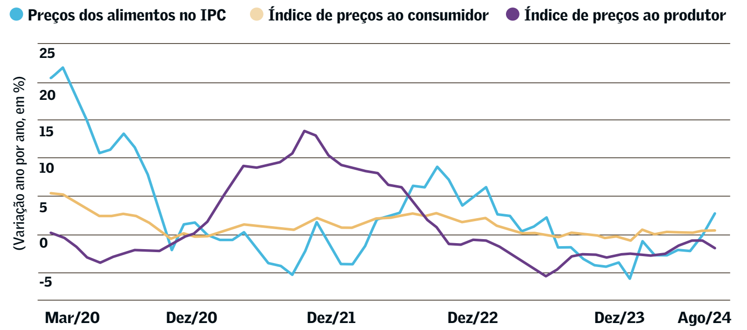
Para Jack Liu, um engenheiro de vendas de produtos de alumínio de 37 anos do sul da China, o impacto no bolso é evidente. A queda da demanda do mercado forçou sua empresa a vender com prejuízo no ano passado. Isso reduziu significativamente sua renda e hoje ele tem dificuldade em pagar as prestações de sua casa.

O dilema é que mesmo a expansão monetária pode ser deflacionária na China, por ser direcionada principalmente para o lado da oferta da economia, escreveu Michael Pettis, pesquisador sênior do Carnegie Endowment for International Peace, no mês passado.

Enquanto isso, a mentalidade deflacionária começa a se firmar. A confiança do consumidor está em níveis historicamente baixos, e as famílias relatam uma disposição crescente para economizar, em vez de gastar ou comprar casas.

Preços na China aumentam menos

IPC veio fraco em agosto apesar de o mau tempo afetar safra



Fonte Escritório Nacional de Estatísticas da China/Bloomberg

Para economistas, deflação persistirá

Deflator do PIB, uma medida de preços, cai por 5 trimestres na China

Instituição	Economista	Previsão
BNP Paribas	Jacqueline Rong	Deflator do PIB deve se manter negativo ao longo do ano que vem
ANZ	Xing Zhaopeng	Deflator do PIB deve ser negativo pelos próximos 6 meses
Bloomberg Economics	Eric Zhu	Deflator talvez seja negativo por mais alguns trimestres até o começo do ano que vem
BCA Research	Arthur Budaghyan	Deflação permanecerá pelos próximos 12 meses pelo menos
Morgan Stanley	Robin Xing	Vê mais risco de queda do deflator do PIB para -0,5% para 2024

Fonte: Bloomberg News

UE precisa investir € 800 bi por ano, alerta Draghi

Agências internacionais

A União Europeia (UE) terá de investir até € 800 bilhões adicionais por ano e em reformas radicais e rápidas se quiser acompanhar economicamente os rivais EUA e China, alertou ontem o ex-premiê italiano Mario Draghi.

O também ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), que resgatou o euro durante a crise da dívida do bloco há mais de dez anos, pediu uma “nova estratégia industrial para a Europa” em seu aguardado relatório encomendado pela Comissão Europeia.

Segundo Draghi, o bloco tem de desenvolver tecnologias avançadas, criar um plano para atingir as metas climáticas e impulsionar a defesa e a segurança de matérias-primas críticas, rotulando a tarefa como “um desafio existencial”.

Para isso, a UE precisará impulsionar o investimento em cerca de 5 pontos percentuais do PIB do bloco — algo não visto em mais de 50 anos — para transformar sua economia para que possa permanecer competitiva, afirmou ele.

Draghi alertou que o crescimento econômico da UE é “persistentemente mais lento” do que nos EUA e questionou a capacidade do bloco de digitalizar e descarbonizar a economia com rapidez suficiente para ser capaz de rivalizar com seus concorrentes do leste e oeste.

“Nunca no passado a escala de nossos países pareceu tão pequena e inadequada em relação ao tamanho dos desafios”, escreveu Draghi no relatório para a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Draghi negou que seu relatório representasse demandas do tipo “tudo ou nada” para a UE. Porém, afirmou: “Chegamos ao ponto em que, sem ação, teremos que comprometer nosso bem-estar, nosso meio ambiente ou nossa liberdade”

Atividade econômica

Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	0,12	0,83	2,07	-3,30	4,23	1.128,41	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	0,20	0,32	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	0,11	0,93	1,54	-5,92	4,11	1.314,28	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	0,30	0,72	2,48	-11,34	4,94	1.829,58	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	0,04	1,01	1,19	-3,77	3,80	1.107,61	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-0,16	0,54	2,85	3,55	4,18	754,55	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	0,70	0,72	4,27	3,49	5,23	1.134,78	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57

Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24 Valor	jul/24 Var. %	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	jul/23 Valor	jul/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Eleição nos EUA Ex-presidente rejeita mudança de regra e sugere parcialidade de emissora anfitriã; democrata diz esperar 'jogo sujo'

Sob suspeitas mútuas, Trump e Kamala encaram 1º debate

Agências internacionais

A vice-presidente dos EUA e candidata democrata, Kamala Harris, enfrenta hoje seu rival republicano e ex-presidente Donald Trump no primeiro debate presidencial entre os dois, na Pensilvânia, sob rígidas regras impostas pelas duas campanhas. As equipes de campanha buscaram eliminar qualquer detalhe que, no entender delas, pudesse dar vantagem ao rival.

O debate é organizado pela ABC News e será transmitido pelas afiliadas da rede ABC e mais 538 plataformas de streaming para todos os EUA. As equipes concordaram inicialmente em manter as regras do debate de junho, entre Trump e o presidente Joe Biden, na emissora CNN.

O ex-presidente, questionando por várias vezes a imparcialidade da emissora, e ameaçou não comparecer se qualquer regra fosse mudada. Uma dessas regras — imposta por Biden — era a que mantinha desligado o microfone do candidato que não estivesse falando. A campanha de Kamala tentou mudar a regra, mas a equipe de Trump rejeitou.

O debate começará às 21 horas na Pensilvânia (22 horas de Brasília, com transmissão, para o Brasil, da GloboNews) e está previsto para durar uma hora e meia. A mediação será de dois âncoras da emissora: David Muir, do "World News Tonight", e Linsey Davis, do "ABC News Live Prime".

Pelas demais regras, haverá dois intervalos comerciais durante o programa. Os dois candidatos terão de ficar sentados atrás de suas bancadas e não poderão fazer perguntas um ao outro.

Um sorteio feito na semana passada determinou a posição de cada candidato no palco e a ordem das considerações finais. Trump venceu o cara ou coroa e escolheu fazer a última declaração. Kamala, por seu lado, escolheu ficar na bancada à esquerda da câmera.

Analistas americanos, em geral, estimam que debates televisados exercem cada vez menos influência — principalmente em eleições presidenciais. Mas, no caso da campanha atual, dizem esses especialistas, Kamala terá uma tarefa mais dura do que a de Trump, uma vez que ela é menos conhecida, teve menos tempo para apresentar planos de governo, é tachada por Trump como uma "esquerdista radical" e nunca foi testada em um debate presidencial. Trump, por seu lado, é um dos homens mais conhecidos do país, tem posições políticas e econômicas controvertidas, mas claras, e domina amplamente a linguagem da TV.

Para Kamala, o evento oferece a oportunidade de defender sua agenda econômica e tranquilizar os americanos de que ela está pronta para servir como presidente. Nos últimos dias, em meio à preparação para o encontro cara a cara com Trump, ela lembrou a abordagem desrespeitosa nos debates com o ex-presidente, que quase sempre abalou seus rivais eleitorais anteriores.

"Não há parâmetro para ele em termos de quão baixo ele poderá ir. E devemos estar preparados para isso", disse Kamala em uma entrevista ao "The Rickey Smiley Morning Show" que foi ao ar ontem. "Devemos estar preparados para o fato de que ele provavelmente falará muitas mentiras."

Trump buscou recentemente aparentar pouca preocupação com o debate, mas manteve sessões de política com assessores que incluíram a ex-deputada democrata Tulsi Gabbard, que se envolveu em um debate com Kamala nas primárias presidenciais democratas de 2020. Também se reuniu com o deputado republicano Matt Gaetz da Flórida, o assessor de imigração Stephen Miller, e o estrategista Jason Miller.

"Você não pode falar sobre virar a página quando foi você quem criou o pesadelo atual", disse Jason Miller aos repórteres antes do debate, descrevendo uma série de ataques a Kamala, da economia à retirada de tropas do Afeganistão. E dando o tom que deve marcar a retórica de Trump no debate.

No debate da ABC, não poderão ser lidos nem exibidos documentos de nenhum tipo e nenhum tópico ou pergunta será compartilhado com antecedência com campanhas ou candidatos. Os candidatos terão dois minutos para respostas às perguntas, dois minutos para réplica e um minuto extra para esclarecimentos.

No palco, os candidatos terão apenas uma caneta, um bloco de papel e uma garrafa de água.

Kamala terá de fazer mais do que só um debate adequado

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Deveria ser fácil. A confirmação de que Kamala Harris é sã e consciente seria — no mundo ideal — suficiente para ela derrotar Donald Trump no debate de hoje.

As falhas de Trump são tão conhecidas que não precisam ser relembradas. Até mesmo Dick Cheney — que ninguém diria ser um esquerdista — anunciou que votará em Kamala. O ex-vice-presidente republicano qualificou Trump como maior ameaça aos EUA em seus 248 anos de história.

Mas a realidade é que Kamala precisará fazer muito mais do que ter um desempenho adequado. A última grande pesquisa feita antes do debate sugere que Trump tem um ponto sobre Kamala.

É claro que a pesquisa New York Times/Siena é apenas uma entre muitas. Outras pesquisas feitas nas últimas semanas tendem a sugerir que Kamala está com uma pequena vantagem no voto popular — com os Estados decisivos em empate técnico. Mas, dado o viés desfavorável aos democratas no sistema do colégio eleitoral, Kamala precisa estar vários votos à frente no voto popular para garantir a vitória. E nenhuma pesquisa sugere que ela já tenha essa liderança.

Portanto, a equipe de Kamala tem motivos para se preocupar. O aumento de entusiasmo e apoio que ela gerou após substituir Joe Biden como cabeça de chapa em julho está se dissipando.

As esperanças de que Kamala teria um salto real nas pesquisas depois da convenção democrata — e abriria uma vantagem substancial sobre Trump — não viraram realidade. Relatos de desordem no campo de Trump não se traduziram em um enfraquecimento do apoio ao republicano.

Será que a campanha de Kamala não está sendo um trunfo brilhantemente executada como retratado por alguns especialistas? Uma fraqueza óbvia é que Kamala vem relutando muito em se desviar do roteiro, evitando dar entrevistas. A primeira entrevista televisiva que concedeu foi ao lado de seu companheiro de chapa, Tim Walz — o que sugeriu falta de confiança, como se a candidata precisasse de um acompanhante para enfrentar perguntas bastante gentis.

Talvez, por isso, muitos eleitores sintam que não sabem o suficiente sobre Kamala para um julgamento. Na pesquisa recente, 28% disseram precisar se informar mais sobre ela; comparado a 9% que querem saber mais sobre Trump.

Mas essa lacuna de informação também apresenta uma oportunidade a Kamala. O debate dará a ela a chance de se definir para os muitos eleitores que darão uma boa olhada na candidata democrata pela primeira vez. Kamala precisa realmente aproveitar essa oportunidade. O confronto desta noite com Trump poderá ser sua última chance real de mudar a dinâmica da corrida — já que nenhum outro debate foi marcado até agora.

Trump e os republicanos estão se esforçando para definir Kamala como uma liberal de São Francisco e uma candidata "DEI" (sigla de Diversidade, Equidade e Inclusão), que chegou ao topo por ser uma mulher negra, em vez de por mérito. Kamala deve usar a oportunidade de para enfatizar que teve uma vida muito menos privilegiada do que Trump, que nasceu em um ambiente de dinheiro e privilégios.

Cerca de 61% dos eleitores dizem que querem ver "grandes mudanças" após a Presidência de Biden. Kamala precisa convencer os eleitores de que pode ser essa mudança, apesar de ser a vice-presidente de Biden. Sua proposta de controle de preços de alguns produtos — embora criticada por muitos economistas — pode der o tipo de proposta chamativa que realmente circule entre os americanos, que lutam contra a inflação.

Mas a história dos debates eleitorais presidenciais também sugere que eles frequentemente giram em torno de uma única frase de efeito. A resposta genial de Ronald Reagan a Jimmy Carter — "Lá vem você de novo" — foi considerada, em retrospecto, um golpe de mestre que desarmou o adversário. No debate vice-presidencial de 1988, Lloyd Bentsen foi memorável ao silenciar Dan Quayle, que imprudentemente havia se comparado a John F. Kennedy, dizendo-lhe: "Senador, você não é John Kennedy".

No debate de junho, Trump fez a fala matadora que resumiu a deterioração chocante de Biden: "Eu realmente não sei o que ele disse no final daquela frase. Acho que ele também não sabe o que disse".

Esse momento deve servir de alerta para que não se subestime as habilidades de Trump como debatedor e apresentador de TV. O desempenho de Biden no debate foi inesperadamente ruim; mas Trump se saiu melhor do que o esperado. Embora tenha apresentado o fluxo usual de mentiras e respostas desconexas, ele também se mostrou mais disciplinado e ágil do que em debates anteriores.

Se mantiver a estratégia de sua campanha de definir Trump como esquisito — e de parecer alegre, em vez de raivosa —, Kamala poderá ter a oportunidade para rir de Trump, em vez de denunciá-lo.

Na esperança de que Trump se autossabotasse com alguma explosão horrível — ou pela oportunidade de dar uma resposta rápida —, a campanha de Kamala defendeu que os dois microfones permanecessem abertos durante todo o debate. Ela perdeu essa disputa. Agora, Kamala terá de encontrar outra forma de vencer a batalha.

A verdade incômoda é que se as pesquisas não mudarem drasticamente após o debate de hoje, Kamala provavelmente caminhará para a derrota e os EUA para uma segunda Presidência de Trump.

Princesa Kate diz estar 'livre do câncer'



WILL WARR/PALÁCIO DE KENSINGTON VIA AP

Kate, a princesa de Gales, anunciou ontem o fim de seu tratamento de quimioterapia e disse estar "livre do câncer". Em uma mensagem gravada em vídeo, divulgada pelo Palácio de Kensington, Kate disse que estava aliviada que seu tratamento de quimioterapia preventiva havia terminado após nove meses "incrivelmente difíceis" e "assustadores" para ela e sua família. "Meu foco agora é fazer o que puder para permanecer livre do câncer", disse. Ela afirmou ainda que planeja retomar de forma limitada suas obrigações como membro da família real britânica nos próximos meses. Kate revelou o diagnóstico de câncer em março, depois de semanas de ausência de eventos públicos na sequência de uma cirurgia abdominal, não relacionada a câncer, segundo o palácio, ter alimentado especulações frenéticas sobre seu bem-estar. A notícia veio logo após o rei Charles III ter velado que também estava sendo tratado de câncer. Na foto, imagem da princesa no vídeo divulgado ontem.

Empresas dos EUA adiam investimentos no México com receio de reformas

Santiago Pérez e José de Córdoba
Dow Jones, da Cidade do México

Empresas americanas estão adiando investimentos no México enquanto avaliam como uma reforma da Justiça do país afetará os negócios com o maior parceiro comercial dos EUA.

A reforma do Judiciário substituiria 1,7 mil juízes federais, incluindo os 11 ministros da Suprema Corte, por meio de eleições nacionais e acabaria com a necessidade qualificações rigorosas para tornar-se juiz no país. O plano — uma emenda constitucional que deve ser aprovada nos próximos dias — preocupa investidores estrangeiros, receosos de que os magistrados passem a ficar mais comprometidos com as vontades dos eleitores do que com a lei.

A reforma é uma das medidas que o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, tenta aprovar em seu último mês no cargo, aproveitando a grande maioria no Congresso que foi conquistada na eleição de junho e já legisla desde 1º de setembro. Em seis anos no cargo, o político nacionalista confrontou empresas estrangeiras, suspendeu a construção de um grande aeroporto, forçou empresas estrangeiras a vender ou realocar fábricas e tentou restaurar o controle estatal no setor de fontes de energia, entre outros.

Segundo estimativas de representantes de empresas e consultores, empresas estrangeiras estão segurando cerca de US$ 35 bilhões em projetos de investimentos destinados a setores que vão desde o de tecnologia da informação e o automotivo até o de gasodutos e o de infraestrutura industrial, em razão da incerteza relacionada à reforma judicial e às eleições nos EUA. O valor é quase igual ao que o México atrai em investimentos estrangeiros diretos em um ano normal. Recentemente, a maior parte do investimento de empresas de fora tem consistido apenas no reinvestimento de lucros.

Também estão em jogo outros US$ 18 bilhões em investimentos privados que o México precisa para cobrir a crescente demanda por eletricidade para uso industrial. A Suprema Corte impediu iniciativas econômicas que poderiam ter prejudicado o setor de eletricidade do México e infringido o Acordo EUA-México-Canadá (USMCA, na sigla em inglês), mas alguns investidores temem que um novo tribunal eleito aprove tais iniciativas.

Como mais empresas podem querer evitar os tribunais mexicanos, é provável que haja um aumento na arbitragem internacional sobre os direitos de investimento, embora seja mais custosa. O crédito às empresas no México também seria afetado pela incerteza, segundo executivos de banco de investimento.

Além disso, a medidas ameaçam prejudicar as negociações de revisão do USMCA em 2026, de acordo com a Global Companies in Mexico, um grupo de altos executivos de cerca de 60 empresas que operam no país. Entre elas, estão gigantes americanas como AT&T, FedEx, 3M, PepsiCo, Honeywell International, Cargill, Visa, MetLife e General Motors.

Earl Anthony Wayne, ex-embaixador dos EUA no México, disse ter ouvido de executivos americanos que as empresas estão suspendendo investimentos no México enquanto aguardam para ver como a proposta de reforma judicial se desenrola. Caso a reforma, como se prevê, seja aprovada, ele acredita que o México terá dificuldade em atrair investimentos de "nearshoring" [a estratégia de levar a produção para mais perto do local de venda do produto] para competir contra a China, criar empregos e combater a pobreza.

"O México vai receber muita atenção negativa", disse Wayne, hoje pesquisador no centro de estudos americano Wilson Center.

A substituição dos juízes também afetaria tribunais trabalhistas e violaria disposições do USMCA, que exigem nomes independentes, segundo a Câmara Americana de Comércio no México.

Ken Salazar, embaixador dos EUA no México, advertiu que a reforma judicial prejudicaria a democracia do país e colocaria em risco o comércio com os EUA.

"Se não for feita corretamente, ela pode realmente prejudicar o relacionamento", disse Salazar sobre a reforma.

A presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum, apressou-se em tranquilizar investidores e diplomatas de que a reforma não será prejudicial para os negócios, mas disse que não cabe a outros países discutir como o México escolhe seus juízes. "Não afetará nossas relações comerciais, nem os investimentos privados e estrangeiros", escreveu recentemente na plataforma de relacionamento social on-line X.

> "O México certamente vai receber muita atenção negativa"
> *Earl Anthony Wayne*

Nos EUA, juízes federais são indicados pelo presidente, confirmados pelo Senado e têm mandato vitalício. Em muitos Estados, há eleições para juízes, enquanto em outros, os governadores os escolhem, às vezes com o auxílio de comissões.

Integrantes do futuro gabinete ministerial de Sheinbaum têm ressaltado o fato de que nos EUA a eleição de juízes é uma prática generalizada. "De todos os principais parceiros do México, os EUA são o país que mais seleciona juízes" por meio de eleições, disse Marcelo Ebrard, recentemente nomeado por Sheinbaum para servir como ministro da Economia.

Na sexta-feira, contudo, López Obrador levantou novas preocupações ao fazer comentários sinalizando que a reforma foi formulada para acabar com uma era em que juízes protegiam empresas estrangeiras. "Será que vão seguir defendendo empresas estrangeiras que vêm saquear, roubar e afetar a economia mexicana?", perguntou.

Mas provavelmente, a reforma acabará com o rigoroso processo por meio do qual os juízes são escolhidos. Juan Luis González Alcântara, ministro da Suprema Corte, disse que "é difícil imaginar um país que atraia investimento estrangeiro ou encoraje o interno quando as condições mínimas de segurança jurídica não existem".

"Prevemos que os investidores vão apertar o botão de adiar, no que se refere a grandes investimentos, pelo menos, até outubro ou novembro", segundo nota do Morgan Stanley sobre o México. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Curta

Repressão à imigração

O governo da Alemanha anunciou ontem que vai ampliar os controles temporários para todas as suas fronteiras terrestres para intensificar sua resposta às demandas públicas por uma abordagem mais rigorosa em relação à imigração irregular. A medida visa a restringir ainda mais a imigração irregular e proteger os alemães dos perigos representados pelo terrorismo islâmico. Berlim notificou ontem a União Europeia sobre a ordem de impor controles nas fronteiras terrestres com a França, Luxemburgo, Holanda, Bélgica e Dinamarca pelo período de seis meses. Isso se soma a restrições já em vigor nas fronteiras terrestres com a Polônia, República Tcheca, Áustria e Suíça. As novas medidas entrarão em vigor na próxima segunda-feira e permitirá que as autoridades recusem a entrada de pessoas na fronteira de um modo que seja "eficaz e compatível com a legislação europeia".

ECONÔMICO
Valor

Risco fiscal piora perfil da dívida mobiliária federal

O aumento do risco fiscal teve impacto na administração da dívida mobiliária federal e desembocou no ajuste que o Tesouro acaba de fazer no Plano Anual de Financiamento (PAF). Contrariando promessas feitas no início do ano, o Tesouro vai reduzir a oferta de títulos prefixados (com rendimento definido na compra) e passar a emitir mais papéis atrelados à Selic (LFT), sob pressão da demanda. A mudança sinaliza uma piora na composição na dívida mobiliária e seu provável encarecimento.

No início do ano, a direção do Tesouro comemorou ter atingido quase todas as metas do PAF de 2023, como a melhora na estrutura de vencimento da dívida. O prazo médio de vencimento voltou aos quatro anos e apenas 20% do total venciam em 12 meses. Além disso, foram feitas em 2023 emissões externas que pagaram juros apenas um pouco acima das taxas dos títulos do Tesouro dos EUA.

Embalado pelos bons resultados, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou que seriam emitidas neste ano Letras do Tesouro Nacional (LTN), títulos prefixados, de 72 meses. Os prefixados são os papéis preferidos pelo Tesouro porque dão mais previsibilidade aos compromissos, e o alongamento do prazo seria bastante favorável. Outro objetivo era reduzir o percentual da dívida com vencimento em 12 meses para menos de 20% do total, mesmo tendo que apelar para papéis com taxas flutuantes.

Tudo parecia correr bem até que o cenário externo começou a mudar após o primeiro trimestre. Surpreendentemente o Japão elevou os juros, inviabilizando operações de "carry trade" (estratégia de investimento em moedas com base no diferencial de juros entre dois países) com a moeda japonesa. Depois, a expectativa de corte dos juros americanos foi colocada em dúvida com o aumento da inflação nos EUA e sinais de que a economia estava mais aquecida do que se imaginava. No mercado doméstico, em abril, os prometidos superávits de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026 foram reduzidos para 0,25% e 0,5%, respectivamente, com o governo contando basicamente com o aumento das receitas para atingir as metas.

A previsão de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) demoraria mais do que se esperava para reduzir os juros e a deterioração da percepção fiscal causaram turbulência no mercado financeiro. Mesmo agora, depois que novos números abriram espaço para a redução dos juros americanos, a expectativa é que a Selic pode até subir. No mercado futuro de juros, os vencimentos mais longos rondam os 12% ao ano. A taxa dos títulos atrelados à inflação, as NTN-Bs, superaram os 6% ao ano, o maior nível em um ano, no fim de abril.

Mais recentemente, houve redução na demanda por NTN-B, que chamou a atenção do Tesouro, com a concorrência cada vez maior das debêntures incentivadas, títulos privados que são também corrigidas pelo IPCA, oferecem juros maiores e não pagam Imposto de Renda (IR). Cálculos do mercado indicam que as emissões de debêntures incentivadas, somadas às dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) indexados ao IPCA, superaram as de NTN-Bs no primeiro semestre.

A demanda por títulos públicos passou a se concentrar nas LFTs, que seguem variação da taxa Selic e que ultrapassaram as metas do PAF já em julho, tornando inevitável o ajuste anunciado agora. Das emissões de títulos públicos feitas neste ano, 66% são de LFT, 23% de papéis prefixados e 10% de indexados ao IPCA.

Ao final de julho, a dívida mobiliária federal estava em R$ 7,14 trilhões, dentro dos limites estabelecidos pelo PAF deste ano, de R$ 4 trilhões a R$ 7,4 trilhões, dos quais 4,5% externos. O percentual que vence em 12 meses correspondia a 17,46%, praticamente estável em relação ao mês anterior. O prazo médio da dívida — o tempo necessário para que todos os investidores resgatem todos os empréstimos — subiu ligeiramente, de 4,02 anos em junho para 4,03 anos em julho, mantendo-se acima de 4 anos por um período de tempo que não ocorria desde antes da pandemia. Entre janeiro e setembro de 2020, o prazo médio da dívida mobiliária caiu de 4,74 anos para apenas 2,09 anos, recuperando-se gradualmente.

Foram alterados três pontos do PAF. A participação das LFTs foi ampliada para 43% a 47%, acima da faixa anterior de 40% a 44%. Em julho, já estava em 44,95%. A banda dos papéis prefixados LTNs e NTN-Fs, geralmente preferidos pelo Tesouro, foi reduzida para 22% a 26%, contra uma anterior de 24% a 28%. E a dos títulos atrelados a índices de preços (NTN-Bs) passou a 25% a 29%, também inferior à de 27% a 31%, que vigorava antes.

A revisão do PAF não é corriqueira. A última vez que ocorreu foi em junho de 2021. Nos últimos dez anos, o PAF foi alterado cinco vezes. Mas não deixa de ser uma sinalização negativa para a dívida pública e pode resultar em encarecimento do custo de financiamento. A revisão feita agora abre espaço para que mais da metade da dívida mobiliária federal seja caracterizada pela volatilidade e pela imprevisibilidade, uma vez que 47% estarão em LFTs e 4%, em dólar. Enquanto o governo não conseguir fazer superávit primário, terá que se endividar mais para rolar todos os vencimentos.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Maior desafio a ser vencido será manter-se competitivo com o aumento previsto da carga. Por **Rafael Marin**

Olimpíada tributária: como se preparar para 2027?

A corrida para se adaptar à nova reforma tributária já começou, e as empresas brasileiras precisam estar prontas para enfrentar os desafios que estão por vir. Assim como um atleta que, ao término de uma Olimpíada, começa a se preparar para a próxima competição, as companhias devem iniciar agora seu treinamento.

O desafio, porém, é ainda maior, pois o prazo para se adaptar é curto. Em 2026, começa a ser cobrada alíquota de 1% de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e de CBS (Contribuição sobre Bens) e, em 2027, esses impostos passam a ser integrais. Além disso, a modalidade de operação é totalmente desconhecida, exigindo investimentos substanciais e um profundo estudo da cadeia produtiva para que as empresas continuem competitivas.

A complexidade começa pelo aumento nas obrigações acessórias. Hoje, segundo o Banco Mundial, uma organização no Brasil gasta, em média, 2.600 horas por ano para prestar esclarecimentos ao Fisco. Com a reforma tributária, arrisco em dizer que seremos os campeões mundiais nesta modalidade, tamanhas serão as exigências e processos tributários.

Além disso, as empresas precisarão correr e saltar ao mesmo tempo. Até que a nova legislação entre em vigor na totalidade, será necessário operar simultaneamente com dois sistemas tributários: o atual e o novo. Isso trará uma complicação de enorme para os escritórios de contabilidade e exigirá investimentos em desenvolvimento de processos e softwares.

Mas o maior desafio a ser vencido será se manter competitivo com o aumento da carga tributária. Segundo estudos recentes do Ministério da Fazenda, a taxa dos novos impostos (IBS e CBS) poderá atingir 27,97%, caso as alterações sugeridas à reforma sejam aprovadas na Câmara dos Deputados. A projeção supera os 26,5% projetados inicialmente. A estratégia é estudar bem as novas regras e buscar os mecanismos de compensação ao invés de simplesmente absorver a nova alíquota.

O primeiro passo é a companhia conhecer qual será sua efetiva carga tributária. Entender seu processo produtivo e a aplicação dos principais insumos. Depois, mapear a carga tributária destes e os créditos que serão gerados. Observar, principalmente, se os seus fornecedores são geradores de crédito para auxiliar na redução da carga tributária. Ainda, terá que mapear os principais clientes e calcular a carga tributária efetiva (crédito-débito) na venda. Antecipar se o cliente poderá ser um gerador de créditos e como monetizá-los.

Importante, também, analisar se os créditos sobre produtos intermediários estão sendo considerados e quais são os riscos da apropriação.

Atenção redobrada com os regimes diferenciados. A reforma tributária prevê, por exemplo, regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros e cooperativas. O problema da existência disso é que essas modalidades geram impactos gerais na tributação, como o aumento de alíquotas. Será importante, dessa forma, se fazer uma análise do negócio, comparando a carga tributária no regime normal e no diferenciado. Se a ela for menos onerosa no segundo, o empresário terá que reestruturar o negócio, para se adaptar de acordo com os critérios previstos em lei para o regime específico.



PEXELS POR PIXABAY

As cooperativas de crédito, por exemplo, terão que fazer uma análise se será vantagem permanecer com esta natureza ou passar a explorar a atividade por meio de sociedade mercantil, já que os serviços financeiros terão regime especial após a entrada em vigor da reforma. As análises precisam ser feitas porque regime específico não é sinônimo de regime mais benéfico — às vezes ele pode gerar carga tributária menor, porém ser mais complexo e oneroso.

Depois de toda essa análise, as empresas ainda podem descobrir que alguns dos seus fornecedores não conseguem gerar crédito — um dos casos são as companhias enquadradas no Simples Nacional. Começa aí uma nova corrida: a busca por novos fornecedores, que atendam as demandas da companhia e, ainda, contribuam com a redução da carga tributária. Para aqueles que operam no Simples Nacional, há contas importantes a fazer: em muitos casos, pode valer a pena pagar um pouco mais de imposto para gerar créditos aos seus clientes e, assim, se manter competitivo no mercado.

Para os prestadores de serviços, o cenário é ainda mais desafiador. Estão previstas alíquotas específicas e diferenciadas para profissionais liberais, como advogados, engenheiros e contadores, por exemplo. Como compram poucos insumos, esses profissionais terão, portanto, menores chances de compensação de impostos e a carga tributária terá um aumento substancial. O que representa um alto risco econômico para o país, uma vez que o setor de serviços é responsável por mais de 59% dos empregos formais e quase 70% do PIB, segundo dados do IBGE. A solução, se é que ela existe, é rever os contratos de prestação de serviços, reajustar os preços acordados e reduzir custos operacionais, como empregos, para continuar operando.

O consumidor brasileiro, pessoa física, também precisará se preparar para assistir a essa olimpíada tributária. Será uma mudança cultural para sentir, na boca do caixa, o peso da carga tributária que, hoje, é intrínseco. A partir da reforma, o imposto será aplicado na hora do pagamento, o que exigirá uma campanha educativa do setor varejista. E por falar em varejo, esse sim, será beneficiado. Os novos tributos (IBS e CBS), não serão cumulativos. Ou seja, não serão cobrados em cascata sobre as diversas etapas da cadeia produtiva, uma vantagem para as empresas do varejo, que terão mais oportunidades de gerar créditos na aquisição de insumos, em comparação ao panorama atual.

Essa é a nova matemática que as companhias brasileiras precisarão dominar nos próximos anos e a estratégia para vencer essa corrida começa a ser traçada agora. Quem estiver bem preparado, investindo em capacitação e em tecnologia para lidar com as mudanças, certamente estará um passo à frente na competição que é empreender no Brasil.

Rafael Marin é advogado tributarista da Biolchi Empresarial.

Clima, caos e pobreza elétrica

Edvaldo Santana



Na adolescência, ficava fascinado com alguns feitos históricos. Os egípcios, em 5.000 a.C, definiram o ano com 365,242 dias. Pensava: como fazer estimativa tão precisa sem calculadora? Tales, em 640 a.C, já previa o eclipse da Lua, e Hiparco, em 140 a.C, estimou com precisão absurda a ocorrência de eclipses do Sol e da Lua nos seiscentos anos posteriores.

Edmond Halley, apenas com lápis e rudimentos de uma régua de cálculo, determinou, em 1705, a periodicidade do cometa que recebeu seu nome. Os cálculos especificavam até em que regiões da Terra o cometa seria melhor visto. Os estudos dos astrofísicos, desde os tempos idos, quase podiam descrever o futuro do universo.

Porém, mesmo com poderosos computadores, não há como prever, com 90 dias de antecedência, o volume de chuva na bacia do rio Paraná em dezembro de 2024, essencial para a geração de energia. Um detalhe: as equações para analisar o movimento do ar e da água são, desde a época de Tales, tão conhecidas quanto aquelas aplicadas para detalhar o movimento dos planetas.

Os avanços foram esplendorosos. Em maio, já sabíamos que o inverno seria mais quente e seco. A meteorologia previa que, no Sul, seriam poucos dias de frio intenso, entremeados com longos intervalos de dias quentes. Mas foram dois vexames climáticos em 120 dias: as cheias gaúchas e dezenas de milhares de focos de incêndios florestais, com recordes diários.

E no setor elétrico, como seria? Para um período de 25 anos, observa-se, com base em dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), que, entre 2000 e 2005, a energia natural afluente (ENA), que é a água possível de transformar em eletricidade, equivalia a 93% da média de longo prazo. E olha que 2001 foi o ano do racionamento. A situação era mais confortável nos seis anos seguintes, com a ENA de 98% da média.

A coisa começou a deteriorar-se a partir de 2014. Dali até 2021, quando comparado com o que ocorria desde 1931, a ENA foi 76% da média, ou 22 pontos percentuais menor que a dos seis anos anteriores. É como se sumisse um montante de energia suficiente para atender toda a demanda por quatro meses. Nesse período, tivemos duas graves crises, em 2014 e 2021.

E aqui vem um detalhe desolador: em 2022 e 2023, tidos como os anos de recuperação da crise de 2021, o volume de água que chegou às hidrelétricas foi bem menor que o de qualquer dos anos entre 2000 e 2013, excluído o do racionamento. Ou seja, mesmo os melhores anos do período recente são piores que a média do passado mais distante.

A situação de 2024 é meio pavorosa. A média da ENA é inferior a 60%, sendo de 45% a previsão para o restante de setembro. E, veja só, em 2014 e 2021, com inéditas escassezes de recursos hídricos, a média era 67% e 68%, respectivamente.

Ainda que medições do ONS contemplem bons parâmetros de aversão a riscos, escassez hídrica é mais severa que se prevê

O gráfico da hidrologia seria um típico sobe e desce agudo, na forma de uma curva "dente de serra irregular e caótica", com fases de crises intensas. Ou teria perfil semelhante àquelas profundas "costelas de areia" que surgiram nos rios Madeira e Paraguai. Retrata o quanto, depois de 2013, as mudanças climáticas limitaram a produção das hidrelétricas.

Como, ao longo do tempo, a água chega aos reservatórios em volumes notadamente menores, a média de longo prazo adotada na operação do sistema está superestimada, pois atribui para 2024 quase o mesmo peso da série entre 1931 e 1981, quando não existiam ou não eram severos os efeitos do aquecimento global.

Por isso, quando o ONS disse, no dia 6, que a expectativa para o restante deste mês, no Sudeste, é uma ENA de 49% da média, esse percentual será certamente inferior, dado que a média dos últimos 10 anos é bem menor que a dos 20 anos anteriores, que é menor que a dos 64 mais distantes.

Consequência: ainda que as medições do ONS contemplem bons parâmetros de aversão a riscos, a ENA, quando se leva em conta apenas os 10 anos mais recentes, seria, na melhor das hipóteses, de 8 a 10 pontos percentuais menor que os 49% previstos oficialmente. Com os níveis dos reservatórios mais baixos, a oferta de energia em 2025 dependerá, perigosamente, das chuvas nos primeiros meses do ano.

A escassez hídrica é, assim, bem mais severa. Embora eu não concorde com as premissas nem com a eficiência das bandeiras tarifárias, a de escassez hídrica, se ainda existisse, seria a que melhor refletiria o quadro atual.

Como resolveremos a crise? Repetindo a solução de 2014 e 2021, que é acionar mais e mais térmicas. Essas usinas, de fato, contribuem com a confiabilidade e ajudam a manter mais água nos reservatórios. Mas são muito caras, podendo chegar a R$ 2.500/MWh, que é dez vezes maior que o custo médio das demais fontes. Por isso, aumentarão a conta de luz, em especial para os mais pobres.

E como a solução implica emitir mais gases de efeito estufa, serão acentuados os danos das mudanças climáticas. A solução é, com isso, quase uma antissolução: pode resolver a crise atual, mas é certo que, com a maior frequência de crises, piorará o futuro. E é uma solução vaidosa e perversa: para tentar minimizar os efeitos da crise na população atual, prejudicará o bem-estar de novas gerações.

A sucessão de crises, ou o dente de serra irregular e caótico, tem outra característica mortal: como ficam incertas ou de risco muito elevado a segurança e a confiabilidade, é natural que sejam adotadas estratégias mais conservadoras na operação do sistema, como o uso frequente de termelétricas. A oferta de energia, então, ficará mais cara, com novos aumentos da conta de luz. Esta é a espiral da pobreza elétrica, que vem junto com a pobreza climática.

Para concluir: não sei qual será o volume de chuvas no Sudeste em dezembro de 2024, mas afirmo, com base num calendário criado há milhares de anos, que a Lua será nova em 1º de janeiro de 2500, quando o Brasil iniciará a comemoração dos 1.000 anos do descobrimento.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

Dados terão papel crucial em questões globais. Por **Francisco Gaetani e Virgílio Almeida**

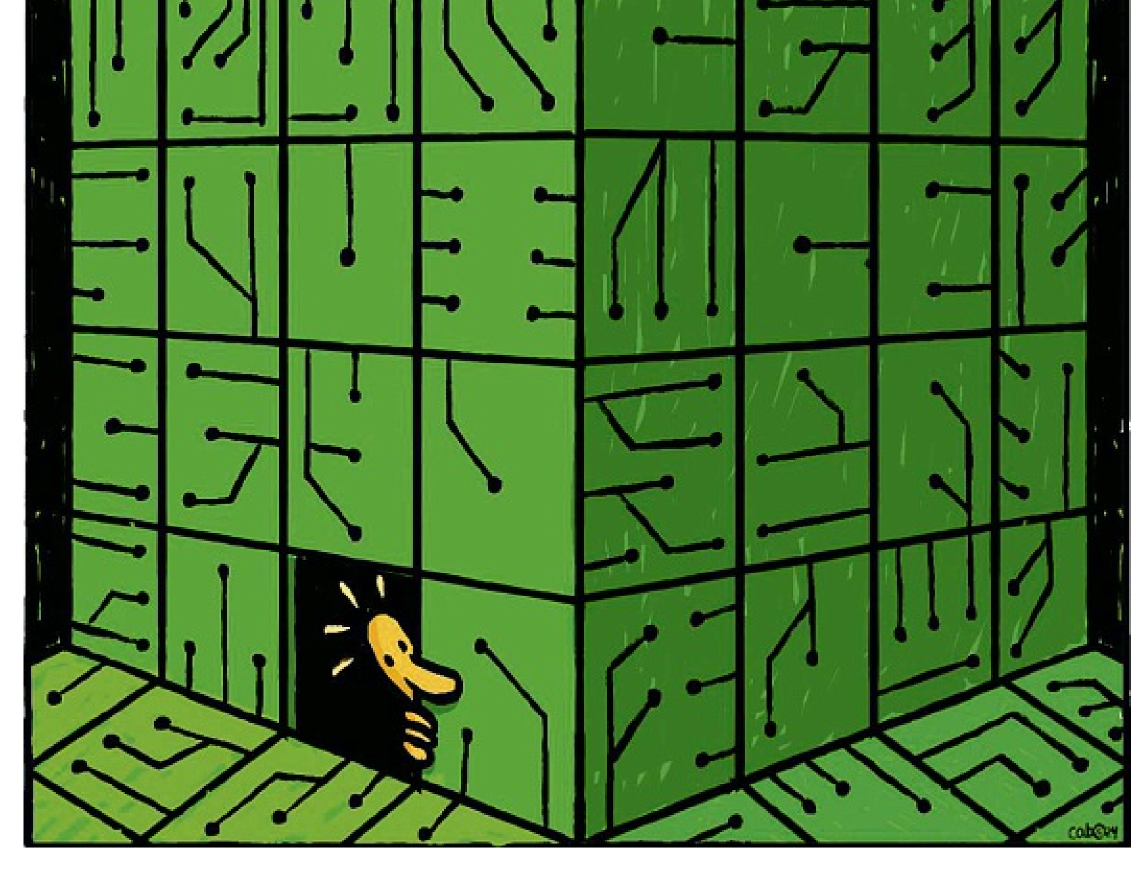
Por que dados importam?

Dados são um elemento central do mundo contemporâneo, com impacto em inúmeras atividades na economia e na sociedade. Na era digital, indivíduos, grupos e governos estão continuamente gerando enormes quantidades de dados, que são usados para tomar decisões, impulsionar a inovação, ampliar competitividade, embasar políticas e gerar lucros.

Como um moderno recurso global, dados são facilmente compartilhados, replicados, negociados e trocados. Ultrapassam fronteiras e são um desafio à soberania nacional. Associadas à acelerada valorização dos dados, surgem novas questões nacionais e internacionais. Quem possui, controla e protege os dados de um país? O que é a governança de dados e por que isso importa para os países, governos, políticas, empresas e pessoas? Como desenvolver políticas de dados que equilibrem os interesses globais no mundo digital, sem comprometer os interesses nacionais de países em desenvolvimento, como o Brasil?

Há uma crescente demanda por acesso a dados globais, com consequências significativas e complexas. Afinal, em jogo estão desafios econômicos, segurança nacional, direitos de privacidade e autonomia cultural. Dados são representação de fatos, eventos e decisões que moldam a vida social, econômica, cultural e política do país em diferentes formatos: texto, imagens, áudios e vídeos.

Quem controla os dados possui um poder considerável para estabelecer vantagens econômicas, moldar narrativas, influenciar comportamentos e definir as regras da transformação digital global. Os dados apresentam oportunidades, mas também riscos, como por exemplo, ameaças à privacidade, possibilidades de manipulação, restrições à liberdade de expressão e espionagem econômica e política.



Quem controla os dados possui um poder considerável para estabelecer vantagens econômicas, moldar narrativas, influenciar comportamentos e definir as regras da transformação digital. Por isso, o conceito de governança ganha importância geopolítica

Por isso, o conceito de governança de dados ganha importância no cenário geopolítico global. Uma estratégia nacional de governança busca administrar os dados como um ativo nacional valioso, garantindo o direito de indivíduos, grupos, empresas e governo de possuir e controlar seus próprios dados dentro de regras de um processo democrático. Nesse sentido, as políticas definidas por um processo de governança determinam os direitos de decisão e as responsabilidades sobre os dados gerados. Além disso, a governança de dados modela políticas, padrões e procedimentos de monitoramento contínuo da conformidade.

Uma estratégia nacional deve definir intenções acordadas politicamente para o acesso, manutenção e uso de todos os dados coletados no Brasil, como também princípios e normas para o intercâmbio e fluxos transfronteiriços de dados. No entanto, uma perspectiva que considera apenas interesses nacionais não é suficiente no mundo contemporâneo e interconectado. Questões globais, como mudanças climáticas, pandemias, fome e pobreza, exigem ações que vão além de fronteiras nacionais, em que os dados vão cada vez mais desempenhar um papel crucial na proposição de ações internacionais e no desenvolvimento da ciência na busca de soluções para os grandes desafios.

A questão de acesso a dados aparece constantemente na agenda de organismos multilaterais como ONU, OCDE, G7, G20 e nas investidas das grandes empresas de tecnologia, que necessitam sempre mais dados para treinar suas tecnologias de inteligência artificial. No entanto, os grandes detentores de dados, especialmente as big techs do Hemisfério Norte, têm restringido o acesso a dados proprietários, aprofundando as desigualdades existentes, principalmente no que se refere às oportunidades de avanço científico e tecnológico nos países do chamado "Sul Global".

Uma questão essencial será definir um conjunto de princípios de utilização de dados que sejam atemporais e universais, abrangendo todas as comunidades de dados. Esses princípios devem se apoiar em normas e diretrizes internacionais já estabelecidas, equilibrando os diferentes direitos das partes envolvidas e incorporando padrões que incentivem a inovação no uso criativo, confiável e ético dos dados, ao mesmo tempo em que protejam contra usos indevidos.

Esta não é uma tarefa trivial. É crucial que esses princípios contemplem aspectos fundamentais como qualidade, confiabilidade, transparência, "accountability", governança, igualdade de acesso, privacidade, proteção de dados, direitos autorais e de propriedade, abrangendo tanto dados pessoais quanto de empresas e governos, humanos e não humanos, e públicos e privados.

Os princípios devem também prever as regras para o compartilhamento, a propriedade, a reutilização e a recursividade dos dados. O Brasil precisa estabelecer um conjunto de princípios que estabeleçam os diferentes direitos das partes interessadas no reúso criativo, confiável e ético de dados, enquanto protegem contra o uso indevido prejudicial, dentro dos limites da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Durante a preparação das recomendações para o comunicado final do G20, vários grupos de interesse foram formados para representar diferentes segmentos da sociedade. Um desses grupos, representando as áreas de ciência dos 20 países (S20), elaborou um documento com recomendações sobre cinco grandes temas globais: inteligência artificial, bioeconomia, transição energética, saúde e justiça social. Uma das recomendações desse documento diz respeito a políticas de dados, em que os países concordaram em "contribuir para o estabelecimento de regulamentações de IA e padrões de governança de dados que beneficiem todos os países de forma justa e preservem os valores humanos".

Essa recomendação abre uma oportunidade para o Brasil construir uma política de governança de dados inovadora e internacional, que leve em consideração as particularidades dos países em desenvolvimento. Se vai ou não ser incorporada nos relatórios finais do G20 vai depender das negociações do final do ano. Mas a marcha da questão dos dados para o topo de agenda global é irreversível e certamente será um ponto da pauta da passagem do bastão da Presidência do G20 brasileira para a sul africana.

Francisco Gaetani é professor da Ebape/FGV e secretário extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Virgílio Almeida é professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard, professor emérito da UFMG e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Frase do dia

"Se pegar os últimos 30 anos, o avanço é pífio. O planejamento não privilegia o transporte de massa"

De Marcus Quintella, da FGV Transportes, sobre o ritmo lento de avanço da malha de metrôs e trens urbanos em todo o país

Cartas de Leitores

Campanha teatral

O fundo eleitoral, que tem como origem os impostos pagos pelos brasileiros, financia campanhas milionárias, com direito a marqueteiros, músicos e gráficas, que imprimem santinhos que sujam as nossas cidades.

Os cofres públicos se abrem para garantirem a farra dos políticos, que sabem representar papéis, como atores de teatro. Frequentemente, o povo menos esclarecido é facilmente enganado por esses falsos salvadores da pátria. O deboche corre solto em um ano eleitoral, reacendendo os eleitores de cabresto.

O resultado dessa triste peripécia bianual é a queda da qualidade do ensino público, a falta de segurança nas grandes capitais, a carência de saneamento e principalmente um sistema de saúde deficiente.

Até quando vamos continuar assistindo a essa palhaçada no nosso sistema eleitoral?

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Plano Brasileiro de IA

Nos anos 2000, o então presidente Lula reuniu um consórcio de universidades brasileiras para desenvolver o SBTVD, o sistema de TV digital brasileiro. Não seria pertinente criar uma iniciativa similar para o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)?

O investimento de R$ 23 bilhões seria muito melhor aplicado nas mãos de universidades de ponta, como USP, Unicamp, ITA, PUC e Mackenzie, do que sob o controle de entidades cuja competência é incerta.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

Jogos Paralímpicos

Memorável o sucesso em Paris dos 280 atletas paralímpicos do Brasil. Após as 72 medalhas conquistadas em 2021 no Japão (22 de ouro, 20 de prata, 30 de bronze), galgando o 7º lugar, nesta Paralímpiadas de Paris, os atletas brasileiros, além da 5ª posição (atrás somente da China, Grã-Bretanha, EUA e Holanda), a melhor da história, bateram o recorde com 89 medalhas, sendo 25 de ouro, 26 de prata e 38 de bronze. Com destaque para o atletismo, com 35 pódios, e a natação, com 26 pódios. É de se destacar, que, pelo talento brasileiro, nosso país, hoje uma potência olímpica e paraolímpica, pode muito mais.

Depende da sensibilidade do governo para que priorize investimentos em Estados, de grande concentração de famílias de baixa renda, construindo dezenas de centros poliesportivos. Com os quais, além criar empregos para profissionais da área, com boa alimentação, e estudo para milhares de crianças e jovens, tirando-os até da criminalidade, poderemos nos próximos anos surpreender o mundo com maior número de conquistas de medalhas em todas modalidades esportivas. Recursos não faltam.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Ambiente Diretor do Columbia Global Center no Rio de Janeiro defende ideia de que setor privado também tem papel crucial nos investimentos em resiliência climática

Solução do financiamento climático começa 'em casa', diz Thomas Trebat

Naiara Bertão
De São Paulo

Com sólido histórico acadêmico e vasta experiência em análise de políticas, Thomas Trebat, diretor do Columbia Global Center no Rio de Janeiro, é reconhecido por seu trabalho na integração da ciência climática com o planejamento urbano e as estratégias de desenvolvimento sustentável. Crítico com relação à como as cidades funcionam hoje, ele acredita que especialmente as cidades de países em desenvolvimento podem enfrentar muitos desafios com as mudanças climáticas.

Sob sua liderança, a Columbia estabeleceu uma rede mundial de 11 centros globais que buscam conectar a universidade a organizações, governos e sociedade das localidades em que estão inseridas. Apesar de ter iniciado sua carreira em Wall Street, no Citigroup, ele trabalha com pautas da América Latina desde a década de 1980.

Em entrevista exclusiva, Trebat destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais eficaz para lidar com a distribuição desigual de fundos destinados a mitigar e reparar danos climáticos em países em desenvolvimento. Ele aponta que nações pequenas e menos desenvolvidas, que pouco contribuíram para o aquecimento global, estão suportando a maior parte dos custos associados às mudanças climáticas.

Trebat participar no dia 18 do Brazil Climate Week, evento organizado por brasileiros que aproveita a agenda da Semana do Clima de Nova York e a conferência anual das Nações Unidas para mostrar as potencialidades do Brasil na economia verde.

Trebat observa que a compensação global ainda não avançou para oferecer ajuda concreta a esses países. Ele sugere que, enquanto a ajuda internacional não é garantida, a melhor estratégia para o Brasil é aprender com o passado e investir em infraestrutura resiliente para mitigar riscos e choques.

Enfatiza a importância de uma mudança de mentalidade nos governos municipais e ressalta a necessidade de parcerias público-privadas para implementar estratégias de resiliência, com exemplos de sucesso em locais como Nova York e Cingapura.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Uma discussão que tem ganhado força no mundo é sobre a distribuição desigual de fundos para financiar ações de adaptação e mitigação de efeitos de eventos climáticos extremos. O argumento é que países em desenvolvimento, como o Brasil, tendem a ser mais impactados, especialmente por não terem recursos suficientes para investir. O que o sr. pensa a respeito?*

Thomas Trebat: Esta questão faz parte de uma discussão internacional muito importante sobre a prestação de reparação por "perdas e danos" sob o Acordo de Paris. O cerne da questão é que pequenas nações em desenvolvimento têm pouca ou nenhuma responsabilidade pelo aquecimento do planeta, mas suportam grande parte dos custos. No caso das pequenas nações insulares, a perda potencial devido ao aumento do nível do mar pode ser catastrófica. Países em desenvolvimento de renda média baixa também têm reivindicado reparações internacionais por desastres naturais ligados às mudanças climáticas globais. O Paquistão, por exemplo, sofreu inundações devastadoras em 2002, resultando na morte de quase 2 mil pessoas. Neste ano, Bangladesh enfrenta danos por inundações. Países de renda média, como o Brasil, no caso das enchentes no Rio Grande do Sul, também têm o direito, em teoria, de reivindicar compensação global pelos danos extensos causados pelas mudanças climáticas.

Valor: *O sr. disse "em teoria". Vemos algum avanço das discussões?*

Trebat: A conversa global sobre perdas e danos, infelizmente, não avançou ao ponto de que nações mais ricas ofereçam ajuda concreta aos países pobres e de renda média. É impossível imaginar que avanços significativos sejam feitos em breve. A melhor esperança é que o impacto global das mudanças climáticas se torne cada vez mais evidente e que os países mais ricos, aqueles que produzem a maior quantidade de gases de efeito estufa, redobrem seus esforços de mitigação para atingir as metas de emissões líquidas zero até 2030 e 2050.

Valor: *E como ficam os demais países?*

Trebat: Para países de renda média pouca ajuda pode ser esperada e pouca esperança existe de que a "inovação financeira" possa fornecer financiamento adicional no futuro previsível. A melhor esperança para o Brasil é aprender as lições do passado em relação à falta de resiliência na infraestrutura básica, como por exemplo controle de enchentes, sistemas de drenagem, para minimizar riscos e choques.

Valor: *O que significa aumentar a resiliência das cidades contra as mudanças climáticas?*

Trebat: Cidades resilientes são aquelas que entendem a ciência climática e como adaptar o conhecimento científico para atender às necessidades dos cidadãos sem ao mesmo tempo perder de vista o objetivo do desenvolvimento econômico e social na cidade. A ciência climática precisa ser incorporada a todos os sistemas de infraestrutura, incluindo energia, transporte, habitação, edifícios, drenagem, água e saneamento, entre outros. As ações devem ser transversais. A adaptação climática não é um fim em si mesma. É preciso mudar as políticas governamentais para levar em conta como os gastos públicos devem se adaptar ao desafio climático.

Valor: *Qual o papel do setor público?*

Trebat: A questão mais importante envolve mudança de mentalidade em relação às respostas das cidades aos perigos das mudanças climáticas. Isso significa ter um governo municipal esclarecido e que vê a necessidade de um plano abrangente e alinhado ao enfrentamento das mudanças climáticas para o desenvolvimento sustentável. No Brasil, o Rio de Janeiro está na vanguarda da ação climática. Seu Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática serve como um modelo para megacidades do Brasil e do mundo. Os governos municipais também devem coordenar suas ações com outros níveis de governo. No caso do Brasil, com dirigentes de áreas metropolitanas, Estados e o governo federal. As mudanças climáticas não respeitam as fronteiras geográficas de uma única cidade, e ações para enfrentar inundações, ilhas de calor, incêndios etc. requerem coordenação estreita entre muitos níveis de governo.

Valor: *Como um plano de resiliência deve funcionar?*

Trebat: O planejamento adequado da cidade deve partir do conhecimento detalhado de todos os bairros, das necessidades da cidade e seus arredores. Embora isso possa parecer um ponto óbvio, a tarefa de coletar e analisar dados científicos começando pelo nível dos bairros é enorme. E é importante que o planejamento não dependa do ciclo eleitoral, ou seja, de quem ocupa o cargo de prefeito. Deve ter continuidade mesmo com as mudanças nas administrações municipais. Ainda assim, não consigo pensar em nenhuma ação mais importante do que um governo esclarecido que esteja atento às necessidades da comunidade.

Valor: *E qual o papel do setor privado?*

VINICIUS MAGALHÃES/DIVULGAÇÃO



"O Rio está na vanguarda da ação climática; seu plano de ação serve de modelo para megacidades do Brasil e do mundo" *Thomas Trebat*

Trebat: Ele desempenha um papel crítico, incluindo a construção e operação de partes essenciais da infraestrutura urbana. O setor privado precisa investir na incorporação da ciência climática em suas atividades. Mas também demanda segurança jurídica e estabilidade regulatória para garantir uma taxa de retorno adequada a longo prazo. Nova York, Chicago, Los Angeles, Londres, Copenhague e Cingapura têm, no hemisfério Norte, alguns exemplos de parcerias público-privadas bem-sucedidas que melhoraram a resiliência das cidades enquanto contribuíram para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Na América do Sul, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Bogotá também têm planos de ação climática com base na colaboração público-privada.

Valor: *O sr. comentou que não vê aumento no ritmo de transferência de recursos para países em desenvolvimento no curto prazo. Como financiar, então, as mudanças que o Brasil precisa fazer?*

Trebat: Acredito cada vez mais que o financiamento para infraestrutura urbana começa de baixo para cima. Quero dizer que nenhuma solução global provavelmente surgirá do reconhecimento das nações ricas de que precisam ajudar as demais a adaptar a infraestrutura. Esperar que a ONU, com o apoio dos países do G7, por exemplo, ofereça grandes quantidades de financiamento para adaptação, por mais bem-vindo que seja, é uma perigosa perda de tempo. Enquanto esperamos que governos mais ricos e bancos de desenvolvimento multilaterais forneçam o financiamento necessário, o planeta continuará a aquecer com consequências desastrosas.

Valor: *Então, qual seria a solução para atrair capital?*

Trebat: Minha crença é que um plano de desenvolvimento sustentável sólido que tenha o apoio da comunidade e sobreviva aos ciclos eleitorais é o ponto de partida para mobilizar financiamento do setor privado doméstico. Acredito que o mais importante é entender, em detalhe, as necessidades individuais dos bairros em termos de infraestrutura resiliente, evitando investimentos públicos desnecessários. Um plano sólido e também padrões regulatórios consistentes e aplicáveis fornecerão a segurança que o setor privado doméstico busca ao olhar para investimentos lucrativos em infraestrutura. Portanto, a solução para o dilema do financiamento "começa em casa". Se o governo local e o setor privado local não acreditarem que existem condições para investimentos lucrativos na cidade, por que investidores estrangeiros ou instituições multilaterais deveriam querer investir? O Brasil é um bom exemplo. Os governos municipais podem fazer mais para incentivar o investimento privado local de maneiras que construam resiliência enquanto impulsionam o crescimento econômico por meio de novas tecnologias e da criação de empregos verdes. Algumas cidades brasileiras já estão mostrando o caminho. Outras precisam seguir.

Evento em NY quer atrair olhar estrangeiro

De São Paulo

O mês de setembro é sempre um dos mais movimentados na cidade de Nova York. Palco há alguns anos de conferências anuais das Nações Unidas, com presença de chefes de Estado e delegações de dezenas de países, a cidade também vem abrigando na mesma época, uma série de eventos ligados à temática das mudanças do clima e da economia verde.

Luciana Ribeiro, cocriadora do Brazil Climate Summit, evento organizado por brasileiros em parceria com a Universidade Columbia, conta que para a conferência deste ano, que será dia 18 de setembro, a proposta foi trazer temas que saíssem da floresta amazônica e levar mais estrangeiros para a audiência e participar dos painéis.

Ribeiro conta que, entre os temas a serem abordados, estão como a matriz energética limpa favorece o Brasil a ser um provedor de produtos industriais de baixa emissão; a produção de biocombustível como alternativa, uma vez que a eletrificação sozinha não será a única solução; combustível sustentável de aviação; a questão dos materiais crítico; da agricultura sustentável.

"A seleção de temas está muito vinculada ao racional de mostrar em quais tópicos o Brasil consegue compartilhar com o mundo soluções em escala, em nível mundial, e apoiar os demais países com solução de redução de emissões, tanto em capacidade técnica quanto natural", diz Ribeiro. "É uma grande plataforma para mostrar o Brasil além da floresta."

"É uma grande plataforma para mostrar o Brasil além da floresta" *Luciana Ribeiro*

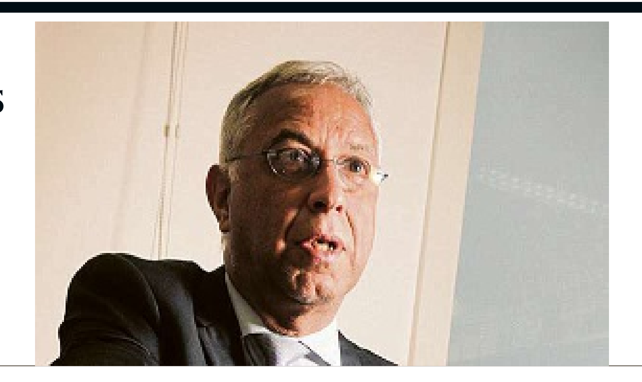
Apesar de ter um foco em mostrar as potencialidades do Brasil, ela, que é também sócia da gestora de investimentos EB Capital, afirma que o evento deste ano busca construir as pontes de relacionamento com investidores, organizações e empresários estrangeiros.

"Mais que mostrar o Brasil como hub de soluções, precisamos construir parcerias de negócios a partir do setor privado, que irão acelerar a transformação e trazer soluções lucrativas relevantes de negócios". Pensando nisso, nesta edição, 55% dos palestrantes não são brasileiros, e investidores e executivos americanos e de outros países também foram convidados para ouvir os painéis ao longo do dia. *(NB)*


Finanças
Diretor de política monetária do Banco Central terá 'mandato-tampão'
C1

INÊS 249

Transportes
Expansão de metrôs e trens é lenta e pode até regredir, diz Joubert Flores, da ANPTrilhos B3



Telecom
IA será essencial para viabilizar a operação comercial das redes 6G B2

Tecnologia
Pavel Durov, CEO do Telegram, foi de queridinho a vilão para os franceses B6

Agro 4.0
Agtechs captam US$ 3,2 milhões em cinco rodadas de negócios na região B7

Balanços Tributação de incentivos fiscais afeta resultados do ano e associação vê impacto em investimento; alta de ICMS encarece preços

Governos avançam sobre lucro e atingem bolso do consumidor

Adriana Mattos e Nelson Niero
De São Paulo

A necessidade de os governos federal e estadual elevarem impostos neste ano para dar conta de seus rombos fiscais já bateu nos resultados das empresas, e por tabela, na vida do consumidor. Esse efeito deve se estender em 2025, com mais alterações que vão pesar no bolso das companhias e logo, nos recursos para investimento.

Companhias de capital aberto afetadas pelas mudanças na tributação, válidas após janeiro, lucraram menos neste ano pelo impacto direto dessa alta. Medidas tiveram que ser tomadas, em poucos meses, para mitigar parcialmente esse peso, que não era esperado.

Pelo publicado nas demonstrações financeiras do primeiro semestre, houve, principalmente, o impacto do início da cobrança de impostos e contribuições sobre incentivos recebidos por investimentos feitos no país, as chamadas subvenções para investimento.

Levantamento dos balanços do primeiro semestre de 39 empresas com capital aberto, que estão entre os setores mais impactados pela alteração, mostra uma virada nos números: o que era ganho fiscal em um ano, no ano seguinte, virou despesa com impostos.

Pelos cálculos do **Valor**, as 39 empresas somaram cerca de R$ 4,1 bilhões pagos em imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no primeiro semestre de 2024, frente a um crédito fiscal, no mesmo período do ano anterior, de R$ 1,1 bilhão.

Como o sinal se inverteu, o ganho que, de janeiro a junho de 2023, equivalia a 0,4% da receita líquida total somada das companhias, no mesmo período deste ano, virou um débito que representou 1,34% da receita.

No mesmo intervalo, a receita líquida das empresas analisadas subiu 4,6%, para R$ 304 bilhões, para uma inflação até junho de 4,23% (IPCA). No ano anterior, quando acumularam crédito fiscal como percentual das vendas, a receita havia crescido 4%.

Nessa lista estão, principalmente, companhias de alimentos, bebidas, medicamentos, transportes e diversos segmentos do comércio, que se beneficiavam, de alguma forma, de incentivos sobre investimentos realizados no Brasil nos últimos anos.

Somado a essa nova pressão, ainda começaram a ser aplicadas, entre janeiro e março, novas alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos 26 Estados e Distrito Federal. Houve um aumento de até 20% no percentual anteriormente cobrado de ICMS.

A alíquota anterior aumentou de um a quatro pontos, a depender da região, entre fim de 2023 e os primeiros meses de 2024.

Neste caso, houve repasse direto para preços dos produtos, já refletido num aumento da inflação medida internamente pelo comércio. "Se ICMS sobe, o repasse é instantâneo, porque ele compõe o preço final. Ninguém segura", diz uma diretora jurídica de uma cadeia de atacado.

Sobre as subvenções para investimento, o governo publicou no ano passado a Medida Provisória 1185/2023, que pegou o mercado de surpresa, e que foi transformada em lei na virada do ano. Passou-se a tributar os incentivos fiscais de investimentos das companhias como uma forma de elevar a arrecadação já em 2024. O governo projeta R$ 35 bilhões em receita neste ano com a mudança.

Entre os negócios mais afetados estão líderes de mercado como Ambev, M. Dias Branco (dona da Piraquê e Adria), Assaí, Mateus, Raia Drogasil, Randoncorp e Marcopolo, entre outras. A maior parte dos grupos ajuizou ações na Justiça, com pedido de liminares e aguardam julgamentos.

"O governo quer equilíbrio fiscal apenas aumentando carga tributária, sem cortar despesas. A questão é que, ao tributar benefícios fiscais para investimento, ele se esquece que investimento é feito dentro de uma expectativa de retorno futuro. E isso piora muito nesse ambiente", diz Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Entre as ações tomadas para diluir os efeitos, as empresas lançaram mão do que chamam de "contramedidas". Segundo o advogado André Buttini de Moraes, sócio-fundador do escritório ButtiniMoraes, que acompanha o tema das subvenções desde 2013, as empresas trataram de usar prejuízos fiscais ou créditos acumulados, por exemplo, para compensar o impacto da tributação maior. O Mateus, maior rede de atacarejo do Nordeste, seguiu esse caminho.

> "Há ações para mitigar parte do imposto maior, mas essa insegurança jurídica criada é bem ruim para os planos"
> *André de Moraes*

A atacadista disse, em seu balanço do segundo trimestre, que teria que reconhecer R$ 138 milhões em Imposto de Renda no período por causa da nova lei, 630% acima do mesmo intervalo de 2023. De janeiro a junho, a alta foi de 1.100%, para R$ 233 milhões. Para mitigar, em parte, essa despesa, o grupo usou a compensação de crédito fiscal via prejuízos acumulados.

A fabricante de bebidas Ambev tentou compensar com um resultado financeiro melhor e ganhos em eficiência operacional, mas as despesas maiores por causa do aumento do imposto de renda levou a um recuo do lucro de 2,5% no semestre.

"Ainda haveria, para as companhias, a opção de distribuir juros sobre capital próprio, o que beneficia a linha de Imposto de Renda. Há ações possíveis para amenizar o impacto, mas de qualquer forma, toda essa insegurança jurídica criada é bem ruim para os planos de investimentos desses setores", diz Moraes.

Na prática, as subvenções envolvem incentivos fiscais que podem ser gerados na abertura ou expansão de fábricas, de centros de distribuição ou na compras de maquinários, e são concedidos pela União, Estados e Municípios.

A Lei 14.789/23, resultado da MP de 2023, definiu que, após janeiro, as receitas de subvenção de ICMS começariam a ser tributadas pelo IRPJ/CSLL e pelo PIS/Cofins. Com isso, passou a ser taxado o benefício que reduzia ou as isentava de pagamento de tributos como contrapartida a investimentos.

Até 2023, as empresas abatiam esses incentivos, melhorando o lucro líquido. Mas a nova lei, sancionada em dezembro pelo presidente Lula, exclui benefícios vinculados a gastos de custeio, focando em incentivos que promovam investimentos produtivos.

O novo texto ainda modificou as regras de dedução dos juros sobre capital próprio (JCP), restringindo a base de cálculo, e logo, limitando eventuais ganhos fiscais. E o tema ainda pode passar por mais mudanças em 2025.

O governo tem projeto de lei para aumento na tributação do JCP passando de 15% para 20%, em 2025. Isso deve trazer aos caixas da União receita adicional de R$ 6,01 bilhões só em 2025. Quem paga é o investidor pessoa física, que aplica seus recursos nas empresas, que por sua vez, usam esse capital para investimentos e crescimento.

Ao tributar benefícios fiscais para investimento, se esquecem que investimento tem expectativa de retorno futuro, diz Cesário

Para o Ministério da Fazenda, as medidas são uma forma de reduzir distorções. A previsão do Ministério da Fazenda é arrecadar R$ 35 bilhões em 2024 com a taxação sobre os incentivos.

Na visão da Abrasca, houve dois impactos principais neste ano: a questão das subvenções e a nova lei de preços de transferência, um método que calcula operações entre empresas no exterior e seus negócios no Brasil. Em ambas, as regras passaram a valer após janeiro.

Para o governo, o fato de o país estar crescendo, assim como as empresas voltadas ao consumo, segundo último dado do PIB publicado na quarta-feira (4), abre espaço para se acomodar uma revisão da política de incentivos. A Abrasca, porém, ressalva que essa expansão pode perder força em 2025.

"O crescimento das companhias reflete as reformas trabalhista e previdenciária, e o marco do saneamento, que foram avanços aprovados anos atrás, além do aumento recente do gasto público. Mas isso pode ter fôlego curto, porque o rombo fiscal do país deve levar a uma manutenção de uma política monetária restritiva, até com possível aumento de juros se a inflação voltar a subir", diz Cesário.

O efeito dessa expansão da carga tributária foi sentido, principalmente, pelas empresas voltadas a mercado interno porque o benefício fiscal ocorre em cima do ICMS.

Na Ambev, de janeiro a junho, as despesas com IR e CSLL alcançaram R$ 1,65 bilhão, comparadas a um ganho fiscal de R$ 167 milhões um ano antes. A alíquota efetiva de imposto foi de 20,9%, ante uma taxa negativa de 2,7% um ano antes.

Antes do efeito dos impostos, a empresa tinha um lucro líquido aos controladores de R$ 7,9 bilhões de janeiro a junho, que caiu para R$ 6,1 bilhões após os tributos, um recuo de 1,7%. A empresa disse a analistas, em agosto, que houve efeitos da redução dos incentivos e da menor dedução dos juros sobre capital próprio.

"A lei mudou e vamos seguir cumprindo a lei. O que está no nosso controle é a gestão de custos e despesas, a receita por hectolitro, e estamos fazendo isso de forma consistente", disse, em agosto, Lucas Lira, diretor financeiro da Ambev. Procurado, o grupo não se manifestou.

Quem também sentiu no lucro o efeito das mudanças foram a Randoncorp, na área de transportes, a Raia Drogasil (RD), de varejo farmacêutico, e a Grendene, fabricante de calçados.

Maior cadeia de farmácias do país, a RD teve uma alta de 133% do imposto de renda e contribuição social no semestre, com uma apuração de R$ 101,5 milhões de abril a junho. Isso equivaleu a 1% da receita bruta, um aumento de 0,2 pontos frente a 2023.

A alíquota efetiva foi de 22,2% sobre o lucro antes de IR, avanço de 4,2 pontos. "Esse aumento inclui um impacto negativo de 7,2 pontos pelo início da tributação das subvenções e de 2,4 pontos pela provisão menor de JCP, ambos em decorrência da lei", diz no balanço.

A margem Ebitda recuou de 8,5% para 7,9% no segundo trimestre, por causa da alteração nas subvenções e por um reajuste de preços anual de medicamentos abaixo de 2023. O lucro caiu 4%.

Na Randoncorp, fabricante de reboques, houve retração de 1,3 ponto na margem líquida e de 25,5% no lucro líquido de abril a junho, reflexo de efeitos não recorrentes e da maior alíquota efetiva de IR e CSLL.

Na fabricante de calçados Grendene, a tributação das subvenções custou R$ 5 milhões de abril a junho e R$ 10,5 milhões no semestre. Ao desconsiderar o efeito da lei, a receita líquida teria crescido 4,4%, e não 3,7% no semestre, como ocorreu.

O lucro operacional foi R$ 100 mil menor por causa do mudanças nas regras, atingindo R$ 42,4 milhões, alta de 47%. Procuradas, RD, Grendene e Randoncorp não se manifestaram.

A nova lei definiu que a empresa tributada, que recebe as subvenções, poderia apurar um crédito fiscal dentro de determinadas regras, mas há um "labirinto complexo" para conseguir essa compensação. "Muito difícil cumprir todas as exigências, então as empresas ainda estão estudando como obter esse crédito, enquanto já estão tendo que gerir essa carga tributária mais pesada", diz Marcelo Guimarães Francisco, sócio tributário do escritório Mattos Filho.

Ver mais na página B4

Destaques

Venda da Emae avança
A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a compra da participação do Estado de São Paulo na Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) pelo fundo Phoenix. A decisão da autarquia se tornará definitiva após 15 dias da publicação do despacho no Diário Oficial da União, ressalvado que não haja avocação de terceiro ou pelo Tribunal Administrativo do próprio Cade. A Emae teve o processo de privatização pelo Estado de São Paulo concluído em abril, tendo sido vendida ao fundo Phoenix por R$ 1 bilhão.

BHP vende direitos no MA
A G Mining Ventures anunciou nesta segunda-feira (9) que comprou direitos de mineração de ouro que a BHP detinha em um projeto localizado no chamado Cinturão Gurupi. A companhia canadense comprou os direitos de explorar o projeto Centro-Gold, localizado no Maranhão, composto por quase 50 áreas espalhadas em 1,9 mil quilômetros quadrados. Um estudo preliminar determinou que o projeto tem vida útil de 10 anos e pode produzir entre 190 mil a 210 mil onças de ouro nos dois primeiros anos de operações. Na média, deve produzir entre 100 mil e 120 mil onças na vida útil do projeto.

Exxon desiste de compra
A ExxonMobil saiu da disputa para comprar metade da participação da Galp Energia na grande descoberta de petróleo que fez na Namíbia, segundo a "Reuters". As razões da desistência da petrolífera americana não são conhecidas. Outras companhias do setor, incluindo Petrobras e Shell, continuam negociando a compra da fatia com a empresa portuguesa. A descoberta de Mopane pode ter potencial de produção de 10 bilhões de barris equivalentes de óleo e é avaliada em mais de US$ 10 bilhões. A Galp não comentou o assunto e a ExxonMobil não respondeu a pedidos para falar sobre sua saída.

Telecomunicações Inteligência artificial permitirá a operadoras extraírem o máximo desempenho de redes de sexta geração, explica diretor de pesquisa

IA generativa será vital para tornar 6G viável, diz Ericsson

Rodrigo Carro
De São Paulo

A inteligência artificial (IA) será essencial para viabilizar a operação comercial das redes 6G, esperada por volta de 2030, sustenta Magnus Frodigh, vice-presidente e diretor da divisão de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Ericsson. Na empresa sueca há mais de 30 anos — "comecei na época do 2,5G", brinca Frodigh —, o executivo enxerga uma nova onda de avanços na IA generativa nos próximos dois anos, com o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao mapeamento e à análise do espaço físico.

"[A IA generativa vai] compreender o espaço físico, que tipos de objetos estão num quarto, e criar a representação digital do que você está realmente vendo. Compreender [por exemplo] que isso é uma cadeira e que pode ser girada; e isso é uma mesa. Todas essas diferentes formas de descobrir o que está ao seu redor", explica Frodigh.

No caso do 6G, a IA possibilitaria às operadoras extrair a melhor performance possível das redes de telefonia móvel, além de tornar a operação dos equipamentos mais fácil. Entre as "promessas" da tecnologia de dados móveis de sexta geração está o uso de sensores microscópicos capazes de extrair energia das próprias frequências utilizadas na comunicação sem fio.

A pesquisa em torno do 6G está numa fase de pré-padronização, na qual as companhias escolhem e aperfeiçoam as tecnologias básicas que deverão ser utilizadas para viabilizar o serviço em escala comercial. Enquanto isso, o avanço do 5G na indústria — uma das novas fontes potenciais de receita para as operadoras — se dá num ritmo mais lento do que o esperado, admite Frodigh.

"Temos o problema de que os equipamentos industriais [compatíveis com o 5G] ainda não estão no mercado", justifica o executivo da Ericsson. "Não é tanto um problema de tecnologia mas de desenvolvimento de negócios, de disponibilidade de dispositivos específicos para todos esses diferentes casos de uso [industriais]", acrescenta.

> Multinacional sueca é a terceira maior fabricante de equipamentos pelo critério de receita

Frodigh enxerga ainda possibilidades a serem exploradas pelas teles no segmento de realidade estendida (XR, na sigla em inglês). A categoria de produtos e serviços compreende diferentes combinações de ambientes reais e virtuais. Debaixo desse "guarda-chuva" estão a realidade virtual, a aumentada (em que objetos físicos e virtuais se combinam) e a mista. Nesta última, elementos de realidade virtual e aumentada se misturam em ambientes nos quais objetos virtuais e físicos interagem em tempo real.

"Nos nossos relatórios de mobilidade há estimativas de algum tipo de adoção precoce dessas tecnologias nos próximos anos", diz o diretor de pesquisa e desenvolvimento. "Mas [a aceleração da tendência] vai depender muito de termos dispositivos atraentes", acrescenta. Nesse contexto, "atraentes" significa ter no mercado óculos de realidade estendida "superleves", similares no design e na comodidade de uso aos de lentes convencionais.

Esse tipo de dispositivo permitiria sobrepor informações e objetos virtuais ao ambiente real.


GABRIEL REIS/ VALOR
Magnus Frodigh, da Ericsson: "Avanço do segmento de realidade estendida depende de óculos 'superleves' e cômodos"

"Tudo isso vai ser possível, mas há diferentes níveis de complexidade", ressalta Frodigh. Do ponto de vista tecnológico, faz diferença, por exemplo, se o usuário dos óculos permanece estático ou se está em movimento.

Um usuário caminhando pela cidade, cercado por pessoas e objetos em deslocamento, exigiria uma solução de inteligência artificial mais sofisticada, capaz de reconhecer e entender a realidade ao redor e fornecer informações em tempo real sobre ela.

"Nós estamos falando desse 'contínuo ciberfísico': temos o mundo físico e aí retiramos todas as informações dele através do uso de sensores. E o reconstruímos no ambiente digital. A tarefa das redes [de telecomunicações] é manter esses dois mundos sincronizados", resume.

Terceira maior fabricante de equipamentos em 2023 pelo critério de receita, de acordo com a consultoria Dell'Oro Group, a multinacional sueca fundada há 148 anos destinou no ano passado quase 20% de suas vendas líquidas para atividades de pesquisa e desenvolvimento (R&D, na sigla em inglês). No segundo trimestre deste ano, esse percentual havia subido para 24,9%.

> **19,2%** das vendas foram para P&D em 2023

No Brasil, onde opera há 100 anos, a Ericsson tem fábrica em São José dos Campos (SP) desde março de 2021 e conta com uma linha dedicada à produção da tecnologia 5G. A companhia mantém ainda um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Indaiatuba (SP) que reúne cerca 490 pesquisadores.

Curtas

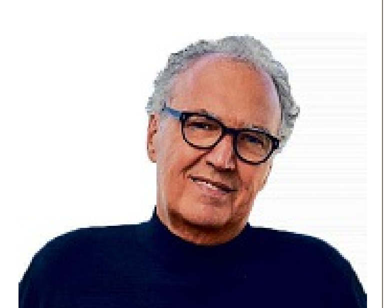
Venda de cimento cresce
A venda de cimento avançou 3,3% no país em agosto, na comparação anual, conforme dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic). Foram comercializadas 6,2 milhões de toneladas. De janeiro a agosto, a venda soma 43 milhões de toneladas, alta de 3,1%. Já no acumulado dos últimos 12 meses, cresceu 2%, para 63,5 milhões de toneladas. O Snic prevê alta de 1,4% em 2024. No indicador de despacho de cimento por dia útil, houve alta de 5,6% em agosto, para 252 mil toneladas. Todas as regiões venderam mais cimento, no acumulado de 2024. O maior aumento é do Norte (14,3%), e o menor, do Sul (0,8%). Paulo Camillo Penna, presidente do Snic, afirma que o segmento residencial deve seguir protagonizando o consumo de cimento. Já saneamento e infraestrutura podem ganhar mais espaço em 2025, com a retomada de leilões e editais de concessão. Preocupa a energia mais cara, pela estiagem, que pode impactar nos custos de produção e na logística do setor, principalmente no Norte.

Medral entra em RJ
Com R$ 90 milhões em dívidas, grupo Medral entrou com o pedido de recuperação judicial em São Paulo. A empresa é especializada em serviços de engenharia elétrica, atuando na reforma de transformadores e serviços de manutenção em redes energizadas. De acordo com os coordenadores do processo, Quist Investimentos e RM2F Advogados, a crise enfrentada pela empresa se deve, em grande parte, à impossibilidade de revisão dos contratos firmados com o poder público e com concessionárias de energia elétrica, mesmo após o aumento dos custos no período pós-pandemia. Os principais credores incluem o Bradesco, Banco Prosper e Banco BC Brasil.

Estimativas da Azul
A Azul estima que a sua receita deve chegar a cerca de R$ 20 bilhões em 2024, segundo projeções atualizadas divulgadas nesta segunda-feira (9). Segundo a companhia, esse resultado será "impulsionado pelo ambiente de demanda saudável, receitas auxiliares robustas e o crescimento das unidades de negócios".

Inovação para pior deve ser combatida

Tecnologia



Nizan Guanaes

Eu tenho uma casa na Fazenda Boa Vista. Durante a obra, enquanto eu planejava ser feliz, apareceu o gênio da automação. Tudo em tese ficou maravilhoso. É só apertar um botão que tudo acontece. O problema é qual botão. E o que aconteceu é que eu não consigo abrir a cortina, ligar o ar-condicionado, colocar o som no jardim. E assistir TV? Quando você descobre o que ligar, passou o jornal, passou a novela.

Vamos fazer um check-up de inovação: quantos botões do seu controle remoto você usa? Quantos recursos do novo painel do seu carro você usa ou entende? Eu acho que, na verdade, o homem da automação vende as caixinhas de som portáteis que eu compro para andar pela casa, apesar de ter verdadeiros trios elétricos no meu jardim. Essas coisas são o que eu chamo de inovação para pior.

O mais emblemático exemplo de inovação para pior é o QR code para visitante de prédio moderno, que faz o seu convidado já chegar irritado à reunião. Um cliente importante, um prospect com a agenda super apertada vem ao seu escritório, mas a assistente dele não fez o QR code de entrada com antecedência. A moça da recepção, que também odeia o QR code, tem que, já sem paciência, ensinar ao presidente da empresa como fazer o QR code. Depois, ele ainda tem que enquadrar o rosto na catraca, que não passa, e aí eu tenho que passar os primeiros dez minutos de nosso precioso tempo exorcizando a "QR code experience", à qual a diretoria do prospect teve que se submeter.

O problema é que o QR code foi feito pela perspectiva das pessoas que trabalham no prédio. Só que ele é para os visitantes do prédio — os clientes, o prospect... É o inferno da piada pronta. O prédio é comercial, mas dificulta entrar no produto! Aquilo custou dinheiro, mas não cria valor.

E se você já se viu em situações que descrevo aqui, aproveite para ver os QR codes que tem na sua empresa. Muitas vezes, se gasta fortuna para desenvolver "inovações" que geram experiências negativas, gols contra.

Meus amigos e amigas, nesses tempos de explosão e exploração de novas tecnologias, recomendo que olhem com o olho contrário: o que tirar do seu produto. Nós estamos numa era de produtos que são líderes pelo que não têm. Por várias razões, inclusive mentais. O "dumbphone", o celular burro, cresce em vendas para quem quer fugir dos vícios e excessos dos smartphones.

Eis uma vantagem do novo entrante: ele produz ou faz o que consegue. Encontra um flanco no incumbente e fere ele lá. Aí o incumbente responde dando ao consumidor algo melhor, quando o consumidor quer muitas vezes algo mais simples.

Não adianta dar qualidade onde ele quer preço. Às vezes, ele não quer o melhor, quer o mais simples. Quem compra roupa para criança quer preço barato, porque a criança cresce logo e a roupa não serve mais.

Como resolvi aqui no prédio esse problema de tecnologia, do chato do QR code? Com Luís Paulo, meu motorista de 20 anos. Que, quando estou no prédio, geralmente ficava ali na portaria à espera da próxima viagem. Agora, ele é meu concierge, lindão, ajudando meus clientes, meus prospects, meus convidados a navegarem pela inovação do QR code da portaria. O incumbente poderoso, em geral, criaria um setor interno para desenvolver a simplificação do QR code, ou contrataria uma das consultorias "big four" para aliviar as dores dos clientes atrapalhados com a inovação da portaria. Melhor gastar a energia e os recursos em outras coisas.

Então, vamos abrir a temporada de caça aos QR codes complicadores da sua organização. As primeiras perguntas são: seu consumidor quer isso? Quanto aquela inovação vai gerar de custo ou complexidade? Lembre-se do que a gente fala na linguagem popular: não inventa! Inovar para melhor é uma maravilha. Mas, por onde meus olhos andam, eu identifico, como consumidor e como estrategista, um monte de inovação para pior. Inovar tem que ser a lei do menor esforço.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagram @nizan_n.ideias

Mobilidade urbana Expansão da malha em 2024 deve ser de 1,8%, aponta estudo da ANPTrilhos

Avanço de metrôs e trens no país é lento e sofre ameaça de retrocesso

Taís Hirata
De São Paulo

A expansão da malha de metrôs e trens urbanos avança, mas a passos lentos e sob risco de retrocessos, apontam operadores e especialistas no setor. Em 2024, a ampliação da rede deverá somar 20,8 km, aumento de 1,8%, segundo levantamento da ANPTrilhos (Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos). Se consideradas todas obras públicas e privadas em execução ou contratadas, o potencial de ampliação chega a 10,6%, mas a previsão de conclusão é de pelo menos mais quatro anos, se não houver atrasos.

As entregas deste ano incluem a conclusão da segunda linha do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) na Baixada Santista; o aeromóvel que ligará o aeroporto de Guarulhos (SP) à rede da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos); e a expansão da Linha 1 do Metrô de Teresina.

"O investimento em trilhos no Brasil é cíclico, não tem estabilidade. Mas acho que hoje vemos uma retomada, embora pequena. No Novo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] alguns projetos foram escolhidos como prioritários, e o Estado de São Paulo tem um crescimento, que pode não ser grande, mas é constante", afirma Joubert Flores, presidente da ANPTrilhos.

Desde 2014, a malha nacional avançou cerca de 15%. Até 2018, a ampliação da rede vinha num ritmo mais acentuado, mas depois disso despencou. Em 2021, o tamanho da malha chegou a encolher, devido à desativação de uma linha no Subúrbio de Salvador — que daria lugar a um novo monotrilho, mas que até o momento não saiu do papel.

Hoje, para além do problema da expansão lenta, o risco de retrocesso em algumas linhas por falta de investimentos é uma preocupação, destaca Sérgio Avelleda, coordenador do Núcleo de Mobilidade Urbana do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper. O caso mais difícil atualmente é o da Supervia, concessionária que administra linhas na região metropolitana do Rio de Janeiro e que tem risco de paralisar suas operações. A empresa está em recuperação judicial desde 2021 e hoje trava uma disputa com o governo do Rio de Janeiro para conseguir um reequilíbrio bilionário do contrato.

> "Além de o país fazer pouco, ainda pode perder a linha da Supervia"
> *Sérgio Avelleda*

"Além de o país fazer pouco, ainda pode perder um ativo de mais de 200 km, a Supervia. Os trilhos estão sucateados, com trechos cada vez mais deteriorados e que podem perder capacidade operacional. Os ativos da CBTU [Companhia Brasileira de Trens Urbanos] em Recife, João Pessoa, Maceió, também estão se degradando por falta de investimento público", afirma Avelleda.

Procurada, a Supervia sinaliza que segue em aberto o imbróglio junto ao governo do Rio. Na segunda (9), após audiência judicial entre governo e empresa, a Justiça determinou que a concessionária apresente "o quanto de aporte financeiro será necessário para manter a normalidade da operação, a ser realizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro pelo período de 90 dias ou até conclusão das tratativas para a continuidade do serviço ferroviário" e que até o fim de setembro as partes terão que comprovar o encerramento das negociações. A CBTU não respondeu.

Para o especialista do Insper o avanço lento na malha do país é resultado principalmente de uma escassez de verba. "São obras caras, e temos uma limitação de recursos forte. Os trilhos disputam recursos com outros setores em que somos deficitários, como saneamento, moradia, logística de carga", diz.

Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, observa que além da falta de recursos há falhas no planejamento e pouca vontade política dos governantes. "Se pegar os últimos 30 anos, o avanço é pífio. O planejamento de transporte não privilegia o transporte de massas, as prefeituras e Estados não têm recursos para isso e fazem paliativos. Há também um fator político, porque uma obra de metrô não começa e acaba dentro de um mandato, dificilmente é construído em quatro, mesmo oito anos."

Para Flores, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) poderão impulsionar a ampliação da malha. "Tem uma carteira de projetos grande, torço que pelo menos uma parte caminhe", afirma. Hoje, a maior parte dos projetos vêm do governo paulista, que após leiloar o Trem Intercidades de Campinas, tem outros 13 em estudo. O mais avançado é o das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade.

Especialistas também veem nas PPPs uma forma de acelerar as melhorias, mas destacam que há limites. "O exemplo de São Paulo mostra que as parcerias conseguiram mobilizar uma expansão em ritmo maior. Mas não é uma panaceia. Na PPP o Estado entra com recursos, e temos uma limitação", diz Avelleda.

Quintella também avalia que mesmo com as concessões o avanço deverá ser lento, dado que as obras, mesmo privadas, historicamente sofrem com atrasos, e os leilões têm sido espaçados.

Para a ANPTrilhos, a expansão da rede deverá ser a principal alavanca de retomada de passageiros nos metrôs e trens urbanos. Desde a pandemia, quando o fluxo de usuários do sistema despencou, os operadores do setor não se recuperaram. No primeiro semestre de 2024, o total de passageiros subiu 4,4%, na comparação anual. Porém, o patamar segue equivalente a 80% do nível pré-pandemia. "Para voltar ao que era antes vamos precisar de passageiro novo", afirma Flores.

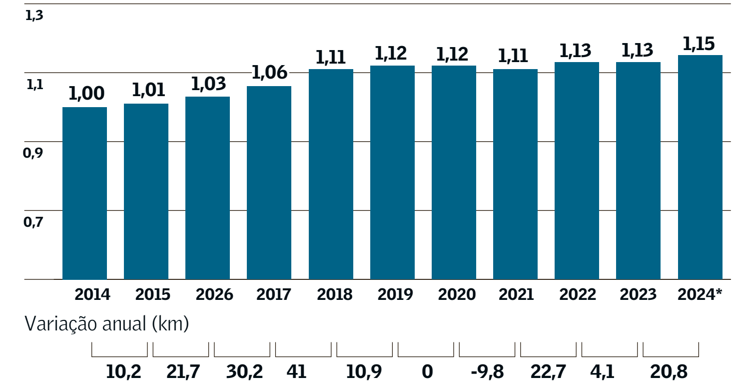

LEO PINHEIRO/VALOR

Para Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, avanço lento da rede é resultado de falta de recursos, falha no planejamento e pouca vontade política

120 km de linhas novas podem sair até 2028

Passageiros por trilhos

Malha caminha lentamente, apontam dados da ANPTrilhos (em mil km)



Obras de implantação e expansão com entrega em 2024**

Baixada Santista (SP)	Implantação do trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo	7,5 km
São Paulo (SP)	Expansão da Linha 9-Esmeralda: trecho Grajaú-Varginha	4,3 km
São Paulo (SP)	Implantação do People Mover do Aeroporto de Guarulhos	2,6 km
Fortaleza (CE)	Implantação do ramal Aeroporto da Linha Nordeste (VLT Parangaba-Mucuripe)	2,4 km
Grande Teresina (PI)	Expansão da Linha 1	2,5 km

Evolução do número de passageiros transportados por semestre

	Número de passageiros (em bilhões)	Média por dia útil (em milhões)
1º sem. 2023	1,20	8,09
2º sem. 2023	1,25	8,07
1º sem. 2024	1,25	8,45

Fonte: ANPTrilhos, com base em dados dos operadores de transporte urbano de passageiros sobre trilhos, EMTU e Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB)
* Estimativa **Estimativa feita junto aos operadores em junho de 2024

Agenda Tributária

Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
10	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020*	Agosto/2024
10	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Outros Rendimentos		
	Juros de empréstimos externos	5299*	Agosto/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Curtas

Indigo capta R$ 250 mi

Indigo, negócio que no Brasil tem como acionista a francesa Indigo e o Pátria e atua na área de estacionamentos, fechou uma captação de R$ 250 milhões por meio de uma emissão de debênture. O foco, segundo executivos da empresa, é aumentar a posição de liquidez para que sejam feitos investimentos na expansão e manutenção dos negócios no país. A operação atual no Brasil surgiu da junção, em 2022, dos negócios da Indigo com o PareBem, do Pátria. Após o acordo, a francesa passou a deter 55% do capital da nova empresa e a gestora ficou com o restante. Desde o negócio, já captou R$ 450 milhões em debêntures contando com a mais nova emissão. A Indigo espera chegar ao fim do ano com 350 mil vagas. Após coletar as sinergias da junção de forças, a empresa mira em crescer seu portfólio.

Ecorodovias em agosto

A Ecorodovias teve tráfego de 47,3 milhões de veículos em agosto, crescimento de 12,4% no ano. Em termos comparáveis, retirando efeitos de novas concessões, o crescimento foi de 5,9% no mesmo período. No mês passado, o destaque foi o crescimento de 14,1% no tráfego da Ecopistas. Eco135 viu aumento de 11,6% no tráfego, enquanto Ecovias do Araguaia subiu 8,1%, EcoNoroeste aumentou 8% e Eco101 teve alta de 6,3%. Do lado contrário, a Ecosul viu redução de 10,7% no volume de tráfego durante o mês de agosto. A Ecovias do Cerrado também foi outra concessão com redução no tráfego, caindo 1% no mês. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o tráfego da Ecorodovias alcançou 342 milhões de veículos, alta de 20,2% sobre o mesmo período de 2023. Sem novas concessões, o tráfego aumentou 6,8% no ano.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Almeida Comercial de Bebidas e Alimentos Ltda., Nome Fantasia Mc Distribuidora -** CNPJ: 30.787.177/0001-40 - Endereço: Setor Scia, Quadra 14, Cjto 3, Lote 9, Zona Industrial, Guará - Requerente: Tascheti Alimentos e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Body Sport Brasil Importadora e Comércio de Equipamentos de Ginástica Ltda. -** CNPJ: 32.479.731/0001-58 - Endereço: Av. Nasser Marao, 1781, Sala 01, 1º Distrito Industrial - Requerente: Body Sport Brasil Importadora e Comércio de Equipamentos de Ginástica Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido de auto falência redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Consel Construções e Serviços Especiais Ltda. -** CNPJ: 19.906.635/0001-80 - Endereço: Av. Mem de Sá, 643, Bairro Santa Efigênia - Administrador Judicial: Dra. Juliana Dias de Paula Castro - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Empresa: **Fibra Norte Fábrica de Tanques e Pias de Mármore Sintético Ltda. -** CNPJ: 30.363.136/0001-27 - Endereço: Rua Primeiro de Janeiro, 100, Comunidade Pajuçara - Administrador Judicial: Dra. Idenilza Regina - Vara/Comarca: 4a Vara Empresarial de Santarém/PA

Empresa: **João Cláudio de Castro Araújo Serviços ME -** CNPJ: 02.062.284/0001-76 - Endereço: Av. Joaquim Nabuco, Centro - Administrador Judicial: Sr. Márcio Henrik Silva Dos Santos - Vara/Comarca: 5a Vara de Petrolina/PE

Empresa: **Rc Materiais de Construção Eireli -** CNPJ: 30.655.525/0001-26 - Endereço: Av. Vereador Belarmino Pereira de Carvalho, 0, Cjto. 421, Bairro Barreira, Mairiporã/sp - Administrador Judicial: Conajud Confiança Jurídica Ltda., Representada Pela Dra. Bruna Oliveira Santos - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Cerba Destilaria de Álcool Ltda. -** CNPJ: 53.653.242/0001-40 - Endereço: Rodovia Sp 135, Km 17,75, S/nº, Bairro Dois Córregos - Vara/Comarca: 6a Vara de Piracicaba/SP

Empresa: **Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 10.563.802/0001-63 - Endereço: Av. Dois, S/nº, Quadra D, Lote 02, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 5a Vara de Petrolina/MA

Empresa: **L. C. Braga Incorporadora, Consultoria e Engenharia Ltda. -** CNPJ: 07.524.300/0001-19 - Endereço: Rua Joel Dibo, 21, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **Ademar Antonio de Toledo, Empresário Rural -** CNPJ: 07.937.910/0001-44 - Endereço: Estrada Vicinal Antonio Ricardo de Toledo, Km 13, Sítio Bom Retiro, Zona Rural, Tabapuã/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Adm Participações Ltda. -** CNPJ: 17.012.221/0001-82 - Endereço: Rua Antonio Rodrigues Lopes, 694, Bairro Residencial Olívio Benassi, Matão/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Agrofito Insumos Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 26.518.916/0001-21 - Endereço: Rua Oreste Bozelli, 95, Centro, Matão/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Bethânia Figueiredo Barbosa de Toledo, Empresária Rural -** CNPJ: 53.289.944/0001-97 - Endereço: Estrada Vicinal Antonio Ricardo de Toledo, Km 13, Zona Rural, Tabapuã/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Brd Administração de Bens Ltda. -** CNPJ: 18.782.380/0001-29 - Endereço: Estrada Vicinal Antonio Ricardo de Toledo, Km 13, Zona Rural, Tabapuã/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Francisco Ricardo de Toledo, Empresário Rural -** CNPJ: 19.123.302/0001-85 - Endereço: Estrada Vicinal Antonio Ricardo de Toledo, Km 13, Zona Rural, Tabapuã/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Marilene Teresinha Barros de Toledo, Empresária Rural -** CNPJ: 22.079.405/0001-08 - Endereço: Estrada Vicinal Tabapuã À Olímpia, Km 12, Sítios Bom Retiro Iii e Iv, Zona Rural, Tabapuã/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Acip Aparelhos de Controle e Indústria de Precisão Ltda. -** CNPJ: 50.971.365/0001-31 - Endereço: Rua Maria Elci Bertelli, 500, Várzea Paulista/sp - Administrador Judicial: Pinheiro e Marcondes Machado Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rubens Lobato Pinheiro Neto - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Agroribeiro Comércio de Produtos Animais Ltda. -** CNPJ: 12.778.008/0001-62 - Endereço: Rua João Leite de Miranda, 103, Condomínio Industrial Eco Park - Administrador Judicial: Vacção Carvalho e Duck Administração Ltda., Representada Pelo Dr. André Alfredo Duck - Vara/Comarca: 1a Vara de Apucarana/PR

Empresa: **Ribeiro Transportes Eireli Ou Ribeiro Transportes Rodoviários de Cargas Ltda. -** CNPJ: 16.849.056/0001-55 - Endereço: Rua João Leite de Miranda, 103, Condomínio Industrial Eco Park - Administrador Judicial: Vacção Carvalho e Duck Administração Ltda., Representada Pelo Dr. André Alfredo Duck - Vara/Comarca: 1a Vara de Apucarana/PR

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Apb Serviços de Portaria Ltda. -** CNPJ: 09.108.651/0001-74 - Endereço: Av. Ministro Edgard Romero, 878, Sala 402, Bairro Madureira - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Empresa: **Botafogo Construção, Reformas e Manutenção Ltda., Nome Fantasia Pev Serviços -** CNPJ: 37.180.829/0001-23 - Endereço: Rua Bambina, 141, Bairro Botafogo - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Comércio de Alimentos Rocha Ltda. -** CNPJ: 08.210.436/0001-17 - Endereço: Rua Alegre, 73, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Construtora Amil Ltda. -** CNPJ: 20.119.762/0001-19 - Endereço: Av. Tiradentes, 800, Centro - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Eixo Restaurantes Ltda. -** CNPJ: 01.827.489/0001-32 - Endereço: Rua São Camilo, 11, Bairro Cariobinha - Vara/Comarca: 3a Vara de Americana/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Sandra do Nascimento Paz Ltda., Nome Fantasia Snp Construções e Edificações -** CNPJ: 38.166.494/0001-51 - Endereço: Av. São Paulo, 897, Quadra 039, Lote 13, Parque Eldorado, Primavera do Leste/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

INÊS 249

Varejo Órgão questiona rede por exclusões de créditos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL

Grupo Mateus é autuado em R$ 1 bi pela Receita Federal



André Ítalo Rocha
De São Paulo

O grupo Mateus, uma das maiores redes de supermercados do país, está na mira da Receita Federal e acaba de receber uma cobrança bilionária da instituição. A empresa informou que uma de suas controladas, o Armazém Mateus, foi alvo de um auto de infração no total de R$ 1,059 bilhão. O Armazém Mateus é a bandeira de atacado do grupo.

As ações do grupo fecharam com baixa de 3,34% na B3, cotadas a R$ 7,81, nesta segunda-feira (9). Em sua mínima, os papéis atingiram o valor de R$ 7,56. O volume financeiro total negociado foi de R$ 82,3 milhões, mais de três vezes o registrado no último pregão, de R$ 27,2 milhões.

Na autuação, a Receita Federal questiona exclusões de créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos exercícios sociais de 2014 a 2021.

Do total levantado pela instituição, R$ 633,2 milhões são referentes ao questionamento da apuração dos cálculos do IRPJ, R$ 225,1 milhões estão relacionados aos cálculos da CSLL, e R$ 200,5 milhões são multas administrativas.

Em fato relevante, a companhia informou que o Armazém é beneficiário de subvenções concedidas por Estados e ressalta que, apesar da divergência da Receita em relação aos cálculos que fundamentam as exclusões dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL com base nas subvenções, "tais exclusões da Armazém foram feitas à luz da legislação aplicável".

A empresa afirmou também que, junto com seus assessores, vai avaliar os fundamentos do auto de infração e apresentar impugnação dentro do prazo. O auto está em fase administrativa e pode ser discutido também na esfera judicial.

Sob a bandeira Armazém Mateus, o grupo contava, até o fim do ano passado, com 18 centros de distribuição localizados nas cidades de São Luís e Davinópolis, no Maranhão, Altos, no Piauí, Santa Izabel e Marabá, no Pará, Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, Conde, na Paraíba, e Maracanaú, no Ceará.

> "As exclusões foram feitas à luz da legislação aplicável"
> *Grupo Mateus*

O analista João Pedro Soares, do Citi, escreveu que o questionamento pelo órgão do uso de créditos presumidos do ICMS surpreende porque era algo que parecia já consolidado na jurisprudência.

"Achamos que isso pode ser ruim para todas as empresas que usam ou já usaram esses benefícios fiscais", comenta o banco. Eles notam que o Grupo Mateus vinha reduzindo o uso desses créditos.

Já a XP avaliou que a autuação de R$ 1,05 bilhão aumenta riscos de uma possível necessidade de provisionamento no futuro. Os analistas Danniela Eiger, Gustavo Senday e Laryssa Sumer escreveram que, no momento, esse não é o caso, uma vez que o processo ainda está em fase administrativa.

A corretora reitera a declaração do grupo Mateus que a empresa seguiu a legislação aplicável para calcular as exclusões dos créditos presumidos de ICMS.

Para o Bradesco BBI, o caso reabre uma disputa antiga que o órgão tem com empresas que utilizam créditos presumidos do ICMS. Os analistas Pedro Pinto e João Andrade entendem que a medida provisória 1.185, que tratou da tributação das subvenções fiscais, mudou o "status quo" do tema e deve criar ruídos no setor de varejo até ser novamente consolidada.

O banco acredita que as empresas serão afetadas de maneira diferente e que é um assunto que deve se arrastar até todas as instâncias administrativas e judiciais serem exauridas.

"A constante incerteza no arcabouço tributário do Brasil pode, em última instância, destruir valor das varejistas e reduzir o apetite dos investidores sobre as empresas do setor", comentam.

As ações do grupo são negociadas a prêmio sobre pares do mercado por conta dos créditos e incentivos fiscais que ela possui e o questionamento da Receita Federal pode reduzir essa diferença, diz o Jefferies. O analista Pedro Baptista afirma que a taxa efetiva do grupo foi de 1% no segundo trimestre, enquanto Assaí e Carrefour Brasil perderam os incentivos e devem pagar uma taxa efetiva completa de 34%. *(Colaboraram Felipe Laurence e Beatriz Kawai)*

3,34%
foi a queda das ações na bolsa

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

DIVULGAÇÃO



Um dos maiores varejistas do setor de alimentos, grupo vai avaliar os fundamentos dos autos de infração e pedir impugnação

Varejista de moda TVZ decide fechar as portas e focar no digital



Vestuário

Guilherme Guerra
De São Paulo

A rede de moda feminina TVZ, presente há mais de três décadas no mercado brasileiro, está encerrando as operações em todo o país. A companhia passou os últimos 12 meses fechando lojas e realocando funcionários para companhias concorrentes. É mais uma marca de vestuário combalida pelo cenário desafiador para o varejo têxtil brasileiro.

O fundador Michel Zolko atribui o fechamento da operação aos elevados custos das lojas em shoppings, que subiram após a pandemia e eram o principal canal da TVZ. Isso teria forçado uma reestruturação do negócio, que culminou no fechamento gradual das lojas, iniciado em agosto de 2023 e encerrado em março deste ano. "Fizemos um encerramento muito planejado. Não foi feito de surpresa. O shopping virou uma vitrine muito cara", disse o empresário ao **Pipeline**, site de negócios do **Valor**.

A TVZ chamou os sindicatos para ajudar a realocar todos os funcionários de fábrica e de varejo para outras companhias, evitando demissões. "Já estão todos trabalhando e muito satisfeitos."

O segmento de vestuário vem sendo pressionado pela concorrência cada vez mais acirrada do segmento de fast-fashion, que inclui nomes como Zara e a chinesa Shein, favorecida por menor tributação. A Amaro está em recuperação judicial, a Marisa negocia com credores, a Riachuelo fechou uma fábrica e o comando da C&A tem limitado as ambições da marca no país, ainda que a rede tenha saído de seu pior cenário e mostrado fôlego recente.

Michel Zolko e a esposa, Grace, fundaram a TVZ há mais de 30 anos. Foi na varejista que o filho, Alexandre Zolko, começou a testar um modelo de plano de fidelidade que deu origem à CRM&Bonus. Michel foi um dos investidores iniciais da companhia, que decolou, atraiu aportes de fundos como Softbank e Bond Capital e lhe rendeu um bom retorno.

> "O shopping virou uma vitrine muito cara. Vamos ser apenas digital"
> *Michel Zolko*

2023
foi o início do processo de reestruturação

A decisão do casal foi anunciada à família como aposentadoria e uma solução que dispensava sucessão ou venda — mas os Zolko já estão pensando nos próximos passos. O encerramento da operação deve dar lugar a um novo e-commerce sob a mesma marca, que vai se tornar um espaço para a venda de roupas femininas em formato de outlet multimarcas. "A TVZ saiu das lojas físicas para se tornar apenas digital", disse o empresário.

A nova fase, segundo o fundador, deve ser apresentada ao mercado até o fim deste ano. O site da companhia ainda está no ar e não traz aviso sobre o encerramento, mas já não permite que consumidores comprem os produtos, e já não há mais loja física aberta.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curtas

7-Eleven e Circle K

A controladora da rede de lojas de conveniências 7-Eleven disse nesta segunda-feira (9) que está aberta a discussões com a proprietária canadense das lojas Circle K, caso esta melhorasse sua oferta de aquisição de US$ 39 bilhões. A japonesa Seven & i Holdings respondeu a uma declaração da Couche-Tard, divulgada no final de domingo, em que solicitava abertura de conversas. A empresa canadense está confiante de que as discussões levariam a um aumento de valor e que tem capacidade para financiar a transação em dinheiro. "Estamos decepcionados com a recusa da 7&i em abrir discussões amigáveis", disse a Couche-Tard. A dona das lojas de conveniência 7-Eleven em todo o mundo rejeitou na semana passada a oferta da Couche-Tard, feita publicamente em agosto. A Seven & i afirma que a proposta subestimava o valor e o potencial da empresa. A companhia japonesa reiterou essa crítica nesta segunda-feira e afirmou que a oferta não representava base inicial para conversas, por isso não assinou um acordo de confidencialidade como solicitado pela Couche-Tard. "Continuamos abertos a engajar-nos em discussões sinceras, caso a Couche-Tard apresente proposta que reconheça plenamente o valor intrínseco independente da Seven & i", disse. A Couche-Tard havia oferecido adquirir as ações em circulação da Seven & i por US$ 14,86 cada, em dinheiro, o que colocaria o valor do negócio em US$ 38,7 bilhões.

BYD e Geely crescem

A BYD e a Geely Automobile Holdings estiveram entre os principais fabricantes de automóveis privados da China a reportar crescimento dos lucros no primeiro semestre, enquanto a Saic Motor e outras operadoras estatais lutaram em um mercado saturado. A BYD viu seu lucro líquido crescer 24%, alcançando 13,6 bilhões de yuans (US$ 1,9 bilhão), um recorde para o primeiro semestre e o mais alto entre dez dos principais fabricantes chineses de automóveis que haviam divulgado resultados até o fim de agosto. A Geely Automobile reportou um aumento de sete vezes no lucro líquido, totalizando 10,5 bilhões de yuans. As vendas de veículos subiram 41%, para 950 mil unidades, graças à força de sua marca de veículos elétricos de luxo Zeekr. O lucro líquido da Great Wall Motor alcançou 7 bilhões de yuans, um aumento de cinco vezes. Em contraste, os lucros das estatais foram modestos, com suas joint ventures com parceiros estrangeiros enfrentando dificuldades. A Saic Motor reportou um lucro líquido de 6,6 bilhões de yuans, queda de 6%. As vendas caíram 12%, para 1,82 milhão de unidades. Sua joint venture com a General Motors enfrentou dificuldades. Já o lucro líquido do Guangzhou Automobile Group caiu 49%, para 1,5 bilhões de yuans. As vendas de veículos diminuíram 26%, para 860 mil unidades. A montadora possui joint ventures separadas com a Toyota Motor e a Honda Motor.

JBS S.A.

CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60 - NIRE 35.300.330.587
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 13 de Agosto de 2024 às 15:00 Horas

Data, Hora e Local: 13 de agosto de 2024, às 15:00 horas, na 1770 Promontory Circle, Greeley Colorado, 80634, Estados Unidos ("Companhia"), realizada presencialmente e por videoconferência. **Convocação:** convocação enviada por *e-mail* aos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** verificado o quórum necessário à instalação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, diante da presença da totalidade dos seus membros, nos termos dos artigos 15 e 18 de seu Estatuto Social, a saber: **Jeremiah O'Callaghan** (Presidente), **José Batista Sobrinho** (Vice Presidente, representado por **Jeremiah O'Callaghan,** na forma do Artigo 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia), **Wesley Mendonça Batista, Joesley Mendonça Batista**, **Alba Pettengill, Gelson Luiz Merisio, Francisco Turra, Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo, Kátia Regina de Abreu Gomes, Paulo Bernardo Silva** e **Cledorvino Belini.** Compareceram, também, durante a reunião, os Srs. **Gilberto Tomazoni,** CEO Global, **Wesley Mendonça Batista Filho**, CEO da JBS USA e **Guilherme Perboyre Cavalcanti,** CFO Global e Diretor de Relações com Investidores, todos colaboradores da Companhia. **Composição da Mesa**: **Jeremiah O'Callaghan,** Presidente da Mesa; **Milena Hitomi Yanagisawa,** Secretária da Mesa. **Ordem do Dia:** outros assuntos de interesse da Companhia. **Discussões e Deliberações: (i)** a reunião iniciou-se com o Sr. **Guilherme Perboyre Cavalcanti** apresentando aos membros do Conselho de Administração a proposta de distribuição de dividendos intermediários. Na sequência, nos termos do artigo 19, inciso IX, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R$ 4.436.232.740,00 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta reais), correspondentes a R$ 2,00 (dois reais) por ação ordinária de emissão da Companhia, à conta do saldo das reservas de lucros apurado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023. Os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, conforme aplicável. A posição acionária a ser considerada para a distribuição dos dividendos intermediários será a posição observada no encerramento do pregão da B3 em 19 de agosto de 2024 (data-base), e as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas *ex-dividendos* a partir de 20 de agosto de 2024 (inclusive). O valor dos dividendos por ação é estimado e poderá sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. O pagamento dos dividendos intermediários será realizado sem correção ou atualização monetária no dia 7 de outubro de 2024, por meio do Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações escriturais, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos intermediários serão informados pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas a ser divulgado nesta data. Os membros do Conselho de Administração autorizaram que os Diretores e/ou procuradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para concretizar o pagamento dos dividendos intermediários ora aprovado. **Ata em Forma de Sumário:** foi autorizada pelo Conselho de Administração a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Conselheiros Presentes: Jeremiah O'Callaghan** (Presidente), **José Batista Sobrinho** (Vice Presidente, representado por **Jeremiah O'Callaghan**, na forma do Artigo 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia), **Wesley Mendonça Batista**, **Joesley Mendonça Batista**, **Alba Pettengill**, **Gelson Luiz Merisio**, **Francisco Turra**, **Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo**, **Kátia Regina de Abreu Gomes**, **Paulo Bernardo Silva** e **Cledorvino Belini.** *Certifico que a presente é cópia integral da Ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada em livro próprio.* São Paulo, 13 de agosto de 2024. **Milena Hitomi Yanagisawa -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 324.490/24-0 em 28/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS – SALIC
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024 – SALIC/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO SES / SEI N.º 2024.110222.14110
PROCESSO SIGA: SES/0040/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS - SALIC torna público que a licitação em epígrafe, PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento Menor Preço por ITEM, objetivando o Registro de preços para futura aquisição de Meios Auxiliares de Locomoção – MAL (cadeiras de rodas), visando a distribuição gratuita para o atendimento às necessidades do público com deficiência no Estado, cadastrados no SUS, promovendo a ajuda técnica e o meio necessário para a locomoção e a assistência humanizada das pessoas com deficiência, conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, anteriormente marcada para o dia **06/09/2024 de 2024 às 09:00h (horário de Brasília)**, por necessidade de alteração no edital, fica ADIADA para **24/09/2024 de 2024 às 09:00h (horário de Brasília).**

São Luís, 03 de setembro de 2024.
Aline Pinheiro Vasconcelos
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC/MA

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, Autorização Florestal para o corte de árvores no distrito Paiquerê - Lerroville - Londrina/PR.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para Rede de Distribuição de energia em 13,8 kV instalada no distrito de Paiquerê,- Lerrovile - Londrina/ PR.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DA 3ª - RETIFICAÇÃO DE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: 001/2024 - FZEA – USP - (UASG) 102158 Nº da Licitação (ComprasGov): 90001 - PROCESSO SEI Nº: 154.00001970/2024-72, cujo OBJETO é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO QUE ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DO LABORATÓRIO DE BIOTECNOLOGIA ANIMAL DA FZEA**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

Em virtude da necessidade de alterar o edital e seus anexos afim prestar esclarecimentos aos interessados, procedemos as seguintes **RETIFICAÇÕES do EDITAL,** na forma do disposto no artigo 55, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, garantindo o amplo conhecimento das disposições do instrumento convocatório, sendo que a retificação não compromete a formulação da proposta.

A ÍNTEGRA DA RETIFICAÇÃO encontra-se disponível nos seguintes endereços: **https://www.gov.br/pncp/ptbr; www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**

Mineração Companhia busca comprador para operação de níquel em Goiás e pode incluir outras áreas

Anglo American inicia venda de ativos no Brasil

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Anglo American deu início à venda de ativos de níquel no Brasil, como parte da estratégia de reestruturar seu portfólio globalmente e se concentrar nos negócios de cobre, minério de ferro e insumos para fertilizantes. Segundo a presidente da companhia no país, Ana Sanches, os ativos locais serão apresentados para uma série de empresas ainda neste mês.

Conforme a executiva, a Anglo American já contratou assessores financeiros para a venda e identificou potenciais interessados, "mas ainda não há nenhuma negociação em fase avançada".

A mineradora colocou à venda as operações de níquel em Goiás, que têm capacidade de produção de 38 mil toneladas do metal por ano. Segundo Sanches, a Anglo possui outras áreas de exploração de níquel que podem ou não entrar no processo.

Por enquanto, a empresa segue operando normalmente em Goiás. Conforme a executiva, os empregados serão avisados "de forma tempestiva" sobre a venda da operação, à medida que as negociações avançarem. A expectativa da companhia é chegar a um acordo de venda até 2026.

> "Ainda não há nenhuma negociação em fase avançada"
> *Ana Sanches*

A Anglo American anunciou em meados de maio um amplo programa de reorganização de suas operações, após ter rejeitado algumas ofertas de compra apresentadas pela BHP Billiton. No fim de abril, a rival havia oferecido US$ 39 bilhões por seus ativos e acabou elevando a proposta a US$ 43 bilhões, recebendo uma nova negativa da Anglo. A BHP indicou que elevaria o preço a US$ 49 bilhões, mas se retirou das conversas, que duraram algumas semanas, antes de colocar uma proposta firme na mesa.

Após as negativas, a Anglo anunciou que planejava vender ou segregar ativos de diamante (De Beers) e de platina com sede na África do Sul (Anglo American Platinum), além de seus negócios de níquel e coque. À época, o presidente da mineradora, Duncan Wanblad, disse que a reorganização visava a manter uma estrutura mais simples, que proporcionasse "uma mudança radical no desempenho operacional e de redução de custos" — a estimativa, nesta linha, era de corte de US$ 1,7 bilhão, conforme o executivo.

A previsão, informou o CEO, é concluir essa reestruturação, a maior em mais de 100 anos de história da mineradora, em 2025, quando a companhia já deverá estar valendo mais do que atualmente, assegurou.

Em relação às operações de minério de ferro no Brasil, a Anglo American informou que aguarda a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Mineração (ANM) em relação ao acordo com a Vale sobre a operação do complexo Minas-Rio, para ampliar a capacidade produtiva de 26,5 milhões de toneladas por ano para 50 milhões de toneladas anuais.

Em fevereiro, Vale e Anglo American anunciaram um acordo no qual a mineradora brasileira paga US$ 157,5 milhões e fica com 15% do Minas-Rio. A Vale também vai transferir a Mina de Serra da Serpentina para o Minas-Rio. Essa mina é vizinha à da Serra do Sapo, que integra o complexo da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro (MG).

"O acordo nos dará acesso por muitos anos a minério de ferro de alta qualidade. Olhando para a frente, vislumbro um futuro muito positivo", disse Sanches.

> **38 mil**
> toneladas de níquel é a capacidade em GO

No ano passado, o sistema Minas-Rio atingiu produção de 24,2 milhões de toneladas, com aumento de 12% em relação a 2022. Para 2024, a previsão da Anglo American é produzir entre 23 milhões e 25 milhões de toneladas.

Sanches disse ainda que aguarda a aprovação do Cade para dar início aos estudos de viabilidade do aumento da capacidade de produtiva. A empresa também avalia opções logísticas para escoamento dessa produção.

Em relação ao negócio de minério de ferro, Sanches disse que espera um mercado desaquecido até o ano que vem, devido à demora da China em reaquecer a demanda no setor imobiliário.

LEO PINHEIRO/VALOR



Preços da commodity devem oscilar entre US$ 90 e US$ 95 por tonelada até o fim deste ano, em meio à demanda mais fraca no maior mercado do mundo

China segura produção de aço e derruba preço do minério de ferro

Stella Fontes
De São Paulo

Depois de uma semana de queda acentuada, os preços do minério de ferro voltaram a recuar no mercado à vista nesta segunda-feira (9), em meio à perda de ritmo mais forte do que o esperado na produção de aço na China. Siderúrgicas locais incluindo a Baowu (Baosteel), a maior produtora de aço do mundo, alertaram para um "inverno rigoroso mais longo, mais frio e mais difícil do que o esperado" para a indústria.

Entre 21 e 31 de agosto, segundo levantamento da Associação Chinesa do Ferro e do Aço (Cisa, em inglês), a produção de aço no país asiático ficou em 1,89 milhão de toneladas por dia, queda de 5% frente ao intervalo anterior e de 8% na comparação anual. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, a baixa é de 3%, aponta o Itaú BBA.

"Esse é o dado mais fraco dos últimos cinco anos para esse período, o que reforça a situação desafiadora de produção de aço na China, com o setor imobiliário sem recuperação e enfraquecimento de segmentos como infraestrutura, produção de veículos e manufatura no geral", escreveu a equipe de analistas do banco liderada por Daniel Sasson, em nota a clientes.

> Volume de aço produzido no fim de agosto foi o menor para o período em 5 anos

Na avaliação dos analistas, os chineses devem seguir recorrendo às exportações para driblar a fraqueza da demanda doméstica por produtos siderúrgicos, impondo desafios às usinas brasileiras. O Itaú BBA projeta preços de US$ 90 a US$ 95 por tonelada de minério de ferro até o fim do ano.

Para os analistas Caio Ribeiro e Guilherme Rosito, do Bank of America, embora uma queda abaixo dos níveis de preço atuais pareça limitada no curto prazo, não há razões para acreditar em recuperação da commodity, em particular no que tange a eventuais medidas por parte de Pequim. Para eles, é improvável que o governo chinês anuncie um pacote de estímulos poderoso.

"Uma combinação de demanda pressionada diante das dificuldades do setor imobiliário chinês, margens negativas das siderúrgicas, cortes na produção de aço, altos estoques de minério de ferro nos portos e embarques de minério sazonalmente mais elevados devem levar a um cenário negativo", escreveram, em relatório de ontem.

Nesta segunda, no norte do país asiático, segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o valor do minério com teor de 62% de ferro caiu 0,3%, a US$ 91,45 a tonelada, elevando a quase 9% a baixa acumulada em setembro. No ano, a desvalorização é de 35%.

Na contramão, os contratos da commodity para janeiro de 2025, os mais negociados, fecharam o pregão na bolsa de Dalian (DCE) em alta de 0,44%, a 685 yuans (US$ 96,62) a tonelada.

Curtas

Aço mais verde

A Gerdau e a Petrobras formalizaram um acordo, com prazo de dois anos, para avaliar oportunidades comerciais e parcerias em projetos de descarbonização e combustíveis de baixo carbono. O acordo entre as duas ainda prevê estudo sobre projetos de hidrogênio, captura, transporte e armazenamento de carbono, além de projetos de pesquisa e desenvolvimento relativos à integridade de materiais em ambiente marítimo e de produção de aço via "redução direta" a gás natural. Segundo a Gerdau, a parceria "contribui para o desenvolvimento de tecnologias e iniciativas que visam uma economia de baixo carbono, criando avenidas de oportunidade para a descarbonização da indústria do aço".

Produção da Aura

A Aura Minerals informou ao mercado que sua produção nos dois primeiros meses do terceiro trimestre na operação Almas, no Estado do Tocantins, chegou a 10 mil onças equivalentes de ouro. A produção divulgada considera 4,7 mil onças produzidas em julho e 5,3 mil produzidas no mês de agosto. A projeção da mineradora é de produção de 15 mil onças no terceiro trimestre como um todo, o que seria alta de 41,8% sobre o segundo trimestre e de 26,1% sobre o primeiro. A companhia informou ainda que foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor unitário de R$ 1 mil, perfazendo o total de R$ 500 milhões.

Enerpeixe S.A.
enerpeixe
CNPJ/MF nº 04.426.411/0001-02 - NIRE nº 17.300.008.893
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2024

1. Data, hora e local: Realizada às 18:00 horas do dia 30 (trinta) de abril de 2024, na sede social da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Av. Teotônio Segurado, Quadra ACSU SO 50 (501 Sul), conjunto 01, lote 06, sala nº 906, 9º andar, Plano Diretor Sul, Edifício Amazônia Center, CEP 77.016-002. **2. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luiz Otavio Assis Henriques, que nomeou o Sr. Fábio William Loreti para secretariá-lo. **3. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes ainda, o Diretor Presidente da Companhia Sr. Luiz Otavio Assis Henriques e Sr. Adriano Formosinho Correia como representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente informou a todos que a presente Assembleia Geral tinha por finalidade deliberar sobre: em Assembleia Geral Ordinária: ***(i)*** Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; ***(ii)*** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; ***(iii)*** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; e em Assembleia Geral Extraordinária: ***(iv)*** Aprovar a alternativa para compensação de prejuízos acumulados e aumento do Capital Social da Companhia, com excedente de Reservas Legais; ***(v)*** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$4.719.201,19 (quatro milhões, setecentos e dezenove mil, duzentos e um reais e dezenove centavos), mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social; ***(vi)*** Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social para fazer constar o novo valor do Capital Social de R$224.455.167,69 (duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), bem como sua consolidação; ***(vii)*** Aprovar a substituição de membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato em curso; e ***(viii)*** Autorizar os administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Após prestados os devidos esclarecimentos, os acionistas deliberaram sobre a seguinte ordem do dia: *Em Assembleia Geral Ordinária:* **5.1.** Com abstenção dos legalmente impedidos, aprovaram integralmente, por unanimidade e sem reservas, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia acompanhados do Parecer dos Auditores Externos Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, considerando que retratam fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, os quais foram publicados, em conformidade com os prazos e demais disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, na versão impressa e digital do jornal Valor Econômico nas edições do dia 28 de março de 2024 (páginas G08/G12). **5.2.** Aprovaram a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2023, no valor de R$9.216.329,31 (nove milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos vinte nove reais, trinta e um centavos), a serem distribuídos da seguinte forma: ***(i)*** Constituição da Reserva Legal equivalente a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do Artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores, no valor de R$460.816,47 (quatrocentos sessenta mil, oitocentos e dezesseis reais, quarenta e sete centavos); ***(ii)*** R$4.619.000,00 (quatro milhões, seiscentos e dezenove mil reais), como Juros sobre o Capital Próprio, imputáveis aos dividendos do exercício de 2023, já creditados aos acionistas com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2023, objeto de deliberação e aprovação na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em mesma data, "*ad referendum*" desta Assembleia Geral Ordinária; ***(iii)*** R$4.136.512,84 (quatro milhões, cento e trinta seis mil, quinhentos e doze reais, oitenta e quatro centavos), como reserva de lucros a realizar. Os Juros sobre o Capital Próprio referido no item "5.2.(ii)" serão pagos aos acionistas, sem ajuste, na forma e época determinadas pela Diretoria, no decorrer do exercício de 2024. **5.3.** Aprovaram o valor de até R$2.342.543,00 (dois milhões, trezentos e quarenta dois mil, quinhentos quarenta três reais) como sendo a remuneração anual global dos Administradores da Companhia, para o período de abril de 2024 a março de 2025, inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia. *Em Assembleia Geral Extraordinária:* **5.4.** Considerando que, a Reserva Legal da Companhia ultrapassa 20% do seu Capital Social, representando o montante de R$16.000.000,00 (dezesseis milhões), e tendo em vista a necessidade de absorção de prejuízos acumulados, os acionistas aprovaram, por unanimidade, nos termos do parágrafo único, Art. 189, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), a compensação dos prejuízos acumulados com o excedente das Reservas Legais no valor de R$11.280.798,81 (onze milhões, duzentos e oitenta mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos). **5.5.** Na sequência, os acionistas aprovaram, por unanimidade, de acordo com o Artigo 199 da Lei das S.A., o aumento do Capital Social da Companhia com o remanescente das Reservas Legais, no valor de R$4.719.201,19 (quatro milhões, setecentos e dezenove mil, duzentos e um reais e dezenove centavos), sem a emissão de novas ações, conforme disposto no §1º, Artigo 169, da Lei das S.A., passando o capital social da Companhia de R$219.735.966,50 (duzentos e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) para *R$*224.455.167,69 (duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. **5.6.** Face ao aumento de capital social ora aprovado, conforme item 5.5. acima, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a alteração no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação, nos termos do documento consolidado na forma do **Anexo I** à presente ata da Assembleia Geral Extraordinária. ***"Artigo 5º -*** *O capital social é de R$224.455.167,69 (duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 833.252.089 (oitocentos e trinta e três milhões, duzentas e cinquenta e dois mil e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. As ações são indivisíveis em relação à Companhia, não sendo reconhecido mais de um proprietário para cada ação."* **5.7.** Na sequência, aprovaram, por unanimidade, as substituições de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos indicados pela Acionista EDP Energias do Brasil S.A., para mandato em curso, a vigorar até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024, conforme segue: i. Considerando o pedido de renúncia com efeitos desde 26 de fevereiro de 2024 do Sr. **HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE**, português, casado, engenheiro, portador do RNE nº V821544-Y, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.109.528-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo - CEP 05069-900, São Paulo/SP, o qual ocupava o cargo de **Conselheiro de Administração Efetivo**, aprovaram, por unanimidade, a eleição, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024 do Sr. **LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 0719136-7 - SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 592.924.661-00, residente e domiciliado na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo - CEP 05069-900, São Paulo/SP, para o cargo de **Conselheiro de Administração Efetivo**, restando como vago o cargo de **Conselheiro de Administração Suplente** que até então ocupava. ii. a substituição, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024 do Sr. **LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG nº 10.454.182 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo - Cep 05069-900, São Paulo/SP, o qual ocupava o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; o qual passará a ser ocupado a partir de 1º de maio de 2024 pelo Sr. **LUIS FERNANDO MENDONÇA DE BARROS FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.226.598-6 e inscrito no CPF/ME sob o nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo/SP; bem como a destituição de seu respectivo **Conselheiro de Administração Suplente** Sr. **CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG nº 1.699.133 - SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 364.349.064-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo - CEP 05069-900, São Paulo/SP, restando o respectivo cargo como vago. iii. a substituição, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024, da Sra. **MARIA CLARA FONSECA DE OLIVEIRA MAIA E CASTRO**, portuguesa, casada, engenheira, portadora do Passaporte nº CB040093, residente e domiciliada Município e Distrito de Porto, com endereço na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro 125 1º direito 4200-312, do cargo de **Conselheira de Administração Efetiva**, o qual passará a ser ocupado a partir de 1º de maio de 2024 pela Sra. **MARIA MARTA DE FIGUEIREDO GERALDES**, portuguesa, divorciada, economista, portadora do RNM nº B047080E, inscrita no CPF/MF sob o nº 100.150.021-01, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP; permanecendo o respectivo cargo de **Conselheiro de Administração Suplente** como vago. **5.7.1.** Em decorrência das deliberações acima indicadas, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição, com mandato unificado, vigente até a data da realização da Assembleia Geral ordinária da Companhia que examinar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024: • ***Presidente do Conselho de Administração:*** *Luis Fernando Mendonça de Barros Filho;* • ***Conselheiro de Administração Suplente****: vago;* • ***Conselheiro de Administração Efetivo:*** *Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho;* • ***Conselheiro de Administração Suplente****: vago;* • ***Conselheira de Administração Efetiva:*** *Maria Marta de Figueiredo Geraldes;* • ***Conselheiro de Administração Suplente****: vago;* • ***Conselheiro de Administração Efetivo:*** *Jonatan Ross;* • ***Conselheiro de Administração Suplente****: vago;* • ***Conselheiro de Administração Efetivo:*** *André Millions Coutinho;* • ***Conselheiro de Administração Suplente****: vago.* **5.7.1.1.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, neste ato e/ou por declaração própria, tomaram ciência de suas eleições e as aceitaram, declarando não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de exercer a atividade mercantil, conforme termos de posse assinados e arquivados na sede da Companhia. **5.7.1.2.** Nesta oportunidade, os acionistas registram o agradecimento especial pela importante contribuição como membros do Conselho de Administração da Companhia ao Sr. **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire** e à Sra. **Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro** e ao Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques** como Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia, com votos de sucesso em seus novos desafios profissionais. **5.8.** Por fim, os Acionistas autorizam os administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Documentos arquivados na sede da Companhia**: Publicações das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, acompanhados do Parecer dos Auditores Externos Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Acionistas**: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A., Fábio William Loreti; Procurador, e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Declaro que a presente é copia fiel extraída do original. Fabio William Loreti - **Secretário da Mesa.** JUCETINS - Certifico o registro em 04/09/2024 sob nº 20240538544. Protocolo: 240538544 de 03/09/2024. Erlan Souza Milhomem - Secretário-Geral.

INÊS 249

Tecnologia Pavel Durov circulava em hotéis de luxo, sendo recebido por políticos e empresários

Investigado por crimes no Telegram, seu fundador frequentou a elite da França

Adrienne Klasa
Financial Times, de Paris

Em suas frequentes visitas à França, o executivo-chefe (CEO) do Telegram, Pavel Durov, acostumou-se a esbarrar na elite de políticos e empresários do país, enquanto circulava entre hotéis palacianos em Paris e o ensolarado sul do território francês.

Em agosto, porém, o executivo de 39 anos deparou-se com uma recepção hostil ao pousar, com um jato particular, no aeroporto Paris-Le Bourgeot.

O bilionário nascido na Rússia, hoje cidadão franco-emiradense, foi preso e, depois, colocado sob investigação formal por cumplicidade em atividades criminosas em seu aplicativo de mensagens, desde tráfico de drogas até a disseminação de conteúdo com abuso sexual de crianças.

Na quinta-feira (5), Durov, que usa o nome "Du Rove" em seu canal no Telegram, assim como em seu passaporte francês, escreveu que ficou surpreso por ter se tornado alvo de uma investigação da Justiça francesa pelo "uso ilegal do Telegram por outras pessoas".

Sua detenção, posterior soltura e proibição de deixar o país geraram uma onda de comoção diplomática e um debate internacional sobre os conflitos entre liberdade de expressão e segurança on-line. Os acontecimentos, contudo, também mostram como Durov havia se acostumado a se sentir confortável na França, ignorando as preocupações das autoridades sobre o Telegram.

"As autoridades francesas tinham inúmeras maneiras de me contatar para requisitar assistência. Como cidadão francês, eu era um visitante frequente do consulado francês em Dubai", escreveu Durov, acrescentando ter recentemente ajudado as autoridades francesas a estabelecer uma linha direta com o Telegram para enfrentar ameaças terroristas.

Antes da prisão, Durov gozava de um acolhimento caloroso das autoridades francesas, em particular após 2017, quando o novo governo de Emmanuel Macron mostrou grande interesse em promover a França como um destino para o empreendedorismo e investimentos em tecnologia.

Um ano depois, o presidente francês se encontrou com Durov no Palácio do Eliseu, segundo uma fonte. Em 2021, o país concedeu a ele a cidadania francesa sob um status especial "emérito" que se somou à coleção de nacionalidades de Durov, que inclui a dos Emirados Árabes Unidos e a de São Cristóvão e Névis.

A França governamental gostava do Telegram. Macron tem uma conta ativa desde 2016, onde publicou pela última vez em meados de agosto. Grande parte de sua campanha presidencial de 2017 foi conduzida nos canais do aplicativo, segundo duas fontes. Uma vez no poder, o governo de Macron passou a usar amplamente o Telegram, segundo essas fontes.

Isso mudou em 2023, quando a então primeira-ministra da França, Élisabeth Borne, emitiu uma circular exigindo que membros do governo removessem aplicativos como WhatsApp, Signal e Telegram de seus telefones, em favor de uma alternativa local, por preocupações com a segurança.

Ainda assim, o principal canal de comunicação do Ministério do Interior com os jornalistas continua sendo o Telegram.

Macron foi deixado em uma situação em que precisou explicar a decisão de conceder a cidadania francesa a Durov. "Ela foi tomada no contexto de uma estratégia coordenada", disse Macron, em agosto, ressaltando que o mesmo status foi dado a empreendedores como Evan Spiegel, do Snap, assim como a atletas e atores profissionais.

"É uma coisa muito boa e continuarei a fazê-lo", disse o presidente, acrescentando que não havia sido informado sobre a investigação ou a chegada de Durov na França e estava "absolutamente alheio".

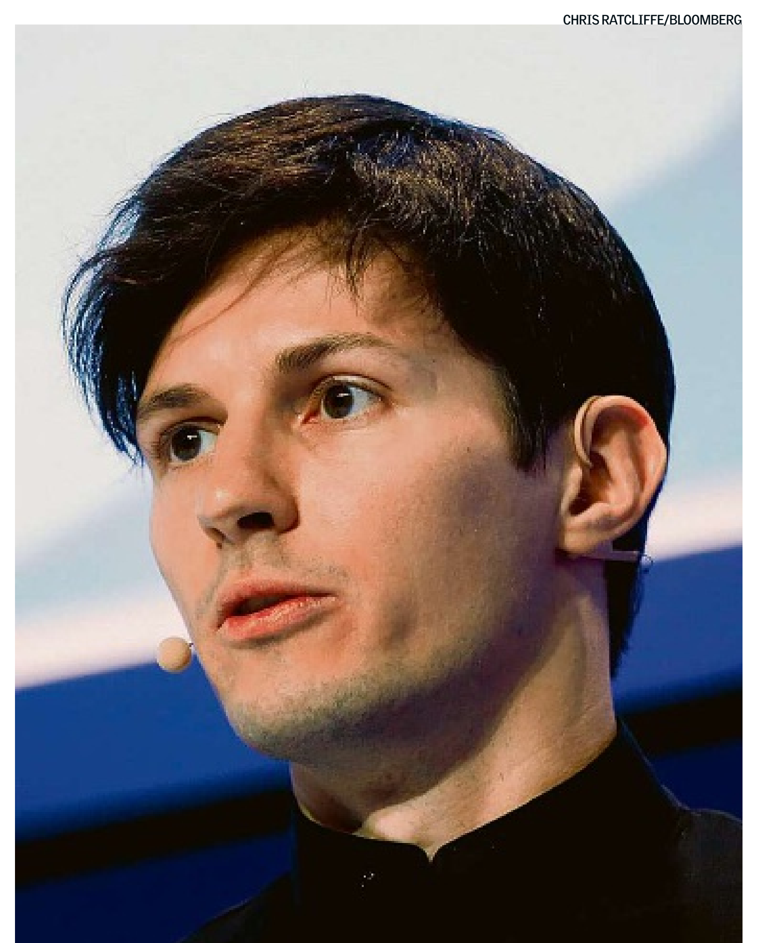
Fundado em 2013, o Telegram mudou sua sede para Dubai. Seu chefe, entretanto, também passou os últimos dez anos criando laços com figuras de destaque na França.

Entre elas, está o magnata de tecnologia e telecomunicações Xavier Niel, que ajudou a apresentar pessoas a Durov na França, segundo duas fontes a par do relacionamento. Após a prisão, o primeiro contato solicitado por Durov foi com Niel, segundo a Agência France Press, embora não haja indicação se o empresário francês foi de fato contatado ou se respondeu.

Fontes a par das visitas de Durov a Paris dizem que ele costumava ficar nos famosos hotéis da cidade, como o Plaza Athénée, o Ritz e o Hôtel de Crillon. Ele também foi hóspede na suntuosa "vila" do oligarca russo Roman Abramovich em Antibes, antes de a propriedade ser confiscada pelo governo francês em 2022, após a invasão da Ucrânia em grande escala pela Rússia.

Além de circular nas cenas de startups e de investimentos de capital de risco da França, ele também participava de eventos com investidores americanos desses dois segmentos quando estavam de visita à França.

CHRIS RATCLIFFE/BLOOMBERG



Durov é investigado em casos de tráfico de drogas e até de conteúdo com abuso sexual de crianças

"Sou um grande admirador da cultura, arte, design, arquitetura, culinária, história e idioma franceses", escreveu Durov no Telegram em 2018. "A França certamente terá um papel ainda maior na cultura e economia mundiais nos próximos anos."

Uma fonte do setor de tecnologia na França disse que "mais além das namoradas e dos hotéis, onde fica claro que ele gostava de se dar luxos [...], ele não é de ostentar." Segundo a fonte, "ele é extremamente concentrado em sua empresa. Um verdadeiro empreendedor".

"Ele gosta de procriar", disse outra fonte que fez negócios com Durov em Dubai, referindo-se à declaração do bilionário no Telegram de que havia gerado "mais de 100 filhos biológicos" por meio da doação de esperma. "Fora isso, acho que ele leva uma vida dentro da linha."

Durov sempre foi cauteloso ao se aproximar de governos. Tendo lançado o VKontakte, a resposta russa ao Facebook, Durov disse ter sido forçado a deixar a empresa e a Rússia em 2014, após se recusar a atender às exigências de Moscou de compartilhar dados de usuários da oposição ucraniana.

Desde então, ele entrou e saiu do país de origem com regularidade, segundo indicam registros de viagem que vazaram para meios de comunicação russos e documentos judiciais de um processo penal na Suíça.

Durov costuma rebater questionamentos sobre vínculos com o Kremlin tachando-os de teorias da conspiração".

Os termos do monitoramento judicial de Durov na França podem mudar. Ele está "proibido de deixar o país, [mas] com o tempo essa obrigação poderia desaparecer, seja por ordem do juiz de instrução responsável pelo caso, seja pela câmara de instrução", disse Jérôme Goudard, advogado criminalista em Paris. "Isso poderia ser feito em função de sua situação profissional: ele é o executivo-chefe de uma empresa multinacional, além das questões diplomáticas."

"Estamos preparados para deixar mercados que não sejam compatíveis com nossos princípios", escreveu Durov na quinta-feira da semana passada. No entanto, ele continua sem poder sair na França.

"Todo mundo das gigantes tecnológicas conhece Pavel, mas todos dirão que o conhecem bem pouco", disse uma fonte do setor de tecnologia na França. "Tive a impressão de que ele era uma pessoa muito solitária." ***(Colaboraram Robert Smith e Sam Jones) (Tradução de Sabino Ahumada)***

Apple usa IA para tentar reanimar as vendas fracas de seu celular

Estratégia

Daniela Braun
De São Paulo

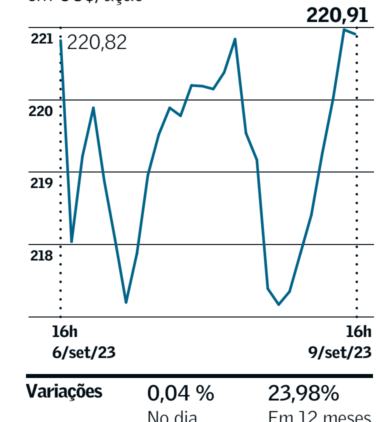
Os recursos de inteligência artificial (IA) generativa que acompanharão a nova linha de dispositivos iPhone 16, anunciada nesta segunda-feira (10) pela Apple , são a principal aposta da companhia americana para dar novo ânimo às vendas fracas de seus celulares.

No terceiro trimestre fiscal, encerrado em 29 de julho, a receita do iPhone alcançou US$ 39,3 bilhões, queda de 1% em base anual.

O mercado financeiro também espera que a IA eleve a barra de vendas da Apple a partir do quarto trimestre. As ações da empresa recuavam 1,78% na bolsa americana Nasdaq às 15h40 desta segunda-feira, ao final das duas horas de anúncios de novos produtos. Na sequência caminharam para estabilidade, fechando o pregão regular com leve alta de 0,13%.

Os novos iPhones começam a ser vendidos no fim do mês, antes da chegada da inteligência artificial, que está prometida para outubro, ainda em versão de testes, na atualização do sistema operacional iOS 18.

Desempenho na bolsa
Cotação a cada 15 minutos - em US$/ação*



Variações	0,04 % No dia	23,98% Em 12 meses
Valor de mercado	US$ 3,4 trilhões	

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data. *Listada na Nasdaq

Entre os recursos, será possível pedir para a assistente de voz Siri resumir e-mails, notificações, enviar as fotos de um evento por mensagem a um contato e fazer perguntas ao ChatGPT, da OpenAI, usando comandos de voz em linguagem natural. Outro recurso demonstrado, bastante similar ao Google Lens, facilita busca de informações de objetos apontando a câmera do aparelho.

Como as novidades de IA começam a embarcar aos poucos nos aparelhos da Apple, a curva de atualização do iPhone não será explosiva, mas "é um caminho sem volta", observa o sócio da gestora GeoCapital, André Kim.

"Entendo que seja uma mudança gradual que não vai acontecer de uma vez para o modelo 16", prevê Kim. "No meu cenário, deve levar mais de um ano para esse ciclo sematerializar".

É justamente sobre a velocidade de implementação de ferramentas de IA nos negócios das "big techs" que analistas de bancos vêm se debruçando. Grandes companhias, como Alphabet, Microsoft, Amazon e Apple, estão investindo bilhões de dólares nessa tecnologia, cujo retorno ainda não é visível. Por isso o mercado financeiro se mostra mais sensível aos papéis dessas empresas.

A barra dos preços também sobe a cada lançamento do aparelho da Apple. No Brasil, o novo iPhone 16 custará a partir de R$ 7.799, na versão mais básica, com tela de 6,1 polegadas e 128 Gigabytes (GB) de capacidade de armazenamento, e pode chegar a R$ 15.499,00 no modelo Pro Max, com tela de 6,9 polegadas e 1 Terabyte de armazenamento.

Os preços do iPhone 15, por sua vez, foram reduzidos pela Apple no Brasil na tarde desta segunda-feira (9), logo após o anúncio sobre o iPhone 16. Os modelos lançados em setembro de 2023 passaram a ser anunciados a partir de R$ 6.499,00, no modelo de 128 gigabytes (GB) de armazenamento, e de R$ 8.799,00, no modelo de 512 GB.

Em fevereiro deste ano, a empresa superou 2,2 bilhões de dispositivos em uso no mundo, informou o executivo-chefe (CEO) da Apple, Tim Cook, ao divulgar o balanço do quarto trimestre de 2023. Nesta segunda-feira, Cook disse estar animado com os novos produtos. Investidores ficarão de olho se a animação de Cook se transforma, de fato, em aumento de vendas de seu carro-chefe, o iPhone.

Curtas

Huawei recebe reservas

O novo smartphone tri-fold da Huawei Technologies atraiu pedidos de aproximadamente 1,3 milhão de pessoas dentro de sete horas após o início das reservas, informou o jornal "Nikkei Asia". O site oficial da empresa começou a aceitar pedidos para o Mate XT às 12h08 de sábado. O produto será revelado na terça-feira (10), horário da China. Na segunda-feira (9), a Apple apresentou o iPhone 16 nos Estados Unidos. O Mate XT da Huawei, disponível nas cores vermelha e preta, será lançado em 20 de setembro. O preço e as especificações detalhadas devem ser anunciados no lançamento desta terça-feira.

Chefe do X em marketing

A rede social X anunciou nesta segunda-feira (9) a contratação de Angela Zepeda como sua nova chefe global de marketing. O cargo estava vago desde que Leslie Berland, chefe da área de marketing do Twitter, saiu da companhia, logo após Elon Musk comprar a rede social no fim de 2022, rebatizando-a de X. No Brasil, o X está suspenso desde a noite do dia 30 de agosto, por decisão do ministro Alexandre de Mores, do Supremo Tribunal Federal (STF). O bloqueio foi determinado depois de a empresa não ter indicado um representante legal no país.

Paralimpíada

Além dos atletas paralímpicos brasileiros terem registrado em Paris neste domingo (8), após 12 dias de competições, o melhor desempenho do país em número de medalhas em uma edição dos Jogos Paralímpicos, com 89 pódios, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) conquistou o ranking global de perfis dedicados ao conteúdo paralímpico, com mais de 1,3 milhão de seguidores nas redes sociais – considerando Instagram, Facebook, X, TikTok e YouTube. Para efeito de comparação, o Comitê Britânico, que vem logo abaixo no ranking entre as entidades com perfil exclusivo paralímpico, possui 674 mil seguidores, somando as cinco plataformas.

Lucro da Oracle

A Oracle divulgou seus resultados para o trimestre fiscal encerrado em agosto, quando obteve um lucro ajustado de US$ 1,39 por ação, com vendas de US$ 13,3 bilhões. Em média, os analistas projetavam que a empresa registraria um lucro ajustado de US$ 1,33 por ação sobre vendas de US$ 13,2 bilhões. No mesmo período do ano anterior, a Oracle registrou um lucro ajustado de US$ 1,19 por ação sobre vendas de US$ 12,5 bilhões, informou a Dow Jones Newswires.

Tecnologia Julgamento antitruste começou ontem após a empresa perder outro caso

EUA acusam Google de comandar monopólio em anúncios on-line

Alex Rogers
Financial Times, de Alexandria (EUA)

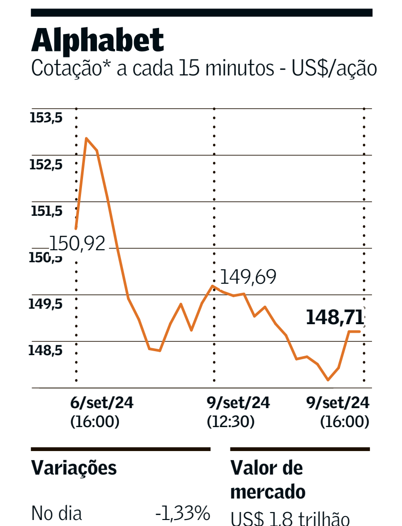
O Departamento de Justiça dos Estados Unidos acusou a Google de comandar um enorme monopólio no mercado de anúncios on-line, que tirou do jogo potenciais concorrentes e aumentou os custos para editores e anunciantes em uma tentativa de maximizar os lucros. A acusação consta do mais recente julgamento antitruste contra a "big tech" que começou nesta segunda-feira (9).

"Ninguém sai ganhando, exceto a Google, disse Julia Tarver Wood, advogada do Departamento de Justiça, durante sua declaração de abertura em um tribunal federal da Virgínia.

O julgamento ocorre poucas semanas depois que um juiz de Washington emitiu um veredito histórico em outro caso antitruste do Departamento de Justiça contra o Google, concluindo que a empresa monopolizou o mercado de buscas na internet. Uma decisão sobre como punir o Google é esperada para o ano que vem.

Os dois casos são parte de um esforço crescente para controlar o poder das "big techs" por agentes antitruste de Washington, que abriram processos abrangentes que desafiam o poder que empresas como Amazon, Meta e Apple têm sobre o mercado.

Alphabet
Cotação* a cada 15 minutos - US$/ação



Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data
*Listada na Nasdaq

O caso atual do governo contra o Google atinge o coração do lucrativo negócio de exibição de anúncios on-line, como aqueles que ficam na parte superior ou lateral de uma tela. O Departamento de Justiça americano, juntamente com 17 Estados, argumentou no processo que o Google domina esse negócio — desde os editores que vendem anúncios, aos anunciantes que os criam — e a plataforma que combina os dois lados.

O Departamento de Justiça informou que a fatia do Google pode chegar a 37 centavos de cada dólar gasto em publicidade quando atua como intermediário entre compradores e vendedores. Acrescentou que a empresa controla cerca de 90% do mercado global de servidores de anúncios e redes de anunciantes.

O Google disse em resposta que não tem um monopólio, oferecendo em vez disso um produto superior em um mercado altamente competitivo. Karen Dunn, que representa o Google, disse que a companhia transformou o mercado de tecnologia de anúncios, compete "milissegundo por milissegundo" por cada impressão de anúncio contra várias outras empresas e "aumentou o bolo" para todos os negócios nas duas últimas décadas por meio de suas inovações.

Dunn acusou várias vezes o governo de não entender o negócio, argumentando que ele não pode obrigar a companhia a ceder sua tecnologia para os concorrentes. O caso do governo contra o Google é baseado em análises que "não são a realidade comercial" e que foram "inventadas" para fins de litígio, disse ela.

Dunn afirmou que o Google apresentará como testemunhas engenheiros e designers da empresa, bem como funcionários do governo no Censo dos EUA e militares veteranos que usaram o Google para recrutamento e publicidade de prevenção ao suicídio.

No fim das contas, Dunn argumentou que não seriam os editores, anunciantes ou clientes que se beneficiariam se o Google perder, e sim os principais concorrentes da gigante de tecnologia que ganharam participação de mercado: Microsoft, Amazon, Meta e TikTok. Ela acrescentou que o caso também tem um caráter retroativo, considerando a natureza em rápida evolução da inteligência artificial (IA).

O governo dos EUA está olhando "pelas lentes da história antiga", disse Dunn, sócia da firma de advocacia Paul Weiss. Ela também deverá ajudar a candidata democrata à presidência, Kamala Harris, na preparação para o debate presidencial desta terça-feira.

A juíza distrital Leonie Brinkema, 80, que foi nomeada para o tribunal pelo presidente Bill Clinton, decidirá o caso após a conclusão do julgamento, que deve durar várias semanas. *(Tradução de Mario Zamarian)*

STEPHANIE SCARBROUGH/AP

Julgamento começou na Virgínia, após a derrota da empresa em Washington

'Big tech' pagou por garantia de não ter júri

Dow Jones Newswires, de Washington

O julgamento do caso do Google, que começou nesta segunda-feira (9), deverá durar quatro semanas no Norte da Virgínia. No mês passado, um juiz federal em Washington decidiu que o Departamento de Justiça provou suas alegações de que o Google estava usando táticas ilegais para preservar seu domínio nas buscas.

O caso discutido na Virginia prosseguirá sem um júri, o que é típico de como os casos antitruste do governo são gerenciados. O Departamento de Justiça fez uma tentativa incomum de levar o litígio perante um júri, incluindo um pedido de indenização por danos monetários, alegando que o próprio governo pagou a mais por anúncios on-line. O Google, por sua vez, assinou um cheque ao governo de US$ 2,3 milhões, pagando de volta o pedido de indenização e garantindo um julgamento sem júri.

O Departamento de Justiça americano está unido a uma coalizão bipartidária de 17 Estados. O governo tenta forçar a empresa a se livrar de seu produto Ad Manager, que em 2020 teve um lucro operacional de US$ 368 milhões a partir de uma receita registrada de US$ 7,4 bilhões, segundo uma declaração financeira que a empresa forneceu ao tribunal. O Google paga uma parte da receita total aos editores da web.



Agro 4.0 Startups que usam tecnologia com IA atraem investimentos na América Latina, mostra estudo

Inteligência artificial indica 'novo salto' no campo

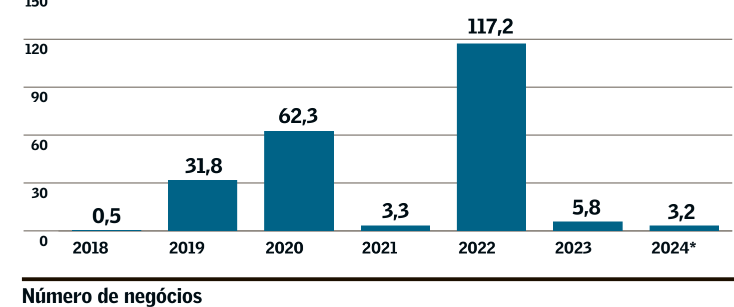
Raphael Salomão
De São Paulo

Startups da América Latina que usam tecnologias de inteligência artificial em seus produtos finais receberam aportes de US$ 3,2 milhões em cinco rodadas de investimentos no primeiro semestre de 2024. O número de operações é maior do que o de todo o ano passado, quando houve quatro rodadas, segundo levantamento da Distrito, consultoria especializada em negócios baseados no uso de novas tecnologias. Somadas, essas quatro operações movimentaram US$ 5,8 milhões.

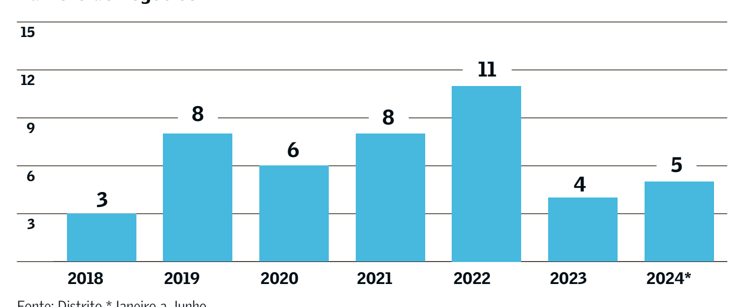
Victor Harano, diretor de pesquisa da Distrito, diz que, neste ano, os investidores têm priorizado a escolha de agtechs que estão em fases iniciais de operação ("pré-seed" ou "seed"), momento em que elas ainda trabalham no desenvolvimento de seus produtos e modelos de negócios. Empresas que estão nesse estágio costumam precisar de menos capital do que as que já estão mais maduras.

Harano pontua que as incertezas macroeconômicas deixam o investidor mais cauteloso, o que aumenta o apelo de startups que estão nas fases iniciais de desenvolvimento. "Se o ritmo se mantiver, é possível que os investimentos totais desse segmento [agtechs que usam IA em seus produtos finais] ultrapassem os de 2023", avalia. "Isso pode significar que, a partir de meados do ano que vem, começaremos a ver soluções mais robustas e mais disseminadas em operação".

De olho na inteligência artificial
Investimento em agtechs que usam IA na América Latina (US$ milhões)



Número de negócios



Fonte: Distrito *Janeiro a Junho

Na lista das principais aplicações da inteligência artificial no agro, entre outras, agricultura de precisão associada à internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) e monitoramento de solo e clima. A tecnologia também abre caminho para a criação de rotas logísticas mais eficientes, para a melhoria da previsão do tempo e para reforçar iniciativas ligadas à sustentabilidade ambiental, como a mensuração de emissões de carbono.

Segundo a Distrito, atualmente, 5% das startups da América Latina ligadas ao agronegócio estão voltadas à produção de soluções que se baseiam no uso de inteligência artificial. As agtechs com esse perfil receberam 20% de todos os investimentos em startups latino-americanas do agro entre 2018 a 2023.

Nesse período, os aportes em agtechs que usam IA somaram US$ 220,9 milhões, em um total de 40 rodadas de negócios, informa a consultoria, em relatório. As brasileiras receberam a maior parte: foram, no total, US$ 199 milhões, em 35 rodadas. Receberam os investimentos empresas que estão em diferentes fases de maturação, das "pré-seed" às mais longevas e desenvolvidas, que já têm o apoio de fundos de private equity.

O maior volume de desembolsos ocorreu em 2022, quando houve 11 rodadas de investimentos, com aportes que somaram US$ 117,2 milhões. Harano explica que o montante refletiu o amadurecimento de uma geração anterior de agtechs, que passaram a demandar mais capital.

Além disso, a conjuntura estava mais favorável ao aumento dos desembolsos, segundo ele. "Em 2025, 2026, podemos ter outro boom, porque as startups que hoje estão menos maduras podem voltar ao mercado e puxar os investimentos para cima. Com a melhora das condições macroeconômicas, isso deve voltar a acontecer", analisa Harano.

> "Em 2025 ou 2026, podemos ter outro boom [de startups do agro que utilizam IA]"
> *Victor Harano*

Projeção da consultoria MarketsandMarkets indica que o mercado global de inteligência artificial no agronegócio deve chegar a US$ 4,7 bilhões em 2028, um montante 2,7 vezes maior que o de 2023, quando o mercado era de US$ 1,7 bilhão. A Distrito, que adota esses números como referência, não tem uma projeção para o mercado latino-americano e brasileiro, mas considera o cenário promissor.

Harano acredita que o uso da inteligência artificial no agro tende a se disseminar cada vez mais. Mas ainda se precisa superar alguns entraves, afirma ele, como a limitada disponibilidade e qualidade dos dados e as limitações de conectividade no meio rural.

Holandesa Enza Zaden reforça atuação na América do Sul

Sementes

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Enza Zaden, empresa holandesa de melhoramento genético de hortaliças, reforça sua atuação na América Latina com a abertura de uma subsidiária em Santiago, no Chile. A unidade vai desenvolver e produzir sementes para atender o mercado chileno e a demanda de outros países, incluindo Brasil. Entre os produtos estão cebolas, alfaces e tomates.

A abertura da nova filial faz parte dos investimentos de € 100 milhões feitos pela companhia este ano no mundo. Globalmente, a empresa tem receita anual da ordem de € 330 milhões, com crescimento de 10% ao ano. No Brasil, o avanço foi de 15% a 20% ao ano nos últimos cinco anos.

Segundo Jean-François Hardouin, gerente comercial da Enza Zaden na América do Sul, a escolha do país deve-se às condições climáticas mais favoráveis à produção de sementes e pelo fato de ser um mercado com alta demanda por tecnologia para produção de hortaliças. "O Chile é o segundo país da América do Sul que mais adota alta tecnologia na produção de hortaliças, depois do Brasil", diz.

A operação foi iniciada no Chile com uma equipe de dez pessoas, que vão atuar no desenvolvimento e na venda de sementes.

No Brasil, a Enza Zaden mantém uma área de pesquisa e melhoramento de variedades tropicais há dez anos. A empresa tem uma estação de pesquisa em Holambra (SP), com 20 hectares de áreas para testes de variedades. A equipe é formada por 35 pessoas voltadas ao desenvolvimento de novas variedades de sementes. O Brasil, segundo Hardouin, é o principal centro de seleção e melhoramento tropical. "Os produtos desenvolvidos aqui podem ser vendidos na Austrália, África, até Ásia", afirma.

A companhia também atua por meio de distribuidores na Colômbia, na Argentina, no Peru e no Equador e tem multiplicadores de sementes na Argentina e no Peru. "No Brasil, não tem multiplicação de sementes por conta do clima mais quente. Mas testamos algumas variedades de cultivares tropicais", afirma Hardouin.

Na avaliação do executivo, um dos principais desafios da companhia é desenvolver variedades resistentes a doenças e pragas e a condições climáticas extremas. Ele cita o exemplo do desenvolvimento de uma variedade de tomate resistente à doença da mosca branca, que tem afetado lavouras pelo mundo.

A nova variedade está atualmente em fase de registro no Brasil, e a expectativa da companhia é lançar a variedade comercialmente ainda este ano. Também estão previstos lançamentos de cebolas, alface crespa e pimentões coloridos no Brasil este ano.

Por ano, a Enza Zaden lança uma média de 150 variedades. No Brasil, a empresa é líder em sementes de cebolas, respondendo por 65% do mercado, segundo ele. Também é uma das maiores em sementes de alfaces e tomates, além de ofertar sementes de melão, melancia, pimentão, abóbora, abobrinha e chicória.

A empresa familiar é administrada pela terceira geração do patriarca Jacob Mazereeuw. A Enza Zaden opera em 25 países e emprega no mundo 2,8 mil pessoas. Por ano, a companhia vende cerca de 800 toneladas de sementes.

DIVULGAÇÃO



O executivo Jean-François Hardouin

Agronegócios

Por


Cenários País defende que tema esteja no documento do grupo de ministros da Agricultura

Brasil quer conversão de pastagens em declaração do G20

GUILHERME MARTIMON/MAPA

O ministro Carlos Fávaro, no Fórum Internacional da Agropecuária; encontro precede reunião do G20 esta semana

Rafael Walendorff
De Brasília

O Brasil quer incluir os temas da conversão de pastagens degradadas e crédito de carbono, que lhe são caros, na declaração do grupo de ministros de Agricultura do G20, bloco que reúne as 20 maiores economias do mundo, atualmente presidido pelo país.

Os ministros de Estado vão se reunir esta semana na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, que será o palco do debate global sobre os rumos da produção agropecuária e seu desenvolvimento sustentável para a segurança alimentar do planeta.

Em evento em Cuiabá, às vésperas dos encontros, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa, afirmou que haverá intensas negociações entre os países integrantes do G20 para a inclusão de temas relevantes para o Brasil na declaração ministerial de agricultura do bloco.

Durante o Fórum Internacional da Agropecuária (Fiap), Perosa disse que a recuperação e a conversão de pastagens degradadas e o crédito de carbono são assuntos ainda carentes de recepção pelo grupo.

As reuniões técnicas do Grupo de Trabalho da Agricultura do G20 vão ocorrer nesta terça e na quarta-feira. Nos dois dias seguintes, serão realizados os encontros de ministros da Agricultura dos países.

"O crédito de carbono é um tema caríssimo ao Brasil, temos condição de produzir mais respeitando a floresta. Temos o programa de conversão de pastagens degradadas em áreas agricultuáveis. São quase 40 milhões de hectares que podemos fazer conversão, e isso o grupo ainda não recepcionou", disse Perosa.

"É um tema que será trabalhado com afinco para ser recepcionado como prática inclusiva que evita o desmatamento", acrescentou.

Outro tema pendente de negociação é a adoção de legislações comerciais internacionais. Como a Organização Mundial do Comércio (OMC) está inoperante, alguns países defendem o estabelecimento de regras mundiais.

"Ainda não é aceito pela maioria dos países, que querem ter o fórum da OMC, mas ela hoje está com funcionamento parcial haja visto que órgão de apelação, que decide sobre punição, não tem indicação de membro americano", completou Perosa.

Na abertura do fórum, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que a estratégia do Brasil para aumentar a produção de alimentos nos próximos anos será intensificar os sistemas produtivos e avançar sobre as áreas degradadas.

Ele disse que será preciso debater o financiamento mundial e o pagamento por serviços ambientais pela preservação das áreas de vegetação nativa no Brasil. Também ressaltou a importância da inclusão e do combate à fome. "O Brasil tem a sua estratégia. Vamos intensificar a produção sobre as áreas degradadas, não sobre floresta e Cerrado", afirmou na abertura do evento promovido pelo Canal Rural.

Segundo ele, o país "precisa pensar o que e como vai produzir no futuro. Não será o mesmo modelo que nos trouxe até aqui. Alguns países falam em desinstensificação da produção, mas esse não será o modelo brasileiro. Vamos continuar fortalecendo a nossa vocação e a intensificação da produção, mas de forma sustentável".

> "A mudança do sistema [de produção] tem que ser inclusiva"
> *Gilberto Tomazoni*

Fávaro também defendeu a necessidade de discutir ajuda internacional para a produção sustentável no Brasil. "Precisamos debater também que o mundo participe por meio de financiamentos e pagamentos por serviços ambientais. E isso certamente virá oferecido pelo B20 [grupo de empresários responsável por sugerir políticas ao G20]. Formas de inclusão com sustentabilidade", disse.

No evento em Cuiabá, o B20 entregou ao ministro as propostas para promover uma agricultura sustentável no mundo. Aumentar a produtividade dos sistemas alimentares, garantir financiamento adequado e acessível para a transformação da agropecuária e aprimorar o papel do comércio mundial como indutor de boas práticas na cadeia produtiva de alimentos estão na lista de recomendações.

As propostas foram entregues pelo líder do grupo, Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS. Segundo Tomazoni, a intenção é que as sugestões sejam aceitas e incorporadas no documento final do GT de Agricultura para que se transformem em planos de ação e de transformação para o setor produtivo.

Para cada eixo, o B20 apresentou propostas de ações práticas. Para aumentar a produtividade dos sistemas alimentares, a ideia é estimular a adoção das melhores tecnologias, como biotecnologia, ferramentas digitais, inteligência artificial, agricultura regenerativa e redução de tempo dos rebanhos bovinos.

"A mudança do sistema tem que ser inclusiva, que possamos reduzir a desigualdade, aumentar a produtividade e a resiliência, e que o pequeno produtor seja incluído", disse o executivo.

Ele ressaltou ainda a importância do segundo eixo, que trata do financiamento para a transformação dos sistemas alimentares mundo afora. Nos cálculos do grupo, serão necessários até US$ 350 bilhões para custear a transformação. Além de ter recursos disponíveis, defendeu Tomazoni, é preciso que ele chegue a quem precisa a taxas justas.

Fazendo coro ao governo, ele citou a necessidade de um sistema que remunere por serviços ambientais. "Isso ajudaria a conseguir fazer com que o financiamento seja mais acessível e possível de fazer a transformação", disse Gilberto Tomazoni.

valor.com.br
Mais sobre o encontro dos ministros da Agricultura do G20 em
www.valor.com.br/agro

SP pede linha de R$ 500 milhões para apoiar produtor afetado por incêndio

Crédito

Luciana Franco
Para o Valor, de São Paulo

O secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Piai, solicitou ao Ministério da Agricultura uma linha de crédito de R$ 500 milhões para apoiar os produtores rurais afetados pelos incêndios nas últimas semanas.

Em entrevista ao **Valor**, ele disse que o pleito é por uma linha similar à disponibilizada a produtores do Rio Grande do Sul, afetados pelas enchentes em abril e maio. "E eu espero, realmente, que essa ajuda chegue porque vai ser muito importante para o agronegócio de São Paulo, que é relevante demais para o agro brasileiro", afirmou.

De acordo com Piai, mais de 8 mil propriedades foram atingidas pelos incêndios registrados em 318 municípios paulistas — em 48 deles foi decretada emergência, conforme levantamentos realizados até a manhã de ontem por meio da CATI com cruzamento dos dados de satélite com o sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

"Os prejuízos superam R$ 2 bilhões para o agronegócio, com as maiores perdas nos setores da cana-de-açúcar e pecuária de corte e leite", reafirmou Piai.

Questionado sobre eventuais efeitos dos recentes incêndios no preço de alimentos, o secretário disse não ver "neste momento, grande risco de aumento de preços de alimentos em função das queimadas".

Segundo ele, no caso de açúcar e etanol, havia estoque no Estado de São Paulo. "Estamos vendo alguns preços em alta, mas o preço da carne, por exemplo, ocorre devido à falta de fêmeas e porque o mercado internacional está comprador, com aumento da demanda da China e dos Estados Unidos", afirmou.

Piaí disse que os riscos de novos incêndios no Estado são altos esta semana, principalmente entre os dias 12 e 13 por causa da baixa umidade e altas temperaturas. "Estamos em alerta para a regiões noroeste e oeste do Estado como as de risco maior nesta semana devido ao fator triplo 30: temperaturas acima dos 30° Celsius, ventos acima de 30 km por hora e umidade relativa do ar abaixo de 30%".

DIVULGAÇÃO


> 'Espero que essa ajuda chegue pois vai ser importante'
> *Guilherme Piai*

Segundo o secretário, o governo alugou aviões para pulverização de água. "Foram destinados R$ 6 milhões para combate a incêndios florestais com aeronaves, que são usadas em áreas de difícil acesso e nas unidades de conservação".

Desde sexta-feira, 81 unidades de conservação do Estado estão fechadas devido aos riscos altos de ocorrência de incêndios.

Em relação à ajuda direta aos produtores afetados, Piai disse que o governo paulista reservou R$ 100 milhões para o seguro rural e também lançou um credito emergencial pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), com taxas de juros zero e dois anos para pagar com custeio emergencial de R$ 50 mil por produtor.

Procurado para comentar a linha de crédito de R$ 500 milhões solicitada pela Secretaria de Agricultura paulista para apoiar produtores, o Ministério do Planejamento informou, em nota, que "a Secretaria de Orçamento Federal se manifesta somente acerca de créditos orçamentários cuja proposta já esteja formalizada e seus efeitos tornados públicos".

Os Ministérios da Fazenda e da Agricultura foram procurados, mas não responderam. *(Colaborou Jéssica Sant'Ana, de Brasília)*

Mais sobre os incêndios à página A2

Estados vão retomar venda de carne ao Canadá

Comércio
De Brasília

O Canadá autorizou a retomada das importações de carne bovina de Estados brasileiros que eram habilitados antes da retirada da vacinação contra febre aftosa e estavam com os embarques suspensos. Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia, além de 14 municípios do Amazonas e cinco de Mato Grosso, poderão retomar as vendas ao Canadá após atualização do certificado sanitário.

Antes, o protocolo bilateral exigia que a carne saísse de áreas com animais vacinados nos últimos 12 meses. O requisito barrou as exportações de Estados cuja vacinação já havia sido interrompida na época das negociações entre Brasil e Canadá, mas que ainda não tinham o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

A expectativa para a retomada existia desde fevereiro deste ano, quando a Canadian Food Inspection Agency (CFIA), agência de inspeção alimentar canadense, concluiu a avaliação de risco para a importação de carne bovina desossada e maturada dessas regiões e informou o governo brasileiro.

Ontem, o Ministério da Agricultura, recebeu o aceite do órgão para a atualização do certificado sanitário com os novos requisitos.

A ampliação da área habilitada a exportar carne bovina ao Canadá foi informada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, durante evento em Cuiabá. "Ampliamos a retomada do mercado de carne bovina para o Canadá", disse.

Em 2023, o Canadá importou 8,1 mil toneladas de carne bovina do Brasil, com negócios que renderam US$ 39 milhões. *(RW)*

Seca faz preço da soja subir no mercado interno

Luiz Eduardo Minervino* e Isadora Camargo
De São Paulo

O preço da soja no mercado doméstico já começa a refletir os efeitos da seca em várias regiões do Brasil, de acordo com pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Ontem, o indicador da soja Esalq/BM&FBovespa- Paranaguá, apurado pelo Cepea, subiu 0,23%, para R$ 140,82 por saca. A alta no mês é de 1,95%.

Os pesquisadores avaliam que a falta de chuva pode atrasar o plantio da safra 2024/25. Segundo eles, a situação leva produtos a restringirem as vendas do que têm de estoque de safra passada. E, com a demanda superando a oferta, os prêmios de exportação sobem, e os preços internos também.

No mercado internacional, a soja também subiu. Na Bolsa de Chicago, os contratos com vencimento em novembro tiveram alta de 1,29% ontem, para US$ 10,0500 por bushel. O principal motivo foi a recuperação das cotações do óleo de soja, o que puxou os contratos do grão.

Mas as preocupações com o clima — tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos — também contribuíram para a valorização. De acordo com a consultoria Granar, outro motivo para a alta em Chicago foi a ausência de novas chuvas em áreas do cinturão de grãos dos EUA (...) e a falta de umidade nas principais áreas produtoras do Brasil, o que, se persistir, poderá atrasar o início do plantio da safra 2024/2025.

**Sob a orientação de Raphael Salomão, de São Paulo*

Agro 4.0
Startups que usam tecnologia com IA na América Latina atraem aportes, mostra estudo
B7

Investimentos
Gestoras 'passam de ano', mas podem fazer melhorias, segundo estudo da Luz, de Suelem Salgo C6



Pagamentos
Mastercard prevê mais disputa com uso do Pix por aproximação C3

Estratégia
HSBC avalia combinar divisões de banco comercial e de investimento C2

Mercados Importantes gestoras do mercado local passaram a adotar viés mais negativo para a bolsa, o real e os juros futuros

Apostas pessimistas nos ativos locais ganham força

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

A percepção de boa parte dos agentes financeiros sobre os riscos domésticos voltou a piorar nas últimas semanas, o que levou importantes gestoras do mercado local a iniciarem apostas mais pessimistas contra os ativos brasileiros. Com renovadas preocupações sobre as questões fiscais do país, expectativas de inflação desancoradas, ruídos na comunicação do Banco Central e a perspectiva de uma iminente retomada no ciclo de aperto na Selic, gestores têm ampliado, especialmente, as posições que lucram com a alta das taxas dos juros futuros, com a valorização do dólar frente ao real e com a queda da bolsa.

Entre as instituições que adotaram recentemente um viés mais pessimista em suas alocações domésticas estão Verde Asset, Kapitalo Investimentos, Ibiuna Investimentos, Legacy Capital, XP Asset Management e Occam.

Em carta mensal referente a agosto, a equipe de gestão da Verde, de Luis Stuhlberger, revelou que encerrou boa parte de sua posição em ações locais, o que, junto com a compra de proteções, levou a exposição do fundo à bolsa ao menor nível desde 2016.

A gestora atribui o viés negativo às recentes medidas anunciadas pelo governo sobre a condução da política fiscal. "Ao fim e ao cabo, a ação do governo tornou a métrica de déficit fiscal primário uma variável pouco relevante para os mercados. A preocupação crescente com o nível e a trajetória da dívida pública brasileira nos parece a consequência inevitável", afirmam os profissionais da gestora.

Ainda que o desempenho do Ibovespa tenha sido positivo ao longo do mês de agosto, com valorização de 6,54%, o movimento, segundo a Verde, foi impulsionado pelo fluxo estrangeiro e pela perspectiva de que os cortes de juros do Federal Reserve (Fed) devem apoiar a bolsa brasileira. "Não acreditamos que isso supere os fundamentos preocupantes e o ciclo de alta de juros prestes a ser iniciado pelo Banco Central do Brasil", apontam.

A Verde ainda revela que iniciou uma pequena aposta comprada em inflação "implícita" (precificada pelo mercado) no Brasil, ou seja, uma aposta na alta da inflação adiante, além de uma posição que ganha com a alta de taxas de longo prazo. Em moedas, a gestora segue comprada no dólar contra o real.

A XP Asset foi uma das primeiras casas a embutir em seu cenário-base uma alta de juros pelo BC já no mês de setembro, diante do diagnóstico de que a economia brasileira está superaquecida e trabalha acima de seu potencial. Desde então, há cerca de dois meses, a gestora passou a montar posições que poderiam se beneficiar dos movimentos da autoridade monetária para tentar esfriar a atividade e recolocar a inflação e as expectativas de volta ao centro da meta.

Assim, segundo Julio Fernandes, sócio e cogestor macro da XP Asset, foram montadas posições "tomadas" em juros reais e nominais de curto prazo (aposta na alta das taxas), além de uma aposta, de tamanho reduzido, na queda da inflação "implícita" de médio prazo.


GABRIEL REIS/VALOR
Fernandes, da XP Asset: posições 'tomadas' em juros reais e nominais de curto prazo, ou seja, aposta na alta das taxas

Mais recentemente, segundo o gestor, também foi montada uma posição tática vendida na bolsa, justificada pela alta firme do Ibovespa nos últimos dias; pela perspectiva de que a retomada do aperto monetário pode atrapalhar a trajetória das ações locais; pela expectativa de desaceleração das economias dos EUA e da China; além de um cenário fiscal desafiador.

"Não achamos que o BC tem que fazer um ciclo pequeno de juros só pela credibilidade. Ele vai recuperar a credibilidade fazendo o que é correto e, assim, vai acabar recuperando sua credibilidade naturalmente. Discordamos da ideia de um miniciclo só para recuperar a credibilidade", afirma Fernandes.

Assim, há riscos assimétricos para os juros curtos, segundo o gestor. "Sempre o mercado começa acreditando que vai precisar de pouco juro. Na medida que o ciclo for se desenvolvendo, no entanto, é possível que o BC entenda que vai precisar fazer um pouco mais. Não será fácil desacelerar a atividade econômica, o mercado de trabalho ou reancorar as expectativas para 2026, dados os desafios de comunicação para a autoridade monetária e os desafios fiscais", afirma. Devido ao nível que as taxas atingiram nos últimos dias, a posição foi reduzida pela metade, revela.

Fernandes discorda, no entanto, da visão de que as posições em juros têm um viés pessimista. "Não acho correto dizer que há um viés pessimista em esperar que o BC volte a subir os juros. Ele precisa fazer o necessário. Tanto é que quando o BC sinalizou maior disposição em retomar o aperto, a bolsa subiu e o dólar perdeu força", afirma.

Em relatório mensal dos fundos Kappa e Zeta, a Kapitalo também revela ter aberto posições que apostam na alta dos juros brasileiros e chama a atenção para os desdobramentos fiscais ocorridos em agosto, como as medidas para ampliação dos benefícios para o vale-gás. "Medidas criativas como essa ameaçam a credibilidade do recente arcabouço fiscal brasileiro", dizem os profissionais, ao mostrarem, ainda, alguma desconfiança com as estimativas de receitas e despesas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025.

"Tínhamos uma posição 'tomada' em juros e vendida em dólar, que, com a volatilidade, foi bem difícil de carregar no começo do mês passado, mas, ao longo de agosto, foi desempenhando muito bem. Optamos por reduzir as posições em juros momentaneamente por achar que o mercado está bem apreçado no curto prazo nessa conjuntura em que o Fed corta e o BC, com essa comunicação, está apontando para [uma alta de] 0,25 ponto", disse o sócio e diretor de investimentos (CIO) da Legacy Capital, Felipe Guerra, durante o "call" mensal de agosto da gestora.

Ele revela que a casa achou por bem reduzir a exposição aos juros locais, "mas o nosso viés é aproveitar o fechamento [queda] dos juros globais para voltar a tomar juros no Brasil [apostar na alta], seja contra a bolsa, seja contra o câmbio, seja seco [aposta direcional]".

Para Guerra, a tendência da Legacy é gostar de apostar na queda do dólar contra uma alta dos juros futuros, o que deixaria a gestora neutra em Brasil e, portanto, mais "imune" aos ruídos fiscais domésticos. "Vira e mexe aparece um 'vale-gás' da vida para trazer preocupações do ponto de vista fiscal sobre o governo ficar tentando furar o teto… Gostamos de posições relativas, em que você fica mais imune aos ruídos fiscais e ao governo."

O executivo observa ainda que, diante de um ciclo de alta de juros de 2,5 a 3 pontos percentuais na Selic, a bolsa brasileira pode ser atrapalhada e o câmbio, favorecido. "A combinação de vender dólar e vender bolsa parece estar com um preço bastante bom", observa o gestor, que diz mirar essa posição ao longo do ciclo de aperto dos juros.

Já a Occam Brasil nota que o mercado embute nos preços da curva de juros uma Selic de aproximadamente 12% no fim do ciclo de aperto monetário, o que seria o mínimo a ser precificado neste momento, relatou Pedro Dreux, sócio e gestor macro da casa, durante "call" de agosto.

"Continuamos achando que o mercado irá passar por momentos de uma precificação bem mais aguda, independente deste capítulo internacional de cortes de juros. Achar que o corte de juros nos EUA vai salvar o Brasil não vai acontecer. Continuamos com uma visão negativa para os juros. O desafio é enorme para levar a inflação para a meta de 3%. A nossa inflação para 2024 é de 4,5% e para 2025 também. As 'implícitas' estão em torno de 5% ou mais. Toda a parte do fundamento — atividade econômica, crédito, mercado de trabalho apertado — sugere que é preciso se contrapor a esse estímulo fiscal", afirmou Dreux.

"Nosso viés é aproveitar a queda dos juros globais para voltar a tomar juros [apostar na alta] no Brasil"
Felipe Guerra

Renda fixa nos EUA gera retorno e diversificação

Dow Jones Newswires

Se você for comprar bônus, tenha certeza de que o faz pelos motivos certos.

Enquanto os investidores em ações tiveram alguns meses turbulentos, os que aderem fielmente à venerável carteira 60/40 podem sentir-se no direito de comemorar: como o S&P 500 teve retorno negativo de 5,1% entre o fim de julho e 5 de agosto, uma carteira composta por 60% de ações dos Estados Unidos e 40% de bônus de 10 anos do Tesouro americano só perdeu 2,6%. E a queda de 4,2% nos investimentos em ações na semana passada se traduziu em uma perda de apenas 1,9% para a carteira 60/40.

"A renda fixa finalmente recuperou sua característica de hedge [proteção] tradicional", disse Roger Hallam, chefe global de taxas da Vanguard.

Entretanto, a razão mais forte para manter bônus no longo prazo é ainda mais simples: o retorno que eles geram.

A Vanguard recomenda há muito tempo os benefícios de ter uma mistura de ações e bônus. A estratégia remonta aos anos 1950, quando o economista Harry Markowitz defendeu a tese, apoiada em modelos matemáticos, de que a diversificação melhora os retornos ajustados pelo risco. A mistura 60/40 só teve retornos totais negativos em 23% dos anos entre 1872 e 2023, ante 27% do S&P 500, e encurtou períodos prolongados de retornos negativos, segundo cálculos derivados de dados recolhidos pelo professor da Universidade de Yale Robert Shiller.

Os investidores modernos compreendem de maneira intuitiva por que os bônus — em especial os emitidos por governos — são instrumentos eficazes de diversificação: eles se recuperam sempre que os mercados se mostram preocupados com a economia e são capazes de se antecipar a cortes de taxas pelos bancos centrais, algo que tende a fazer as ações sofrerem. Foi isso que aconteceu neste verão.

Mas antes dos anos 1970 as correlações entre ações e bônus tinham inversões periódicas de positivas para negativas. Por um longo intervalo entre aquela época e o fim dos anos 1990, foram positivas de maneira consistente: conforme as ações apanhavam, os bônus também sofriam. O motivo é que a inflação esteve alta por grande parte desse período, o que tornava os bancos centrais relutantes em estimular a economia. O pós-2021 também levou muitos em Wall Street a prever o fim do 60/40.

Com a inflação de novo sob controle, porém, muitos esperam uma volta ao regime de "baixa inflação" dos anos 2010, quando os bônus atuavam como grandes amortecedores da volatilidade. Esse foi o auge da mistura 60/40: seus retornos ajustados pelo risco — medidos pelo índice de Sharpe — em comparação com o S&P 500 foram os mais altos da história.

Mas aqui está o problema de depender da carteira 60/40 ou de alocações semelhantes: quem pretende se aposentar daqui a poucos anos não conseguirá se sustentar com retornos ajustados pelo risco.

Épocas de inflação controlada também tendem a ser épocas em que as taxas de retorno são baixas, o que significa que as pessoas que compram bônus acabam por abrir mão de muita renda.

Alguém que investiu US$ 1.000 em uma carteira 60/40 nos cinco anos seguintes a 2009, por exemplo, acabou com US$ 1.439 no banco, em média, o que é US$ 1.141 a menos do que alguém que acabou de comprar o S&P 500. Em comparação, a diferença durante o período de correlação positiva de 1975 a 1980 foi de apenas US$ 561.

É claro que os investidores após 2008 ainda se deram muito bem em termos absolutos. O desempenho das ações era tão excepcional que o 60/40 rendeu tanto dinheiro quanto a média de retorno de uma carteira com 100% de ações desde 1871. Mas o mais provável é que quem tem de investir agora não tenha tanta sorte: a não ser que as apostas na inteligência artificial tenham resultados estupendos, o "boom" das gigantes da tecnologia não acontecerá de novo.

Nada disso implica evitar os bônus. Ao contrário: em ocasiões passadas, comprar papéis de 10 anos do Tesouro quando o retorno estava acima de 3% ou a curva dos "yields" deixou de estar invertida — coisas que acontecem hoje — funcionou muito bem, e gerou basicamente os mesmos retornos de 10 anos que uma carteira só de ações.

O que os investidores precisam abandonar é a mentalidade que se arraigou após a crise financeira mundial, quando se compravam bônus não pelos cupons, mas para se beneficiar de altas de preços nos dias voláteis ou como resultado de decisões do Federal Reserve (banco central dos EUA) de embarcar em ciclos de relaxamento. Do ponto de vista histórico, comprar renda fixa com base nesses fatores tem, na melhor das hipóteses, gerado ganhos de curto prazo.

Ou como diz Willem Sels, diretor global de investimentos do HSBC Global Private Banking: "Quanto mais você amplia seu horizonte de investimento, mais importante é o ponto de entrada."

É importante o fato de o Fed estar prestes a cortar os juros, em 18 de setembro, e que isso possa acabar com o período de taxas extremamente altas de depósitos e do "money market" [fundos de alta liquidez]? Sim, mas principalmente no sentido de que hoje os bônus oferecem grandes retornos que os investidores podem querer manter. Os títulos de longo prazo com grau de investimento dos EUA têm taxas de mais de 5% com pouco risco de inadimplência. Com os preços de ações pressionados, os bônus são particularmente atraentes para aqueles que têm horizontes de investimento de 5 a 10 anos.

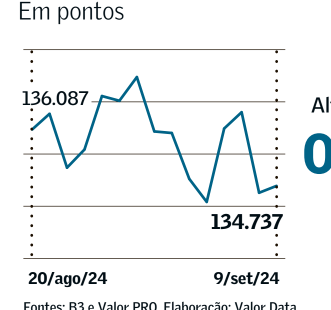
Pensar sobre o assunto nesses termos, em vez de ficar preso à ideia da carteira 60/40 em todas as circunstâncias, faz sentido para a maioria dos investidores. Reduzir a volatilidade de curto prazo de uma carteira raramente compensa o resultado de ter um pé-de-meia muito menor.

"A renda fixa finalmente recuperou sua característica de hedge [proteção] tradicional"
Roger Hallam

INÊS 249

Finanças

Ibovespa
Em pontos



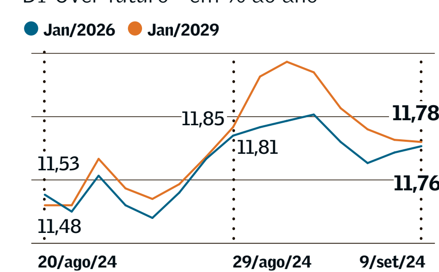
Alta de **0,12%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

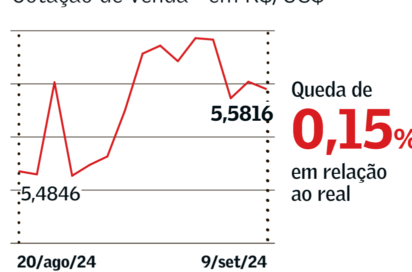
Bolsas internacionais
Variações no dia 9/set/24 - em %

Dow Jones	1,20
S&P 500	1,16
Euronext 100	0,89
DAX	0,77
CAC-40	0,99
Nikkei-225	-0,48
SSE Composite	-1,06

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

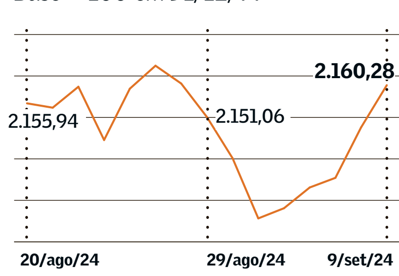


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **0,15%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados À espera de dados de inflação no Brasil e nos EUA ao longo da semana, bolsa exibe leve alta

Ativos locais têm pregão de baixa volatilidade

Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Com o mercado à espera de indicadores de inflação no Brasil e nos Estados Unidos, o pregão de ontem foi de liquidez reduzida nos negócios locais e no exterior. Por aqui, o Ibovespa teve leve alta e o dólar, ligeira queda. Em Wall Street, porém, o movimento de valorização dos principais índices acionários foi bastante relevante, em uma recuperação após a queda da semana passada, enquanto a ansiedade pelo início do ciclo de cortes das taxas de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano) continua elevada.

O Ibovespa fechou o dia em alta de 0,12%, aos 134.747 pontos, enquanto o dólar recuou 0,15%, cotado a R$ 5,5816.

O economista-chefe da Porto Asset Management, Felipe Sichel, destaca que, além do fluxo de informações relevantes na semana passada e dos dados de inflação esperados, ainda há a expectativa em relação ao debate presidencial nos EUA hoje à noite entre o republicano Donald Trump e a democrata Kamala Harris, o que deve gerar volatilidade nos ativos de risco.


ANA PAULA PAIVA/VALOR

Sichel, da Porto Asset, aponta que mercado estará atento às sinalizações do BC e do Fed sobre próximos passos dos juros

No entanto, o destaque ainda está nas decisões de juros no Brasil e nos EUA na próxima semana. "A expectativa não é pelos movimentos de cada reunião, mas o que cada comitê vai indicar como os próximos passos", diz Sichel. "Com o Fed, existe o debate se o ciclo de cortes vai ser mais suave ou não. Com o Copom [Comitê de Política Monetária], há expectativa de alta, mas não se sabe se vai ser gradual ou de altas mais expressivas."

Em relação ao futuro do Ibovespa, o economista afirma que a performance dos ativos de risco brasileiros foi "sedimentada nessa percepção de risco doméstico". Embora haja impacto do cenário externo no comportamento do mercado, Sichel pondera que "qualquer indicação nova de deterioração ou melhora no quadro fiscal vai impactar na capacidade de ter um bom desempenho da bolsa".

Ontem, o cenário externo ajudou o Ibovespa a se firmar em alta, em um dia de recuperação em Wall Street. O índice Dow Jones subiu 1,20%; o S&P 500 teve alta de 1,16%; e o Nasdaq ganhou 1,16%. O contexto ainda foi de dólar forte ante moedas de mercados desenvolvidos, enquanto os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) de curto prazo também subiram, embora de forma mais contida.

Vale notar, ainda, que o mercado continuou a revisar as expectativas para a Selic. O dia foi de movimentações tímidas no mercado de juros — a taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 10,92% para 10,925% —, mas o Focus passou a mostrar pela primeira vez um aumento esperado no juro básico pelos economistas de mercado. A mediana das projeções para a Selic no fim deste ano subiu de 10,5% para 11,25%.

O Bank of America aderiu ao cenário de elevação dos juros à frente, ao esperar uma Selic de 12% no início do próximo ano.

0,12%
foi a alta do Ibovespa na sessão, aos 134.747 pontos

Na visão da equipe comandada pelo chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do banco, David Beker, quatro motivos levaram à expectativa de um juro mais elevado nos próximos meses. "As expectativas de inflação não diminuíram nas últimas semanas; o câmbio permaneceu acima de R$ 5,50 por dólar; o crescimento surpreendeu positivamente (mesmo em comparação com nossas previsões, mais altas do que o consenso); e a curva de juros local está precificando totalmente uma alta de juros para a próxima reunião do Copom", diz. Para ele, o ciclo de aperto deve ajudar a ancorar novamente as expectativas de inflação e reforçar a credibilidade do BC.

O Morgan Stanley abriu posição comprada em real contra peso colombiano, além de uma posição aplicada (aposta na queda das taxas) no DI para janeiro de 2029. Segundo Ioana Zamfir, chefe de estratégia macro para América Latina do banco, as taxas de longo prazo devem "continuar a ter um desempenho superior", especialmente porque um BC mais duro pode "ajudar a reduzir os prêmios de risco de inflação de longo prazo".

Diretor de política monetária do BC terá 'mandato-tampão'

Gabriel Shinohara
De Brasília

Caso Gabriel Galípolo seja aprovado pelo Senado Federal para a presidência do Banco Central (BC), seu sucessor na diretoria de política monetária deve apenas completar o mandato, que termina em fevereiro de 2027. Dessa forma, quem ocupar a vaga não terá o turno completo de quatro anos.

A lei de autonomia do Banco Central prevê que, no caso de vacância do cargo de presidente ou diretor, um substituto será indicado e nomeado para completar o mandato. Galípolo assumiu a diretoria em julho de 2023 e deve sair para assumir a presidência do órgão no início de 2025.

Rodrigo Caldas de Carvalho Borges, sócio do CBA Advogados, diz que essa vacância pode ocorrer com uma exoneração a pedido do diretor. "Entendo ser o caso agora de Galípolo quando for empossado como presidente do BC."

Para Luísa Sottili, advogada, sócia do escritório Luna Sottili Advocacia, a lei indica uma preocupação com os momentos de escolha do presidente e dos diretores do BC e não com o tempo de mandato. "Se assim não fosse, os intervalos ficariam sujeitos à pessoa do diretor, que poderia, por exemplo, renunciar às vésperas de uma troca de presidente da República, para que um novo fosse indicado para exercer um mandato completo, dificultando a incidência do novo chefe do Poder Executivo sobre a direção da autoridade monetária."

Além da diretoria de política monetária, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de indicar nomes para as diretorias de regulação e de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta. Os mandatos de Otávio Damaso e Carolina de Assis Barros, respectivamente, terminam em dezembro.

A lei prevê duração de quatro anos para os mandatos de diretores e do presidente do BC, com a possibilidade de uma recondução. Como Damaso e Barros completaram seus mandatos, seus sucessores devem assumir em 2025 para um período completo.

Está prevista uma troca paulatina de dois diretores por ano desde o início do mandato do presidente da República. Já o mandato do presidente do BC tem início no terceiro ano de mandato do presidente da República. Com as indicações deste ano, o presidente Lula terá indicado sete dos nove membros da diretoria colegiada.

Securitizadora Opea quer mais aquisições

Bloomberg

A Opea Securitizadora, uma das maiores provedoras de serviços para o mercado de crédito estruturado no Brasil, planeja continuar comprando concorrentes menores, posicionando-se à frente de um mercado que pode dobrar de tamanho até 2030.

"Continuamos analisando alternativas de expansão inorgânica, principalmente aquelas que possam ser complementares aos produtos e serviços que já temos hoje em nossa plataforma e acelerem nosso roadmap de desenvolvimento", disse em entrevista Flávia Palacios, presidente da Opea.

Em julho, a Opea concluiu aquisições de duas empresas, a True e a Maximus Servicer, após ter comprado a Planeta, especializada no agronegócio, em 2022. As aquisições elevaram o total de ativos sob gestão da Opea a R$ 330 bilhões e ajudaram a empresa a atender a uma demanda crescente.

O mercado de produtos de crédito estruturado no Brasil está em expansão, fomentado por taxas de juros que permanecem mais altas por mais tempo do que muitos analistas previam. O volume de securitização aumentou 52% em julho em relação ao ano anterior, para R$ 950 bilhões, segundo dados do Banco Central. Isso inclui títulos lastreados em ativos, como certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRIs e CRAs), bem como fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

Controlada pela empresa americana de private equity Jaguar Growth Partners, a Opea oferece serviços como estruturação, emissão e gestão de títulos e fundos de securitização, bem como cobrança de dívidas. Também possui uma empresa de gestão de fundos e uma fintech. A Jaguar é uma empresa de gestão de investimentos de capital fechado focada em empresas imobiliárias e plataformas operacionais. Sua sede fica em Nova York e possui escritórios na América Latina e na Ásia.

O corpo de funcionários da Opea aumentou para mais de 300 pessoas, dos 15 quando foi criada em 2020, segundo Palacios.

"Essa curva de sofisticação das estruturas de securitização começa a demandar mais aqui dentro também", ela disse. "É algo que demanda mais gente, mais processo, mais controle."

Ainda assim, o Brasil tem um longo caminho a percorrer. Em comparação com mercados mais desenvolvidos, como os dos EUA, Canadá, Europa e Austrália, a securitização no país ainda é "muito, muito simples", disse Palacios. Também representa apenas cerca de 16% do crédito local, segundo dados do Banco Central.

"O nível das empresas que estão tendo acesso a tomar crédito via mercado de securitização, essa barra está caindo," disse Palacios, "o que é um efeito positivo".

HSBC avalia fundir banco comercial e de investimento

Bloomberg

O HSBC Holdings Plc avalia combinar suas divisões de banco comercial e de investimento como parte da iniciativa do novo CEO, Georges Elhedery, de eliminar funções sobrepostas na instituição e reduzir despesas.

O esforço uniria os negócios bancários e de mercados globais do HSBC, que atendem grandes corporações multinacionais e abrigam as divisões comerciais e de banco de investimento da instituição, com seu braço bancário comercial, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto.

A divisão combinada se tornaria a maior geradora de receitas do banco, contribuindo com cerca de US$ 40 bilhões por ano para os cofres do HSBC e ultrapassando a sua gestão de fortunas e o seu negócio bancário pessoal. Também reuniria uma forte força de trabalho, composta por mais de 90 mil pessoas, para conquistar negócios com empresas de todos os tamanhos.

Nenhuma decisão final foi tomada e os detalhes de qualquer possível reestruturação ainda podem mudar, disseram as pessoas, que pediram anonimato para discutir informações que ainda não são públicas. Um porta-voz do HSBC não quis comentar.

As ações do HSBC dispararam brevemente com as notícias antes de desacelerar os ganhos e fechar em alta de 1,90%, a 661,10 libras, na Bolsa de Londres.

Os executivos do HSBC já consideraram uma união das divisões bancárias comercial e global no passado, mas a proposta encontrou anteriormente forte resistência interna e o ex-CEO do HSBC Noel Quinn se opôs à ideia, de acordo com fontes.

Quinn, que subiu na hierarquia do banco comercial, argumentou anteriormente que combinar as equipes de cobertura das duas divisões seria muito perturbador, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. Após a saída de Quinn no início deste mês, a ideia está ganhando uma nova cara, à medida que a instituição busca maneiras de simplificar seus negócios, disseram as pessoas.

Elhedery enfatizou que pretende continuar a estratégia de Quinn de orientar o banco para os seus principais mercados na Ásia. O executivo nascido no Líbano começou como CEO nos escritórios do banco em Hong Kong, o mercado mais importante do banco, e não em Londres, onde a instituição está sediada.

Ainda assim, o fato de estar avaliando a reestruturação de duas das maiores e mais importantes áreas do HSBC mostra que Elhedery procura deixar sua própria marca no gigante bancário de 159 anos.

A unidade combinada abrigaria cerca de 92.125 funcionários no total, embora alguns executivos acreditem que a união poderia permitir ao banco eliminar algumas funções duplicadas de "backoffice", disseram as pessoas.

O banco comercial, que tem ofertas para pequenas e médias empresas em 50 mercados, registrou um lucro antes de impostos de US$ 13,3 bilhões em 2023, enquanto o banco global e o braço de mercados geraram US$ 5,9 bilhões. Os serviços bancários pessoais e patrimoniais, que servem 41 milhões de clientes em todo o mundo, geraram cerca de US$ 11,5 bilhões.

Numa das primeiras medidas que tomou quando se preparava para assumir as rédeas do banco, Elhedery transferiu Barry O'Byrne, que liderou a atividade de banco comercial durante quatro anos, para supervisionar a área de banco pessoal e de patrimônio. Ele foi substituído interinamente por Jo Miyake, enquanto o HSBC realiza um processo formal de recrutamento para encontrar um sucessor para O'Byrne.

Outro executivo, Greg Guyett, dirigiu o setor bancário e de mercados globais durante os últimos quatro anos. Guyett passou quase três décadas no J.P. Morgan Chase, em várias funções no banco de investimento americano.

Divisão combinada se tornaria a maior geradora de receitas do banco, contribuindo com cerca de US$ 40 bi por ano

As deliberações de Elhedery surgem no momento em que o HSBC procura controlar as despesas, com os bancos centrais de todo o mundo começando a reduzir as taxas de juros, medidas que ameaçam as margens dos grandes bancos globais.

Nas suas primeiras reuniões com as equipes, Elhedery sublinhou que os funcionários devem procurar manter as suas despesas sob controle. O banco já começou a abrandar as contratações e pediu aos empregados que fossem mais criteriosos nas suas despesas de deslocamento e entretenimento.

O antigo diretor financeiro também considerou planos que poderiam remover camadas de gestão intermediária no maior banco da Europa, espelhando medidas semelhantes tomadas pelos rivais Citigroup e Standard Chartered.

A combinação de áreas segue uma medida semelhante adotada pelo J.P. Morgan no início deste ano, quando o CEO Jamie Dimon nomeou Jenn Piepszak e Troy Rohrbaugh para liderar um banco comercial e de investimento ampliado, que inclui o banco comercial, o banco de investimento, o banco de empresas, os mercados, os serviços de valores mobiliários e os pagamentos globais.

Por outro lado, o Citigroup, rival do HSBC, dividiu recentemente o seu chamado grupo de clientes institucionais em três unidades menores — uma divisão bancária, uma unidade de mercados e um grupo de serviços — como parte da atual reformulação do banco americano levada a cabo pela CEO Jane Fraser.

Inovação Para vice-presidente da Mastercard, recurso do pagamento instantâneo aumenta competição, mas será lançado com limitações em relação aos cartões

‘Pix por aproximação traz disputa’

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A possibilidade de se pagar com Pix por aproximação, em implementação no país, deve trazer uma disputa por mercado e a escolha do usuário por esse ou outro meio de pagamento dependerá da experiência de uso oferecida ao cliente, afirma Leonardo Linares, vice-presidente de serviços e produtos da Mastercard Brasil. Ele destaca ainda que, em um primeiro momento pelo menos, o novo recurso de Pix terá algumas limitações em relação aos cartões, como o fato de ser atrelado às carteiras digitais (“wallets”).

“Vai ser mais uma opção e o usuário vai escolher a que oferecer a melhor a experiência naquele momento. Mesmo com a existência das carteiras digitais hoje, em muitas situações o cliente ainda prefere aproximar o plástico, por exemplo”, disse o executivo em entrevista ao **Valor**.

O Banco Central (BC) divulgou em julho as regras para a implementação no país da jornada sem redirecionamento no open finance, que abrirá espaço para a implementação do Pix por aproximação via carteiras digitais. A novidade também permitirá a redução das etapas necessárias para pagamento nas transações on-line. O recurso deve ficar disponível de forma ampla a partir de fevereiro de 2025, mas o mercado já tem se antecipado e começado a lançar algumas opções por meio de contratos bilaterais.

De acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), mais de 60% dos brasileiros fazem os pagamentos via cartão por aproximação no país, mas, desse total, 78% ainda preferem aproximar o cartão físico. Só 30% usam o celular para pagamento e 1%, relógios inteligentes.

DIVULGAÇÃO



“Começará funcionando só nos celulares com NFC e a gente sabe que há essa limitação hoje no Brasil, de aparelhos”
Leonardo Linares

“O Pix por aproximação começará funcionando apenas nos celulares com NFC [tecnologia que viabiliza os pagamentos por aproximação] e a gente sabe que há essa limitação hoje no Brasil, de aparelhos”, diz Linares. “A tendência no futuro é que essas barreiras sejam reduzidas, mas ele nasce como uma opção menos abrangente.”

A indústria de cartões tem implementado uma série de medidas para tornar o meio de pagamento mais atrativo em um setor altamente competitivo. Entre as novidades, é possível citar o débito sem senha para transações de baixo valor no comércio eletrônico, o “Click to Pay”, carteira digital capitaneada pelas bandeiras, e as tecnologias que permitem que lojistas aceitem pagamentos utilizando o celular como “maquininha” ou que usuários concluam compras on-line aproximando o cartão do próprio celular.

Lançado oficialmente no país em fevereiro, o Click to Pay armazena dados de cartões de forma criptografada e, assim, permite a finalização de compras com poucos cliques. Linares afirma que o recurso tem parceiros como Sympla, McDonald’s, Renner e Pague Menos e está ganhando tração. Está em andamento também um piloto com a Cielo para implementação do Click to Pay via link de pagamento. “Temos trabalhado com emissores em medidas para acelerar o cadastramento de clientes, isso pode ser feito, por exemplo, com uma comunicação via banco para que o usuário só dê o aceite”, afirma. “Acreditamos muito no produto.”

A Mastercard não abre dados sobre o volume de utilização do Click to Pay. A companhia diz apenas que, no primeiro trimestre, houve um crescimento de 400% no uso na América Latina, mas, como antes disso a solução não estava amplamente disponível no Brasil, é natural que o aumento seja grande. Sobre o caso da Sympla, a bandeira diz que 80% das transações Mastercard na plataforma já são via Click to Pay e que há aumento de 7% na conversão de carrinho.

Por ora, o recurso só está disponível para cartões de crédito, mas, segundo Linares, há expectativa de expansão ainda neste ano. Questionado sobre a importância de o Click to Pay para o débito entrar em funcionamento antes da jornada sem redirecionamento, já que o recurso do open finance também tem potencial para impulsionar o uso do Pix no e-commerce, Linares afirmou que as alternativas vão conviver, mas que o “timing”, de fato, importa.

“Alguns consumidores vão escolher uma opção e outros, a outra, e às vezes o mesmo consumidor vai escolher uma ou outra a depender da situação. Mas lógico que entrando antes você tem possibilidade de ganhar escala e o hábito do consumidor antes”, afirma.

Linares também destacou que os cartões têm outras vantagens em relação a meios de pagamento concorrentes, como regras de “chargeback” (contestação de compras com cartão pelo usuário) e segurança, além de programas de benefícios. A Mastercard, por exemplo, estuda expandir os benefícios disponíveis para os cartões de débito.

Sobre a solução que permite que o comprador faça um pagamento on-line aproximando o cartão do próprio smartphone, ele destaca que o Brasil é o primeiro país onde a companhia está testando o produto, junto a Ingresse, a Symbiotic e o PagBank. De acordo com ele, já há conversas sobre ampliação de parceiros e a ideia é começar a dar escala ao recurso a partir da metade do ano que vem.

Petros estuda aumentar investimento no exterior

Liane Thedim
Do Rio

Diante do bom resultado de seus investimentos no exterior, a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, estuda aumentar suas alocações em “hedge funds” globais, segundo Alexandre Miguel, diretor interino de investimentos. Segundo a instituição, a rentabilidade dessas aplicações chega a quase 23% nos oito primeiros meses de 2024, influenciada pela desvalorização do real, de 16,8% de janeiro a agosto deste ano, assim como pela valorização dos índices de ações americanos e pelos juros dos títulos americanos, ainda em patamar elevado.

“Estamos em uma curva de aprendizado em relação ao investimento no exterior. Conduzimos estudos para possíveis novas alocações em hedge funds globais, que buscam retorno em qualquer cenário econômico e de mercado. Permanecemos vigilantes para o cenário externo, considerando, sobretudo, a definição do Federal Reserve [banco central dos EUA] sobre o início do processo de redução de taxa de juros e desdobramentos de eventos geopolíticos e sociais”, diz.

Os investimentos no exterior somam R$ 607 milhões alocados em três fundos, o que representa cerca de 0,5% do patrimônio total da Petros. O peso varia conforme o plano, mas é maior nos mais jovens. A instituição informa que começou a investir nesse mercado em outubro de 2021, por meio de fundos de fundos, com variadas estratégias de mercado. As alocações, diz a Petros, são feitas em produtos desvinculados dos investimentos locais e sem operações de hedge cambial.

INÊS 249

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 09/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.210,0969100	0,04	0,29	6,61
IRF-M	1+**	20.594,5302050	0,05	0,87	3,27
IRF-M	Total	18.704,7574920	0,04	0,68	4,25
IMA-B	5***	9.449,2085790	0,03	0,36	5,26
IMA-B	5+****	11.516,8276560	-0,14	0,46	-0,76
IMA-B	Total	10.097,3312290	-0,06	0,42	1,92
IMA-S	Total	6.871,3239130	0,04	0,24	7,53
IMA-Geral	Total	8.350,5855910	0,01	0,39	5,04

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	26/08	23/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,03	32,53	32,98	29,63	31,50	37,90
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,28	24,87	26,49	24,96	25,63	24,92
Conta garantida pré - a.a.	51,76	46,81	42,57	38,67	48,69	47,92
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,73	21,19	21,70	20,78	26,80
Vendor pré - a.a.	15,75	15,74	16,27	15,28	15,28	18,11
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,98	16,37	17,00	16,30	16,96	20,54
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,13	19,22	18,93	18,30	19,55	17,74
Conta garantida pós - a.a.	23,96	24,77	25,27	24,76	24,60	26,95
ACC pós - a.a.	7,93	8,00	7,98	8,30	8,30	9,28
Factoring - a.m.	3,20	3,20	3,25	3,25	3,25	3,47

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	09/09/24	06/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3200	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3427	5,3465	5,3465	5,3535	5,3133
3 meses	-	5,3681	5,3684	5,3684	5,3647	5,2068
6 meses	-	5,3959	5,3951	5,3951	5,3921	5,0907
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6640	3,6540	3,6630	3,6530
1 mês	-	3,6682	3,6683	3,6690	3,6683	3,6579
3 meses	-	3,6958	3,7040	3,7145	3,7705	3,4816
6 meses	-	3,8292	3,8354	3,8379	3,8659	3,2096
1 ano	-	3,9131	3,9127	3,9130	3,9123	2,3466
Euribor ***						
1 mês	-	3,521	3,588	3,589	3,618	3,682
3 meses	-	3,468	3,469	3,490	3,557	3,800
6 meses	-	3,346	3,351	3,360	3,437	3,952
1 ano	-	3,025	3,072	3,088	3,176	4,086
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,09	5,04	5,26	5,26	5,38	5,39
T-Bill (3 meses)	5,03	4,89	5,09	5,09	5,21	5,46
T-Bill (6 meses)	4,72	4,72	4,85	4,85	4,95	5,53
T-Note (2 anos)	3,68	3,65	3,90	3,90	4,05	4,99
T-Note (5 anos)	3,49	3,49	3,67	3,67	3,80	4,40
T-Note (10 anos)	3,70	3,71	3,86	3,86	3,94	4,27
T-Bond (30 anos)	4,00	4,02	4,15	4,15	4,22	4,34

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	Mês jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,24	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,34	11,20
CDI	0,24	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,34	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,68	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,25	8,26
IMA-B	0,42	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,92	5,32
IMA-S	0,24	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,53	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-0,93	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,41	17,51
Índice Small Cap	-1,49	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-11,04	-2,18
IBrX 50	-1,08	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	2,03	19,46
ISE	0,08	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-1,99	9,55
IMOB	0,96	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-6,83	4,77
IDIV	0,40	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	5,42	21,94
IFIX	-0,33	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,14	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,82	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	15,87	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-0,90	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	15,03	13,79
Euro (BC) (4)	-0,99	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	15,74	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,06	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	14,72	16,00
Ouro (BC)	-0,90	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	40,28	48,11
Inflação								
IPCA (5)	-	0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,89	4,28
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 09/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,02% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 04/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.700.281,95					3.741,20	22.854,32	327.332,92	296.853,40
RF Indexados (2)	144.459,90	0,19	0,19	4,27	7,92	-235,95	-718,12	-12.515,66	-17.241,83
RF Duração Baixa Soberano (2)	695.650,39	0,04	0,11	6,65	10,36	2.432,64	17.713,75	44.266,96	32.638,72
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	907.309,85	0,04	0,12	7,59	11,81	1.148,22	1.854,75	95.361,06	94.891,43
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	194.445,05	0,04	0,05	7,67	11,88	389,90	1.251,99	84.399,59	87.976,82
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.812,72	0,05	0,05	6,07	9,26	626,17	783,94	-4.265,94	-6.020,54
RF Duração Livre Soberano (2)	216.323,67	0,07	0,11	6,23	9,99	-308,77	-348,45	-15.728,68	-28.641,37
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.944,65	0,04	0,09	6,80	10,73	-1.364,95	2.626,51	-16.536,94	-31.763,77
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	406.980,24	0,11	0,17	6,97	11,31	856,91	270,71	111.006,74	146.797,47
Ações	647.329,80					-474,11	-1.186,34	1.021,77	45.434,88
Ações Indexados (2)	10.885,50	1,33	0,13	1,48	15,30	79,08	30,25	210,07	-1.855,50
Ações Índice Ativo (2)	29.713,55	1,33	0,55	0,12	12,10	-438,58	-855,85	-8.003,88	-7.406,53
Ações Livre	234.495,66	1,17	0,41	1,99	12,08	-65,79	-341,09	-1.401,28	-5.176,80
Fechados de Ações	125.032,51	0,60	0,18	-3,97	0,05	0,30	2,08	-1.934,35	12.286,57
Multimercados	1.609.550,94					-730,28	-4.832,76	-151.338,70	-288.021,04
Multimercados Macro	134.781,04	0,18	0,09	2,95	7,05	-71,58	-804,00	-44.859,62	-65.220,95
Multimercados Livre	624.325,30	0,19	0,10	6,29	10,72	-365,23	-3.750,02	-19.751,21	-81.471,73
Multimercados Juros e Moedas	49.028,89	0,09	0,10	6,64	10,76	-13,12	-9,95	-9.599,21	-14.703,21
Multimercados Invest. no Exterior (2)	718.700,11	0,13	0,00	7,96	13,13	-317,33	-339,29	-78.392,07	-123.757,33
Cambial	6.478,73	-0,10	-0,14	20,70	21,11	-26,15	26,89	-610,31	-942,06
Previdência	1.474.225,28					-236,27	-172,04	27.608,36	39.374,41
ETF	43.429,36					115,57	156,70	-3.182,57	-2.564,25
Demais Tipos	2.096.498,94					-51,40	-704,00	82.368,77	102.310,20
Total Fundos de Investimentos	**7.481.296,07**					**2.389,95**	**16.846,79**	**200.831,46**	**90.135,34**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.760.335,25**					**-1.107,29**	**2.059,97**	**107.506,84**	**172.197,31**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.291.089,09**					**1.282,67**	**18.906,75**	**308.338,31**	**262.332,65**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	09/09/24	06/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,38
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8264
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,54
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9895
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,78	10,76	10,80	10,77	10,53	12,49
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,24	11,20	11,31	11,28	10,90	11,92
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,55	10,53	10,42	12,86
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,63	10,65	10,63	10,47	12,72
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,78	10,77	10,80	10,79	10,54	12,48
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,94	10,92	10,98	10,98	10,65	12,30
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,21	11,19	11,31	11,28	10,88	11,94
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,64	11,59	11,76	11,74	11,37	10,93

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 09/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.365,90	10,538	317.194	10,532	10,548	10,532
Vencimento em nov/24	98.449,98	10,621	59.068	10,612	10,644	10,612
Vencimento em dez/24	97.677,36	10,750	13.605	10,740	10,762	10,748
Vencimento em jan/25	96.802,39	10,923	302.223	10,905	10,935	10,925
Vencimento em fev/25	95.877,63	11,075	493	11,060	11,080	11,080
Vencimento em mar/25	95.020,11	11,225	69.073	11,200	11,240	11,230
Vencimento em abr/25	94.215,35	11,322	97.720	11,290	11,350	11,325
Vencimento em mai/25	93.371,49	11,407	431	11,380	11,410	11,400
Vencimento em jun/25	92.496,01	11,472	5.706	11,465	11,480	11,470
Vencimento em jul/25	91.654,96	11,544	289.232	11,505	11,580	11,535
Vencimento em ago/25	90.706,57	11,598	3.456	11,580	11,600	11,600
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	5.597,04	-0,15	177.805	5.588,50	5.654,00	5.601,00
Vencimento em nov/24	5.617,05	-0,15	405	5.618,00	5.624,50	5.618,00
Vencimento em dez/24	5.634,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.654,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.680,16	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	6.185,85	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.217,38	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.243,58	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	136.059	0,11	43.865	135.840	136.810	135.840
Vencimento em dez/24	138.261	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.352	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 09/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6091	5,6097	0,71	-0,82	15,87	12,57
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5810	5,5816	-0,15	-0,90	15,03	12,03
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6263	5,8063	0,03	-0,93	15,03	11,99
Euro (BC) - (R$/€)	6,1930	6,1942	0,31	-0,99	15,74	16,05
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1595	6,1601	-0,61	-1,06	14,72	15,55
Euro Turismo (R$/€)	6,2470	6,4270	-0,42	-1,09	14,62	15,49
Euro (BC) - (US$/€)	1,1041	1,1042	-0,40	-0,17	-0,11	3,10
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	450,8923	450,9405	0,47	-0,90	40,28	46,59
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.505,20	0,34	0,09	21,30	30,56
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.496,65	-0,84	-1,09	21,06	29,66

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	09/09/24	06/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	175.890,87	174.925,09	178.922,92	173.997,89	0,55	-1,69	1,09
Valor-Coppead Mínima Variância	103.947,50	103.311,45	105.748,61	93.533,91	0,62	-1,70	11,13

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 09/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 09/09/24

Índice	09/09/24	06/09/24	Em 30/08/24	29/12/23	09/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	181,29	179,51	188,53	165,54	154,70	0,99	-3,84	9,52	17,19
S&P BNY Emergentes	344,07	337,77	354,71	312,75	287,85	1,87	-3,00	10,02	19,53
S&P BNY América Latina	194,79	193,41	196,58	225,28	194,31	0,71	-0,91	-13,53	0,25
S&P BNY Brasil	197,21	195,65	197,44	232,95	197,06	0,80	-0,12	-15,34	0,08
S&P BNY México	279,18	277,65	286,82	331,67	304,92	0,55	-2,66	-15,82	-8,44
S&P BNY Argentina	282,18	276,89	268,80	178,27	137,51	1,91	4,98	58,29	105,21
S&P BNY Chile	133,93	133,43	143,28	162,12	151,89	0,37	-6,52	-17,39	-11,83
S&P BNY Índia	3.145,04	3.105,67	3.175,88	2.923,01	2.824,94	1,27	-0,97	7,60	11,33
S&P BNY Ásia	210,33	207,20	218,99	189,60	177,08	1,51	-3,95	10,93	18,78
S&P BNY China	288,88	288,05	294,08	336,11	335,06	0,29	-1,77	-14,05	-13,78
S&P BNY África do Sul	181,30	181,50	192,07	199,87	188,09	-0,12	-5,61	-9,29	-3,61
S&P BNY Turquia	32,82	32,78	33,07	22,45	24,37	0,11	-0,77	46,15	34,66

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 09/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.737	0,12	-0,93	0,41	16,84
IBrX	56.943	0,13	-0,90	0,87	17,18
IBrX 50	22.668	0,26	-1,08	2,03	18,33
IEE	93.376	-0,62	0,52	-1,66	10,79
SMLL	2.093	-0,81	-1,49	-11,04	-2,87
ISE	3.689	-0,37	0,08	-1,99	11,34
IMOB	942	-0,18	0,96	-6,83	6,72
IDIV	9.566	-0,03	0,40	5,42	22,41
IFIX	3.382	-0,13	-0,33	2,14	4,38
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.019	-0,58	-0,11	-13,34	3,80
IBrX	10.151	-0,57	-0,08	-12,94	4,10
IBrX 50	4.041	-0,45	-0,26	-11,95	5,12
IEE	16.646	-1,32	1,35	-15,13	-1,58
SMLL	373	-1,51	-0,68	-23,22	-13,71
ISE	658	-1,07	0,91	-15,41	-1,09
IMOB	168	-0,88	1,80	-19,59	-5,19
IDIV	1.705	-0,73	1,23	-9,02	8,75
IFIX	603	-0,83	0,49	-11,85	-7,27

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	28/08/24	369.578
fev/24	352.705	29/08/24	369.286
mar/24	355.008	30/08/24	369.214
abr/24	351.599	02/09/24	369.152
mai/24	355.560	03/09/24	369.150
jun/24	357.827	04/09/24	368.472
jul/24	363.282	05/09/24	368.984
ago/24	369.214	06/09/24	369.769

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	09/09/24	06/09/24	05/09/24	04/09/24	03/09/24	02/09/24
Índice	2.160,28	2.158,11	2.154,04	2.149,17	2.148,24	2.146,24
Var. no dia	0,10%	0,19%	0,23%	0,04%	0,09%	0,05%
Var. no mês	0,70%	0,60%	0,41%	0,18%	0,14%	0,05%
Var. no ano	4,60%	4,50%	4,30%	4,07%	4,02%	3,92%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 09/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	33,8600	33,8800	0,16560	0,16570
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6091	5,6097
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6041	36,6958	0,1529000	0,1533000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8002	0,8177
Colon (Costa Rica)	520,6000	532,0000	0,010540	0,010780
Coroa (Dinamarca)	6,7575	6,7579	0,8300	0,8301
Coroa (Islândia)	137,7900	138,0800	0,04062	0,04071
Coroa (Noruega)	10,8216	10,8247	0,5182	0,5184
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6840	22,6920	0,2472	0,2473
Coroa (Suécia)	10,3666	10,3681	0,5410	0,5411
Dinar (Argélia)	131,8980	133,2170	0,04211	0,04253
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3055	18,3604	18,3684
Dinar (Líbia)	4,7533	4,7756	1,1745	1,1802
Direitos Especiais de Saque ***	1,3446	1,3446	7,5420	7,5428
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5271	1,5274
Dirham (Marrocos)	9,7255	9,7415	0,5758	0,5768
Dólar (Austrália)***	0,6660	0,6664	3,7357	3,7383
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6091	5,6097
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7588	2,8074
Dólar (Canadá)	1,3560	1,3561	4,1362	4,1369
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7175	6,7996
Dólar (Cingapura)	1,3053	1,3055	4,2965	4,2976
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6091	5,6097
Dólar (Hong Kong)	7,7969	7,7970	0,7194	0,7195
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6146	0,6151	3,4474	3,4505
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,8217	0,8312
Euro (Comunidade Européia)***	1,1041	1,1042	6,1930	6,1942
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0819	3,1436
Franco (Suíça)	0,8479	0,8480	6,6145	6,6160
Guarani (Paraguai)	7727,3400	7730,6800	0,0007256	0,0007260
Hryvnia (Ucrânia)	41,1000	41,1600	0,1363	0,1365
Iene (Japão)	142,9200	142,9300	0,03924	0,03925
Lev (Bulgária)	1,7712	1,7723	3,1649	3,1672
Libra (Egito)	48,3000	48,4000	0,1159	0,1161
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3082	1,3083	7,3378	7,3392
Naira (Nigéria)	1620,0000	1670,0000	0,00336	0,00346
Lira (Turquia)	34,0464	34,0566	0,1647	0,1648
Novo Dólar (Taiwan)	32,0950	32,1250	0,17460	0,17480
Novo Sol (Peru)	3,8110	3,8179	1,4692	1,4720
Peso (Argentina)	957,0000	957,5000	0,00586	0,00586
Peso (Chile)	948,7200	949,6200	0,005907	0,005913
Peso (Colômbia)	4240,0000	4244,2300	0,001322	0,001323
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2337	0,2337
Peso (Filipinas)	56,3360	56,3560	0,09953	0,09958
Peso (México)	19,8848	19,8953	0,2819	0,2821
Peso (Rep. Dominicana)	59,7000	60,0900	0,09335	0,09396
Peso (Uruguai)	40,3500	40,3800	0,13890	0,13900
Rande (África do Sul)	17,8728	17,8777	0,3137	0,3139
Rial (Arábia Saudita)	3,7531	3,7533	1,4944	1,4947
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001335	0,0001336
Ringgit (Malásia)	4,3680	4,3750	1,2821	1,2843
Rublo (Rússia)	90,5455	90,5545	0,06194	0,06195
Rúpia (Índia)	83,9280	83,9830	0,06679	0,06684
Rúpia (Indonésia)	15450,0000	15460,0000	0,0003628	0,0003631
Rúpia (Paquistão)	278,5000	279,2500	0,02009	0,02014
Shekel (Israel)	3,7564	3,7600	1,4918	1,4934
Won (Coréia do Sul)	1342,1500	1342,7300	0,004177	0,004180
Yuan Renminbi (China)	7,1133	7,1140	0,7885	0,7886
Zloty (Polônia)	3,8735	3,8742	1,4478	1,4482

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2499,49	0,01244	450,8923	450,9405

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	09/09/24	06/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.829,59	40.345,41	1,20	-1,76	8,33	18,08	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.660,78	18.421,31	1,30	-4,67	10,90	22,12	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.884,60	16.690,83	1,16	-4,68	12,48	22,69	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.471,05	5.408,42	1,16	-3,14	14,70	22,74	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.027,15	22.781,43	1,08	-1,37	9,87	14,71	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	51.136,05	51.083,44	0,10	-1,63	-10,89	-2,61	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.321,67	1.328,47	-0,51	-2,98	10,58	23,62	1.062,97	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	97.140,56	95.947,52	1,24	6,13	67,97	150,09	38.257,94	97.140,56
Chile	Santiago	IPSA	6.232,11	6.245,42	-0,21	-3,53	0,55	6,19	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.282,70	28.065,04	0,78	-0,56	8,95	24,32	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.738.555,72	1.721.667,94	0,98	1,22	87,00	226,46	514.073,77	1.796.920,06
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.452,84	1.440,06	0,89	-3,04	4,11	8,39	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.443,56	18.301,90	0,77	-2,45	10,10	17,17	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.425,26	7.352,30	0,99	-2,70	-1,56	2,55	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.590,34	33.291,39	0,90	-2,28	10,67	18,97	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.240,57	4.170,84	1,67	1,34	14,37	16,00	3.290,68	4.240,57
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.676,27	2.663,42	0,48	-3,86	17,20	21,71	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.272,80	11.173,00	0,89	-1,13	11,59	20,38	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.434,17	1.443,13	-0,62	0,21	10,91	13,87	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	888,31	879,29	1,03	-3,30	12,90	20,19	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.075,48	72.297,19	-0,31	-1,08	18,90	26,77	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	81.968,31	81.744,47	0,27	-3,42	4,47	23,18	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.774,89	6.719,18	0,83	0,22	5,92	10,52	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	942,14	920,06	2,40	2,90	-13,05	-6,94	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.511,44	2.480,99	1,23	-3,26	4,72	15,40	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.980,64	11.908,24	0,61	-3,67	7,57	9,43	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.699,56	9.771,16	-0,73	-1,36	29,84	16,51	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.033,98	-	-1,87	-2,29	8,43	9,75	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.441,63	81.364,88	0,09	-2,76	5,92	10,58	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.215,75	36.391,47	-0,48	-6,29	8,22	11,07	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.191,90	8.214,80	-0,28	-1,50	4,63	11,33	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.496,23	1.505,18	-0,59	-3,11	-18,59	-22,70	1.433,10	1.952,91
China	Xangai	SSE Composite	2.736,49	2.765,81	-1,06	-3,72	-8,02	-12,20	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.535,93	2.544,28	-0,33	-5,17	-4,49	-0,46	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.196,96	Feriado	-1,42	-4,40	0,88	-5,52	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.559,54	81.183,93	0,46	-0,98	12,90	22,46	63.148,15	82.559,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.702,74	7.721,85	-0,25	0,42	5,91	11,23	6.642,42	7.721,85
Tailândia	Bangcoc	SET	1.431,13	1.427,64	0,24	5,30	1,08	-7,50	1.274,01	1.550,36
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.144,44	21.435,19	-1,36	-5,05	17,92	27,56	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

FERTILIZANTES TOCANTINS S.A.
CNPJ/ME Nº. 05.571.228/0001-55 - NIRE 17.300.008.389
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2023

Data, Hora e Local: Em 29 de junho de 2023, às 09:00 horas, na sede da Fertilizantes Tocantins S.A., na Cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na Rodovia TO 050, KM 64, S/Nº, Margem Esquerda, Anel Viário, CEP: 77.500-000 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente – Sr. Nicolas Matheus Cereza; e Secretária – Nayara Canesqui. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a **(i)** abertura de filial da Companhia, na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo; e **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta Assembleia. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade, decidiram aprovar as seguintes deliberações: (i) aprovar a abertura da filial da Companhia, na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz, S/N, Edifício Expedição Cefértil, Sala 01 a 04, Piaçaguera – CEP: 11570-000. (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, em forma sumária, conforme disposto no Artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa**: Nicolas Matheus Cereza, Presidente; Nayara Canesqui, Secretária. **Acionista Presente**: Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Daniil Sergunin. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Porto Nacional, 29 de junho de 2023. Mesa: **Nicolas Matheus Cereza** - Presidente; **Nayara Canesqui** - Secretária. JUCETINS sob nº 20230439969 em 07/07/23. Erlan Souza Milhomem - Secretário Geral.



AVISO DE SUSPENSÃO
DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO
SRP Nº 047/SESPA/2023

O Pregoeiro/SESPA comunica aos interessados no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 047/SESPA/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de aparelho de hemodiálise e mesa ginecológica, com a finalidade de renovação e aparelhamento do parque tecnológico dos Hospitais Regionais do Estado do Pará, por intermédio desta Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESPA), em conformidade com as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO E RDC, possuindo validade de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência de acordo com as etapas segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que integra este Edital, que foi suspensa a abertura marcada para o dia 10/09/2024 às 10h00min (Horário de Brasília) no site: Portal de Compras do Governo Federal – UASG: 925856, para análise técnica dos descritivos do Termo de Referência. Outrossim, informamos que posteriormente será divulgada nova data de abertura do referido certame.

Belém (PA), 09 de setembro de 2024.
EDNEY MENDES PEREIRA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

INÊS 249

Assets Risco é o item de pior pontuação média em levantamento da Luz Soluções Financeiras em 40 das principais casas de fundos líquidos do país

Gestoras 'passam de ano', mas precisam de reforço, aponta estudo

Adriana Cotias
De São Paulo

Numa régua de 0 a 5, as gestoras de recursos que atuam em estratégias de ações, renda fixa crédito privado e multimercados apresentam uma nota média de 3,5, segundo mapeamento da Luz Soluções Financeiras. O resultado é fruto de um processo de diligência feito pela consultoria nos últimos meses em 40 das principais assets de fundos líquidos brasileiras, que reúnem cerca de R$ 5,6 trilhões, mais de 60% do total do setor ao fim de junho, com seus R$ 8,9 trilhões.

Porém, se na média a indústria é um aluno que passa de ano, ao se olhar para os detalhes do boletim, ainda é preciso algum reforço. A avaliação da consultoria incluiu governança, riscos, investimentos, compliance e carteira teórica, além de subitens em cada um desses temas. Como tem como clientes os fundos de pensão, o objetivo dessa abordagem é ajudar o investidor institucional na escolha das melhores alternativas para os seus portfólios.

O item que analisa a carteira teórica dos fundos foi o mais bem avaliado nas métricas da Luz. Em média, as assets obtiveram nota 4,39. Já o de pior pontuação foi o relacionado a risco, com apenas 2,77, sendo 1,8 na ponta mais baixa e 4 na mais alta.

Na classe renda fixa crédito privado, as notas finais variaram de 3,1 a 4,1, com média geral em 3,5, puxada também pela carteira teórica, que mede, por exemplo, a diversificação e a limitação de ativos por contraparte. No entanto, de acordo com técnicos da consultoria, houve algumas deficiências relacionadas à seleção, ao monitoramento e até à reprecificação.

Um dos dilemas do mercado de gestão de crédito é que a proporção de ativos sem referência de preços no secundário com aqueles que têm é gritante, diz Suelem Salgo, executiva-chefe (CEO) da Luz. Com a nova regulação de fundos, a resolução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a atualização dos ativos a valor de mercado vai se tornar ainda mais sensível. Essa é uma função que hoje recai sobre o administrador.

"A 175 busca a corresponsabilidade do administrador, do serviço de custódia e do gestor para que ele também assuma a responsabilidade de reprecificação no seu processo de diligência. É mais um item a inserir na tomada de decisão", afirma Salgo. Entre o papel de cada um há uma discussão que envolve o spread de crédito e a marcação [atualização] do ativo, "vale uma investigação para saber se o gestor não está tomando um título de dívida abaixo do valor de mercado", exemplifica. A questão, acrescenta, é levar para a mesa de operações o preço justo para negociar os ativos que estejam no seu espectro de investimentos.

Na sua diligência, a Luz não chegou a pesar os efeitos de um excesso de recursos indo para os fundos de crédito, como tem acontecido. Porém, nas diversas métricas há a de liquidez para os ativos e para as carteiras, diz Jadson João Alves da Silva, consultor de investimentos da Luz. "A gente olha a asset como um todo por estratégia, não leva em conta os eventos, quer garantir que esteja preparada para eles."

> A avaliação da consultoria incluiu governança, riscos, investimentos, compliance e carteira teórica, além de subitens


GABRIEL REIS/VALOR

Salgo (esq.) e Alves: com nova regulação de fundos, atualização dos ativos a valor de mercado vai se tornar mais sensível

Em paralelo aos preços de títulos de crédito no mercado secundário capturados pela Anbima, que levam em conta a negociação dos papéis, a Luz tem uma base de 5,3 mil ativos que acompanha entre certificados e letras de crédito imobiliário e do agronegócio (CRI, CRA, LCI e LCA) e outros papéis bancários. Busca levar uma referência para aqueles com baixa liquidez a partir da análise fundamentalista e qualitativa de crédito, avaliando o emissor, criando curvas, parâmetros de definição do spread e de precificação dos ativos.

No caso da estratégia de renda variável, entre os cinco pilares pesquisados, o que analisa a carteira teórica dos fundos foi também o mais bem avaliado. Em média, as assets obtiveram nota 4,39. Já o vértice com a pior média foi o relacionado a risco, com apenas 2,77, com as notas variando entre 1,8 e 4.

De acordo com Silva, um dos principais pontos críticos foi a falta de independência das equipes de risco, com alguns gestores apresentando nota 1. "A independência é fundamental para garantir que as avaliações e as ações tomadas sejam imparciais e focadas exclusivamente na proteção dos interesses dos investidores", afirma.

Já na radiografia de assets que atuam com multimercados, apesar de a média final também ter ficado em 3,5, os itens que compõem a análise diferem das demais estratégias. Houve destaque para a gestão, com a maior nota para o processo de decisão, com média de 3,6. A abordagem de risco também foi um pouco melhor, com média de 3,2, com as notas variando entre 2,6 e 3,6.

De acordo com Salgo, o que as gestoras teriam que aprimorar é a distribuição e rateios das ordens nos diversos portfólios de uma mesma estratégia. "Os processos e sistemas precisam ser muito bem assessorados para que não abra margem para transferência de riqueza. Ao selecionar as cerejas, tomar o cuidado de que a escolha não seja feita pela mesa de operações."

Em alguns casos, quando se questiona qual é a forma de controle, acaba-se caindo no velho Excel, com muitos sistemas quebrados por equipes e sem integração do fluxo entre a boleta e a finalização da negociação que atribui determinado ativo a diversas carteiras. "É o 'SAP', o sistema avançando de planilha", brinca Salgo. "Quando você vai avaliar a mesa de operações, vê sistema tomando decisões em cima da rentabilidade, o risco vem a posteriori. Fica claro que o risco não está inserido na tomada de decisao. Risco é alçada."

CVM julga Tanure e outros administradores da Gafisa

Victoria Netto
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) julga, nesta terça-feira, a partir das 15h, seis administradores da construtora Gafisa. O caso, que ocorreu em 2019, envolve o aumento de capital da companhia, com a definição do preço de emissão das novas ações em suposto desacordo com o previsto na Lei das S.A. O processo tem relatoria do presidente da autarquia, João Pedro Nascimento.

Os acusados são Nelson Tanure, Antônio Romanoski, Eduardo Jácome, Leo Simpson, Thomas Reichenheim e Roberto Portella. O **Valor** procurou as defesas, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem. Procurado, Tanure encaminhou um contato para a defesa da Gafisa. A companhia informou que não vai se pronunciar até o julgamento.

Portella, que foi presidente da Gafisa e, à época, era diretor de relações com investidores da companhia, também é acusado por supostamente não divulgar os critérios adotados e a base legal para os preços definidos.

De acordo com o relatório do processo, em 9 de abril de 2019, o conselho da Gafisa aprovou o aumento do capital social da companhia no valor de até R$ 71,03 milhões, por meio de novas ações ordinárias, em operação de subscrição privada. No dia 15 daquele mês, a companhia divulgou aviso aos acionistas com os termos e condições da operação.

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) identificou a falta de informações e documentos exigidos pela Lei S.A e pela Instrução CVM 480. Entre as irregularidades, estavam a previsão de três preços diferentes para a emissão de ações e a ausência de clareza sobre os critérios usados para definir esses preços.

> **R$ 6,02**
> **era o preço-base por ação da Gafisa no aumento de capital**

A Gafisa republicou o aviso, explicando que o preço-base por ação seria de R$ 6,02, com bônus escalonados, resultando em preços menores para quem exercesse o direito de preferência ou participasse das sobras. A justificativa da empresa foi baseada na rentabilidade futura e no valor das ações no mercado, aplicando um desconto para tornar o preço mais atrativo.

A companhia seguiu com o aumento de capital e apresentou recurso à CVM, alegando que havia a necessidade de realizar a operação considerando a capacidade econômico-financeira da companhia à época; reforçou se tratar de um único preço de emissão sujeito a deságio a depender do momento de subscrição; e destacou a regularidade da metodologia utilizada pela companhia para fixação do preço de emissão.

A área técnica da CVM, porém, entendeu que aplicar diferentes preços de emissão para a mesma classe de ações não tem respaldo legal, gerando "tratamento desigual entre os acionistas". Em 2023, o colegiado CVM decidiu, por unanimidade, rejeitar o recurso da Gafisa sobre o caso.

No relatório, a defesa conjunta dos acusados argumenta que, na época da definição dos termos do aumento de capital, a CVM não tinha regras claras sobre a possibilidade de aplicar diferentes preços de emissão para a mesma classe de ações em uma subscrição privada. Alega ainda que as condições oferecidas foram iguais para todos os acionistas e que o escalonamento de preço foi baseado em critérios objetivos.

A defesa também sustenta que o preço teve base em um laudo técnico de uma empresa especializada, e o deságio aplicado estaria alinhado com práticas de mercado e a necessidade urgente de capital. Segundo a defesa, as informações fornecidas aos acionistas eram suficientes para justificar o preço das ações.

Princípios de sucesso para investimentos globais

Palavra do gestor



Marina Valentini

A jornada para começar a investir globalmente envolve vários passos cruciais. O primeiro é avaliar se sua carteira apresenta um forte viés doméstico, já que muitos investidores brasileiros preferem o que é familiar, investindo desproporcionalmente em ativos do próprio país.

Embora o Brasil seja a maior economia da América Latina, ele representa apenas 2% do PIB global e menos de 1% do mercado global de renda variável. No entanto, os investidores brasileiros chegam a alocar até 98% de seus recursos em ativos locais. Essa concentração pode resultar em uma carteira desequilibrada e muito exposta a riscos específicos do mercado brasileiro, além de fechar as portas para oportunidades além das nossas fronteiras.

Por exemplo, o mercado brasileiro tem uma grande exposição a setores como financeiro, materiais e energia. Em contraste, o índice MSCI World oferece uma exposição mais equilibrada a setores como tecnologia e saúde, que estão ligados às grandes tendências globais de crescimento.

Também é importante colocar em perspectiva o tamanho do mercado de renda fixa brasileiro comparado a outros mercados. Em 2023, o estoque combinado de títulos públicos e corporativos nos Estados Unidos totalizou US$ 43 trilhões, representando 160% do seu PIB. No Brasil, essa combinação somou em torno de US$ 2 trilhões, um pouco menos que 100% do seu PIB. A história é semelhante no mercado de ações, já que o mercado brasileiro é pequeno e oferece menos liquidez em comparação a muitos outros mercados globais. Além dos Estados Unidos, existem inúmeras oportunidades de diversificação em outras regiões como Europa, Japão, China e outros mercados emergentes.

O segundo passo, após entender o quanto nos rendemos ao viés doméstico, é ampliar o universo de investimentos. Uma forma de fazer isso é buscar acesso às empresas e setores de maior crescimento do mundo, que normalmente estão fora do Brasil. O índice MSCI All Country World, por exemplo, inclui 2.921 empresas, das quais apenas 48 são brasileiras, representando apenas 1,6% do índice. As maiores empresas do mundo neste índice, como Apple, Microsoft e Amazon, estão ligadas às maiores tendências globais, como inovação em tecnologia e saúde. Em contrapartida, as maiores empresas brasileiras tendem a ser as mesmas ao longo dos anos e não acompanham o mesmo crescimento.

O próximo passo seria escolher uma alocação de ativos apropriada ao nosso perfil de risco, integrando tanto ativos locais quanto globais. Uma carteira global diversificada ajuda a ter uma jornada mais suave e menos volátil para navegar os períodos de dificuldade do mercado. Também é preciso considerar e monitorar o risco de cada carteira. O investimento global pode ajudar a diversificar a exposição a diversos riscos, mesmo com ativos que são considerados mais conservadores, como a renda fixa. Embora o Brasil não tenha enfrentado uma crise de dívida desde os anos 90, é sempre importante reconhecer o risco de diferentes cenários extremos para qualquer país, como uma deterioração fiscal ou falência do governo. Os investidores brasileiros que possuem uma grande alocação em renda fixa nacional devem estar cientes de sua exposição aos diversos riscos locais e considerar alternativas globais para diversificação.

Além disso, exposição a outras moedas é um dos benefícios mais importantes do investidor global, especialmente quando a moeda local pode flutuar muito. Por isso, o passo seguinte seria entender a exposição ao dólar. Entre 2014 e 2023, o dólar americano teve uma valorização anualizada de 8% contra o real, proporcionando um retorno adicional significativo para os investidores expostos a ativos globais.

Uma vez que o investidor já decidiu investir fora, definiu os ativos e regiões e avaliou a exposição desejada a outras moedas, ele enfrenta outra escolha crucial: selecionar o melhor gestor para sua carteira. Essa decisão importante pode ter um grande impacto nos resultados, dado que existe uma dispersão significativa nos retornos entre diferentes gestores.

Por fim, é necessário um planejamento sólido para navegar períodos de volatilidade, evitando reações baseadas em emoções. Ao julgar o sucesso da carteira de investimentos, é muito importante ter um horizonte de longo prazo. Enquanto mercados podem ter um mês ou até um ano difícil, investidores têm menos probabilidade de sofrer perdas em períodos mais longos. No curto prazo, a volatilidade faz parte — nesses momentos de turbulência é fundamental permanecer investido, pois o "market timing" (a entrada e saída frequente de ativos) tem efeitos desastrosos no retorno individual. De olho no horizonte, e com um bom piloto, os investidores globais conseguem ir muito mais longe.

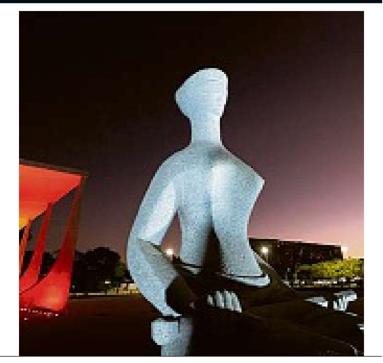
Marina Valentini é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset
E-mail
marina.valentini@jpmorgan.com

TRT-SP
Conluio para burlar lei de cotas gera condenação por litigância de má-fé
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Sucessão em fundo fechado: quando incide o IR?
E2

STF
Ministros mantêm tributação sobre vinil importado
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Processual É a primeira vez que uma das turmas de direito privado se pronuncia especificamente sobre o assunto, segundo especialistas

STJ afasta aplicação das normas do CPC em processo arbitral

Luiza Calegari
De São Paulo

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que não se aplica o Código de Processo Civil (CPC) na arbitragem. Por unanimidade, os ministros da 3ª Turma afastaram a nulidade de uma sentença arbitral por entenderem que eventuais lacunas no processo arbitral só podem ser supridas com as normas do CPC se a medida for acordada previamente entre as partes.

É a primeira vez, segundo especialistas, que uma das turmas de direito privado do STJ se pronuncia especificamente a respeito da aplicação subsidiária do CPC (Lei nº 13.105, de 2015). A decisão, dizem, é um importante precedente contra pedidos de anulação de arbitragens.

Com o julgamento, ficou mantida a participação de um preposto de uma das partes — no caso, um representante de uma das empresas — como tradutor. Conforme os autos, a prática teria sido admitida pelo árbitro, em diálogo com as partes, assegurando que qualquer divergência sobre a tradução poderia ser questionada dentro do próprio procedimento arbitral. Já com base no Código de Processo Civil, o tradutor deveria ser um terceiro sem relação com as partes.

Durante a arbitragem, uma das partes julgou necessário chamar um tradutor de mandarim para que pudessem ser apresentadas duas testemunhas chinesas, que não falam português. A parte que as intimou, a Citic Construções, ficou responsável por traduzir, às próprias custas, os documentos apresentados e os depoimentos prestados em audiência. Para isso, convocou um de seus funcionários.

> "É um daqueles julgados que são mais do que jurisprudência"
> *Selma Lemes*

A Usimec Soluções em Engenharia, a parte contrária, questionou o procedimento. Alegou violação aos artigos 134, 135 e 138 do Código de Processo Civil, e teve seu pedido atendido tanto em primeira instância, na 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, quanto no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

No STJ, porém, prevaleceu o voto do relator, ministro Marco Aurélio Bellizze. De acordo com ele, o procedimento arbitral é regido "pelas convenções estabelecidas entre as partes litigantes — o que se dá tanto por ocasião do compromisso arbitral ou da assinatura do termo de arbitragem, como no curso do processo arbitral —, pelo regulamento do tribunal arbitral eleito e pelas determinações exaradas pelo árbitro".

Sem uma combinação prévia para uso das regras do CPC em caso de falta de previsão contratual, afirma ele no voto, "não se me afigura possível impor às partes a incidência de tais regramentos, ainda que para suprir uma lacuna no regulamento, em contrariedade à manifestação de vontade por ele expendidas" (REsp 1851324).

Ele acrescenta que a mera estipulação conjunta das partes de que "o árbitro deverá decidir o mérito da controvérsia com base no direito brasileiro" não significa que o CPC deve ser aplicado subsidiariamente.

Para ele, a atuação de um preposto de uma das partes como tradutor não comprometeu o devido processo legal nem "qualquer outro princípio basilar do processo". Não seria possível, diz, considerar a tradução "tendenciosa" ou divergente do que foi efetivamente dito pelas testemunhas.

O advogado Guilherme Rizzo Amaral, do escritório Souto Correa, que representou a parte vencedora, considera a decisão do STJ "paradigmática". "O STJ reafirma a arbitragem como um procedimento no qual impera a flexibilidade e a autonomia da vontade das partes, não se aplicando as regras rígidas do Código de Processo Civil", afirma.


DIVULGAÇÃO
Guilherme Rizzo Amaral: precedente demonstra o total apoio do Judiciário brasileiro ao instituto da arbitragem

Além disso, diz, reconhece que a sentença arbitral não pode ser derrubada por meio da chamada "nulidade de algibeira" — reclamação que a parte deixa para apresentar quando entender ser mais conveniente, para tentar anular, por exemplo, uma sentença desfavorável. "O precedente soma-se a vários outros que têm demonstrado o total apoio do Judiciário brasileiro ao instituto da arbitragem", afirma o advogado.

A 3ª Turma do STJ, como destaca o ministro em seu voto, já tinha decidido que o procedimento arbitral deve correr de acordo com o que foi combinado entre as partes (REsp 1903359), e que o controle judicial da sentença arbitral deve se ater apenas aos aspectos de ordem formal, conforme o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.307, de 1996 (REsp 1636102). Nessa decisão mais recente, porém, é a primeira vez que o colegiado se pronuncia especificamente sobre a aplicação do CPC.

Selma Lemes, advogada e professora especialista em arbitragem, elogiou a decisão do STJ. "É um daqueles julgados que são mais do que jurisprudência, pela qualidade e conteúdo científico. É doutrina em forma de jurisprudência", diz. "Esclarece que arbitragem e processo civil são sistemas diferentes. O consensualismo na arbitragem se sobrepõe ao formalismo do Código de Processo Civil", acrescenta.

Para Gabriel de Britto Silva, advogado, árbitro e integrante da Comissão de Arbitragem da seccional fluminense da Ordem doa Advogados do Brasil (OAB-RJ), o julgamento foi "exemplar e histórico". "A autonomia da vontade das partes é princípio basilar da arbitragem, de modo que a liberdade e flexibilidade das partes em convencionarem sobre a forma de produção da prova é ampla." No procedimento arbitral, completa, "quaisquer lacunas para além da lei de arbitragem, da cláusula, do regulamento da câmara e do termo de arbitragem, são supridas pelo árbitro ou pelo tribunal arbitral".

Dados apontam popularização da arbitragem

De São Paulo

Dados revelam que a arbitragem pode estar se popularizando e passando a ser adotada também por empresas de médio porte. Nos últimos anos, enquanto o volume de processos levados às câmaras arbitrais aumentou, o valor médio das causas caiu, segundo estudo realizado pela Câmara Brasileira de Arbitragem (CBAr) e FTI Consulting, que traz as vantagens desse método alternativo em relação ao Judiciário.

O estudo tem como uma das principais fontes de dados o levantamento "Arbitragem em Números", coordenado pela advogada e professora Selma Lemes. A última edição aponta um aumento de 31% das arbitragens em andamento nas oito maiores câmaras de arbitragem entre 2007 e 2022, o que equivale a um crescimento médio de 5% ao ano.

Mostra ainda que, em 2022, os 336 novos casos que chegaram às câmaras arbitrais tinham valor médio de R$ 118 milhões cada. Esse montante corresponde a cerca de metade do valor médio dos casos iniciados na arbitragem em 2017 — que era de R$ 238 milhões.

Desde 2002, o volume de novos casos vem crescendo cerca de 11% ao ano, segundo dados consolidados pela CBAr e pela FTI Consulting. Esse levantamento leva em conta apenas as três câmaras arbitrais que divulgam publicamente esse tipo de estatística no país: a CAM-B3, a CAM-CCBC e a Ciesp/Fiesp. Em 2002, o volume de casos arbitrais era simbólico, de apenas 20 processos. Já em 2022, o último ano contabilizado, 171 novos processos foram apresentados às câmaras.


DIVULGAÇÃO

> "Questão temporal torna o Judiciário a alternativa mais cara"
> *Leonardo Florencio*

Para a CBAr e a FTI Consulting, o crescimento no volume de casos e a redução do valor médio de cada um deles indicam uma tendência de ampliação da arbitragem, com maior acesso de determinados segmentos e menor concentração em grandes disputas.

Leonardo Florencio, senior managing director de economic consulting da FTI Consulting, afirma que é difícil calcular se o valor médio das causas, no patamar atual, atingiu uma espécie de "piso", já que a compilação desse tipo de dado ainda é muito recente, e os levantamentos não abrangem todas as câmaras arbitrais.

Nesse contexto, uma pesquisa conduzida em 2021 por Heitor Sica, professor de Direito Processual na USP, e Wilson Pimentel, advogado e professor de Direito Processual Civil na FGV Direito Rio, mostra que a arbitragem é economicamente vantajosa para casos de mais de R$ 10 milhões, com a partir de 10% de chance de êxito no litígio. Para casos acima de R$ 50 milhões, aponta a pesquisa, a arbitragem sai mais barata do que o Judiciário, tanto para a parte vencedora quanto para a perdedora.

A explicação, segundo os pesquisadores, está no fato de que, no Judiciário, algumas despesas são irrecuperáveis — só aumentam conforme a duração do processo. "O Judiciário tende a ter um prazo médio de duração do processo muito mais longo, o que naturalmente acaba gerando custos por mais tempo. Só essa questão temporal pode tornar o Judiciário a alternativa mais cara", afirma Leonardo Florencio.

As custas nos dois tipos de processo também passam a impressão de que a arbitragem é um procedimento necessariamente mais caro, mas, diz Wilson Pimentel, considerando o custo global das operações, o cenário muda. De acordo com ele, a primeira diferença é que nos processos judiciais os honorários contratuais jamais são reembolsados, enquanto na arbitragem é possível pactuar esse ressarcimento.

Além disso, na Justiça, acrescenta, quem perde arca com os honorários de sucumbência, que representam de 10% a 20% do valor da causa, o que pode atingir patamares exorbitantes em causas de alto valor e complexidade.

"A impressão de que a arbitragem é mais cara se deve à comparação entre o quanto cobram as câmaras e os árbitros em relação ao que os tribunais cobram", afirma Pimentel. "Mas se somar os custos totais, até o final do processo, a arbitragem sai mais barata em conflitos de a partir de R$ 500 mil, R$ 1 milhão", estima.

A popularização recente da arbitragem entre empresas de médio porte também pode estar ligada, conforme Heitor Sica, a uma estratégia de câmaras arbitrais mais novas de reduzir os custos globais dos processos, justamente para atrair atores deste segmento.

"Antigamente, as câmaras mais consolidadas eram internacionais, cobravam em dólares, com taxas e remunerações de árbitros mais altas. E hoje há novas câmaras que surgiram com essa proposta, de pagar um pouco menos para os árbitros para se consolidar como uma opção mais barata", afirma Sica, que atua como árbitro em mais de uma câmara. "Tenho visto com alguma frequência litígios de cerca de R$ 1 milhão sendo levados para a arbitragem, coisa que não acontecia até cinco anos atrás."

Apesar de todo o crescimento, a possibilidade de questionamento judicial da sentença arbitral ainda assombra os interessados em testar uma alternativa. Um estudo conduzido pela FGV, com resultados divulgados em junho, mostrou contudo que, nos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Corte manteve a sentença arbitral em 68,9% dos pedidos. Em 13,1% dos processos, a sentença foi integralmente anulada; em 8%, foi parcialmente anulada. Os demais 10% dos casos tratavam de outras questões.

A advogada e professora Selma Lemes avalia que esse grau de questionamento está em consonância com o que já acontece no Judiciário. "A previsão de questionamento judicial faz parte do sistema, já que não há possibilidade de recurso no próprio procedimento arbitral. E funciona assim no resto do mundo."

Mas, segundo ela, fora das hipóteses de impugnação do artigo 32 da Lei da Arbitragem (nº 9.307, de 1996), as sentenças arbitrais costumam ser elogiadas pelos magistrados especializados, como os das Câmaras de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, por sua qualidade técnica e profundidade jurídica.

O risco de que uma maior penetração da arbitragem traga com ela todos os problemas hoje enfrentados pelo Judiciário não preocupa os especialistas. Segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada magistrado brasileiro julgou, em 2023, uma média de 2.063 processos, o que se traduz em 8,6 casos por dia útil. Na arbitragem, cada árbitro costuma cuidar, em média, de 6 processos por vez, segundo as estimativas do CBAr e da FTI Consulting.

"Ainda que a arbitragem se popularize muito e o número de casos por árbitro dobre ou triplique, o volume ainda será infinitamente menor do que aquele a que os juízes têm de se dedicar", diz Florencio. "É preciso cuidado para não incorrer nos mesmos problemas do Judiciário, mas a arbitragem ainda tem espaço para crescer."

De acordo com Selma Lemes, a acomodação é inevitável, porque o próprio Judiciário, sobrecarregado, precisa de ajuda para lidar com o atual volume de processos. Mas, para ela, questões societárias, de infraestrutura, devem continuar sendo direcionadas para a arbitragem, e litígios de menor complexidade econômica, para outros canais mais adequados, como mediação ou conciliação. "É preciso ressignificar o papel do Judiciário, priorizar outras coisas. O protagonismo da atuação estatal deve ser para litígios específicos", defende. *(LC)*

INÊS 249

Sucessão em fundo fechado: quando incide o IR?

Opinião Jurídica

Rodrigo Martone e André Torres

Em decisão inédita, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu em agosto que, em não havendo ganho de capital, não deverá incidir o Imposto de Renda (IR) na transmissão por herança de quotas de fundo de investimento constituído sob a modalidade de condomínio fechado. Por unanimidade, um acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, foi reformado pelos ministros do STJ, para dar razão aos contribuintes nesse caso, em detrimento da Receita Federal. Surpreendidos pela cobrança da Receita, os sucessores do fundo entraram com o processo em 2018.

Os fundos de investimento fechados, também chamados de exclusivos, conforme definido em legislação, não admitem resgate de quotas antes do fim do prazo de duração do fundo. Não há, nesses veículos de investimento, pagamento de rendimentos periódicos aos quotistas e a efetiva rentabilidade, portanto, só pode ser auferida ao final do período de aplicação.

Muito embora pareça bastante natural o raciocínio de que, sem ganho de capital, não há acréscimo patrimonial e, portanto, não há fato gerador do Imposto de Renda, esse debate vinha ganhando proporções relevantes e impactando significativamente o mercado dos chamados "family offices", que são serviços privados de consultoria em gerenciamento de patrimônio. A decisão do STJ, em boa hora, confere segurança jurídica à atividade de planejamento patrimonial e sucessório, uma das principais funções de fundos exclusivos, que não são apenas usados como veículos de investimento pelas famílias de alta renda.

O debate surgiu a partir de posicionamento da Receita Federal que, por meio de ato normativo próprio, que poderia apenas regular o tema, impôs restrição indevida ao determinar a retenção na fonte do Imposto de Renda sobre transferências financeiras feitas pelos bancos em decorrência de "sucessão causa mortis", isto é, da sucessão que decorre do falecimento do titular das quotas.

Essa previsão normativa da Receita Federal, contudo, não possuía respaldo na legislação vigente quando da sua edição: conforme definia o artigo 28, parágrafo 6º, da Lei nº 9.532/97, no caso dos fundos de investimento em condomínio fechado, o Imposto de Renda somente seria calculado no momento do resgate, da amortização ou da alienação de quotas em valores superiores ao custo de aquisição, ao final do prazo previsto para a duração do fundo. Esse cenário permaneceu inalterado até a publicação da recente Lei nº 14.754, em 12 de dezembro de 2023, que passou a prever a tributação periódica também dos fundos fechados.

Até então, o legítimo exercício da opção de transferir as quotas pelo valor da declaração de bens e direitos do falecido, sem ganho de capital, nos termos do artigo 23 da Lei nº 9.532/97, deveria resultar, necessariamente, na não incidência do Imposto de Renda no momento da mera transmissão, seja pela ausência de acréscimo patrimonial, seja pela ausência de qualquer disponibilidade (econômica ou jurídica) sobre o valor das quotas, que só poderiam ser resgatadas ao final do prazo de duração do fundo.

Os contribuintes, no entanto, enfrentavam dificuldades junto às administradoras desses fundos para evitar a retenção do imposto, sendo necessário buscar o Poder Judiciário de forma preventiva para afastar a tributação. E, uma vez judicializado o tema, novos desdobramentos surgiram, como a equivocada aplicação aos fundos de investimento em condomínio fechado de normas que regulavam a tributação de fundos de rendimentos periódicos — dentre eles o artigo 65 da Lei 8.981/95, que equiparava, para fins da tributação desses rendimentos, a transmissão hereditária a uma espécie de alienação.

A decisão do STJ, finalmente, esclarece os limites da tributação dos fundos de investimento em condomínio fechado e, na prática, valida uma estrutura de planejamento patrimonial e sucessório historicamente utilizada por investidores nesses fundos e que assegura aos herdeiros o direito de se submeter à tributação somente no momento do efetivo ganho de capital, evitando-se, assim, uma dupla oneração no momento da transmissão, que já é tributada pelo ITCMD.

Inúmeros planejamentos patrimoniais feitos nas últimas décadas poderão se beneficiar do entendimento agora firmado pelo STJ, embora seja importante considerar que a decisão não foi firmada sob o rito especial dos recursos repetitivos e, por isso, tem eficácia apenas entre as partes do processo. Ainda que respaldados pelo precedente, contribuintes investidores que tiveram suas quotas em fundos de investimento em condomínio fechado recebidas em transmissão hereditária nas últimas décadas ainda necessitam discutir judicialmente, em processos individuais, o direito de não tributá-las no momento da transmissão, inclusive com a possível recuperação de valores retidos a esse título, caso a retenção tenha sido feita por ocasião do recebimento da herança.

Avaliamos que a interpretação recente da Corte sobre a cobrança do IR em transmissões por herança de quotas de fundos fechados traz conforto para a atividade de todos os family offices, que cuidam de planejamentos patrimoniais e sucessórios. Contudo, para que o entendimento do STJ possa valer para todo o país, seria necessário um elevado volume de processos para que o órgão tome uma decisão vinculante, algo que pode levar anos.

Rodrigo Martone e André Torres são, respectivamente, sócio e associado da área tributária do escritório Pinheiro Neto Advogados

STF forma maioria em discussão sobre medicamentos

Flávia Maia
De Brasília

Dois importantes julgamentos sobre a judicialização do fornecimento de medicamentos têm maioria formada entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O andamento demonstra que a Corte deve estabelecer como regra que medicamentos que não constam na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) não devem ser fornecidos por decisão judicial, independentemente do custo. No entanto, haveria exceções: como a comprovação de evidências científicas sobre a eficácia do medicamento, a negativa administrativa e a inexistência de tratamento alternativo no SUS.

Também estão sendo validados os termos firmados entre União, Estados e municípios que definem as proporções de pagamento da conta da judicialização para cada ente federado. Essa discussão envolve casos de pacientes que conseguiram medicamentos já autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas ainda não incorporados à lista do SUS. A partir da convergência desses dois julgamentos, o STF vai editar uma súmula vinculante — que deverá ser seguida pelos tribunais de todo o país.

Os dois julgamentos estão em Plenário Virtual até sexta-feira. Está prevalecendo o voto do ministro Gilmar Mendes, que foi seguido por Edson Fachin, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Em um dos julgamentos, há divergência do ministro aposentado Marco Aurélio.

Os ministros veem a judicialização da saúde como um tema complexo: de um lado está a urgência em oferecer tratamento adequado às doenças e, do outro, a desestruturação da política pública de saúde, pois o Estado precisa arcar com os custos de uma demanda judicial em detrimento ao planejado. Mas com a maioria formada nos dois processos, o STF dá uma resposta após uma espera de mais de 15 anos.

A discussão sobre a obrigatoriedade do Estado fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo começou em 2007, por meio do Tema 6. Em 2020, o STF desobrigou o Estado, mas ficou pendente a tese em repercussão geral com critérios e exceções. Iniciada a votação, o ministro Gilmar Mendes pediu vista.

Agora, quatro anos depois, Mendes devolveu a vista conjuntamente com outro processo de sua relatoria, o Tema 1234, que discutia a competência judicial dos entes federados para arcar com a compra dos medicamentos.

O tema foi levado a uma conciliação por intermédio do gabinete do ministro Gilmar Mendes entre setembro de 2023 e maio de 2024. O acordo firmado prevê, entre outros pontos, que a União arque com 65% dos custos e os governos estaduais, com 35%, no caso de medicamentos não incorporados ao SUS com preços variando entre 7 e 210 salários mínimos (R$ 9.884 a R$ 296.520). Acima de 210 salários mínimos, o custeio integral será feito pela União e abaixo de 7 salários mínimos a responsabilidade será dos Estados.

Segundo dados apresentados durante a conciliação, a União gastou, em média, R$ 1,8 bilhão em judicialização da saúde em 2022 e R$ 2,2 bilhões em 2023. Um total de Estados e o Distrito Federal calcula R$ 1,7 bilhões em 2022.

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES** — CashMe

DATA: 1º Público Leilão: 17/09/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 19/09/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 34.175.529/0001-68, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 29/12/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 91, LOCALIZADO NO 9º ANDAR, EDIFÍCIO RESIDENCIAL "COSTA BRAVA",** situado à Rua Mário Augusto do Carmo, nº 420 e Rua João Batista Mendo, no 26º Subdistrito – Vila Prudente, São Paulo/SP. Áreas: Útil ou Privativa: 258,90m², na qual está incluído um depósito no subsolo; Comum de Divisão Não Proporcional: 96,80m², correspondente ao direito de uso de 04 vagas, para abrigar igual número de veículos de porte médio na garagem; Comum de Divisão Proporcional: 168,65m²; Construída: 524,35m²; Fração Ideal do Terreno de 0,079000. Matrícula Imobiliária nº 132.337 do 6º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 051.323.0047-2. Consolidação da propriedade 06/08/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.862.132,00. 2º Leilão: R$ 861.287,42**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Consta Ação Execução de Título Extrajudicial – Duplicata – Processo nº 1002166-27.2024.8.26.0008 da 2ª Vara Cível do Foro Regional VIII – Tatuapé na Comarca de São Paulo/SP, averbada sob o nº 09 da matrícula e Ação de Execução de Título Extrajudicial – Processo nº 1011491-60.2023.8.26.0008 da 4ª Vara Cível do Foro Regional VIII – Tatuapé na Comarca de São Paulo/SP, averbada sob o nº 10 da matrícula, cujas baixas ficarão a cargo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ISOMÉTRICA COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 66.102.682/0001-51, por seu sócio, administrador e também fiador VINICIUS BOCCIA ANDREATTA, CPF nº 387.221.238-90, comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1º PÚBLICO LEILÃO: 23/SETEMBRO/2024, ÀS 10:00 H - 2º PÚBLICO LEILÃO: 23/SETEMBRO/2024, ÀS 11:00 H - Leilão Online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária e Comitente: **ONE ARTUR DE AZEVEDO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.**, inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 32.167.982/0001-05**, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com o art. 63, parágrafo 1º ao 5º da Lei Federal nº 4.591/64 e incisos VI e VII do art. 1º da Lei Federal nº 4.864/65 e demais disposições aplicáveis à matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compromisso de Venda e Compra, datado de 02 de outubro de 2021, na cidade de São Paulo/SP, relativo às frações ideais de terreno e parte construída correspondente a unidade autônoma: **APARTAMENTO Nº 102, LOCALIZADO NO 10º ANDAR, DA TORRE EDGE PINHEIROS, DO CONDOMÍNIO EDGE PINHEIROS**, com direito ao uso de 03 (três) vagas de garagem sob nºs 117, 121 e 122, localizadas no 3º subsolo e 01 (um) depósito, situado na Rua Artur de Azevedo, nº 1.815 e Rua Antônio Bicudo, nº 100, Pinheiros, município de São Paulo/SP, com as seguintes áreas: área privativa total de 263,680m2, (sendo 230,900m2 de área privativa principal, 29,700m2 correspondente a 03 vagas de carros cobertas localizadas na garagem coletiva do condomínio, e 3,080m2 correspondente a 01 deposito localizado na garagem coletiva do condomínio, e área comum de 149,004m2 (sendo 122,824m2 de área coberta e 26,180m2 de área descoberta), perfazendo a área total de 412,684m2 e a área edificada de 386,504m2, correspondendo a fração ideal no solo de 0,014743 e nas outras partes do condomínio. Matrícula imobiliária nº 159.584 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 4.454.518,92. 2º LEILÃO: R$ 4.050.653,16.** Imóvel desocupado, eventual ocupação irregular, desocupação a cargo do arrematante. Existem débitos de IPTU e taxas condominiais. O arrematante pagará: o lanço a vista; 5% de comissão do leiloeiro; débitos IPTU/condomínio/água/luz; custas cartoriais; impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura; as despesas a partir da arrematação e sub-rogará nos direitos e obrigações dos títulos originários. Hipotecas serão baixadas em até 180 dias do pagamento da arrematação. A venda será feita em caráter *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. **A COMITENTE TERÁ PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO BEM.** Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação do imóvel, não podendo alegar desconhecimento. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1º Público Leilão: 25/SETEMBRO/2024, às 11:00h | 2º Público Leilão: 26/SETEMBRO/2024, às 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MASA VINTE E OITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 19.641.452/0001-80,** venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 26 de agosto de 2020, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 37, LOCALIZADO NO 3º PAVIMENTO, DA TORRE II - MIAMI, DO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FLÓRIDA BARUERI"**, situado na Rua Anibal Correa, nº 193, Bairro Votupoca, Barueri/SP, que assim se descreve: área privativa 60,520m2, área comum 33,006m2, já incluída a área correspondente a 01 (uma) vaga de garagem, perfazendo a área total 93,526m2 e fração ideal no terreno de 0,0031370 ou 0,31370%. CCM: 23213.51.33.0001.02.029.1. Matrícula imobiliária nº 212.824 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. Consolidação da propriedade em 21/08/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 494.223,51. 2º LEILÃO: R$ 659.397,73.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Diego de Souza Brito, CPF nº 333.364.858-00 e Isabel Cristina Rosa de Souza, CPF nº 330.674.488-39,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Bradesco Capitalização S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.010.851/0001-74 – NIRE 35.300.331.354

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 28.3.2024

Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 9h15, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP - CEP 06472-900, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para secretário. Os membros deste Conselho, reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (28.3.2024), assinam a presente Ata, que servirá como termo de posse, todos terão mandato de 3 (três) anos, permanecendo no exercício de suas funções até a posse dos novos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027. Em seguida, os Conselheiros: 1) de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam a eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores Luiz Carlos Trabuco Cappi e Samuel Monteiro dos Santos Junior, respectivamente; 2) estando vencido o mandato da atual Diretoria, os Conselheiros, atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, procederam a eleição dos membros que integrarão o referido Órgão, tendo sido reeleitos os senhores: ***Diretor-Presidente: Jorge Pohlmann Nasser***, brasileiro, casado, securitário, RG 36.651.358-8/SSP-SP, CPF 399.055.270/87; ***Diretores Gerentes: Américo Pinto Gomes***, brasileiro, casado, securitário, RG 65.168.400-6/SSP/SP, CPF 749.510.847/91; ***Gedson Oliveira Santos***, brasileiro, casado, securitário, RG 63.978.640-6/SSP-SP, CPF 261.708.518/05; ***Diretores: Alexandre Nogueira da Silva***, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 62.877.811-9/SSP-SP, CPF 026.251.157/69; ***Antonio Alexandre Arias***, brasileiro, casado, securitário, RG 17.410.616-6/SSP-SP, CPF 101.489.968/09; ***Estevão Augusto Oller Scripilliti***, brasileiro, casado, securitário, RG 28.005.956-5/SSP-SP, CPF 296.558.668/74; ***Valdirene Soares Secato***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 20.310.424-9 /SSP-SP, CPF 131.402.398/58; e ***Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Os Diretores reeleitos: a) preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422, de 11.11.2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; b) firmaram declarações referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; c) terão mandato de 3 (três) anos, até 28.3.2027, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2027; 3) ratificaram, perante à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as designações de Diretor responsável:

Funções da SUSEP
• **Gedson Oliveira Santos** - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e alterações posteriores;
• **Estevão Augusto Oller Scripilliti** - a) pela Área Técnica de Capitalização; b) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Relações com a SUSEP; e d) administrativo-financeiro;
• **Alexandre Nogueira da Silva** - pela Política Institucional de Conduta, no que se refere ao relacionamento com o cliente e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da SUSEP, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução CNSP nº 382, de 4.3.2020;
• **Antonio Alexandre Arias** - a) pelo registro das operações de Capitalização, em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CNSP nº 383, de 20.3.2020; e b) pelo compartilhamento de que trata o artigo 31 da Resolução CNSP nº 415, de 20.7.2021, a qual dispõe sobre a implementação do Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance).

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Octavio de Lazari Junior, Maurício Machado de Minas e Ivan Luiz Gontijo Júnior. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Samuel Monteiro dos S. Junior. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 304.411/24-3, em 16.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

ATA DA 286ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 9.09.2024, às 9h30min, realizada por videoconferência. **II. Presença:** Membros representando a totalidade do Conselho de Administração. **III. Convocação:** 29.08.2024. **IV. Mesa:** Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro. Secretário: Marcelo Campos Ometto. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o voto favorável na Assembleia Geral da controlada São Martinho Terras Imobiliárias S.A ("SMTI"). **VI. Comitês:** O coordenador do Comitê Financeiro reportou aos demais membros desse Conselho os trabalhos e discussões que antecederam essa reunião. **VII. Deliberação**: Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação as matérias da ordem do dia. Os conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade o voto favorável a ser proferido na Assembleia Geral da controlada SMTI, para aprovar a venda de uma gleba de terras de aproximadamente 40.000 m², objeto da matrícula nº 112.182, do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Limeira, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria, que fica autorizada a realizar os atos necessários. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Guilherme Fontes Ribeiro. **Secretário da Mesa**: Marcelo Campos Ometto. **Conselheiros**: Guilherme Fontes Ribeiro. Marcelo Campos Ometto. João Carlos Costa Brega. Mauricio Krug Ometto. Murilo César Lemos dos Santos Passos. Nelson Marques Ferreira Ometto. Olga Stankevicius Colpo. Esta ata é cópia da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 9.09.2024.

Bradseg Participações S.A.

CNPJ nº 02.863.655/0001-19 – NIRE 35.300.158.938

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.7.2024

Data, Hora, Local: Em 15.7.2024, às 13h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Aprovaram a alteração do endereço da sede da Sociedade do Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900 para a Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1701, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, com a consequente alteração da redação do Artigo 3º do estatuto social, proposta pelo Conselho de Administração na reunião daquele Órgão desta data (15.7.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do mencionado dispositivo passa a ser a seguinte: "Artigo 3º) A Sociedade tem sede na Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1701, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP, CEP 06472-020, e foro naquele Município.". ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Banco Bradesco S.A. representado por seus Diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Antonio Campanha Junior. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 306.167/24-4, em 20.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00391865532024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão de Registro de Preços - PERP 90048/2024.
Nº Processo: 024.00054636/2024-70.
Objeto: Registro de preços para Aquisições Futuras de Medicamentos.
Total de Itens Licitados: 07 (sete itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 10/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 11/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 23/09/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00391610632024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº **90167/2024.**
Nº Processo: 024.00117854/2024-22.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais.
Total de itens licitados: 01 (um).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 10/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das propostas: a partir de 11/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das propostas: 24/09/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 23ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 23ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRA ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 10 de outubro de 2024, às 12h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 22 de outubro de 2024, às 12h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 14ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 14ª Emissão da True Securitizadora S.A.("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54 ("Agente Fiduciário"), instituição financeira e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRA ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 09 de Outubro de 2024, às 09h20min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 21 de outubro de 2024, às 09h20min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@planner.com.br , preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 237ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 237ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), da **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001- 88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 03 de outubro de 2024, às 16h45min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 15 de outubro de 2024, às 16h45min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos(a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 275ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 275ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), da **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001- 88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 04 de outubro de 2024, às 11h15min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 16 de outubro de 2024, às 11h15min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos(a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 424ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 424ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 11 de outubro de 2024, às 14h45min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 23 de outubro de 2024, às 14h45min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 330ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 330ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), da **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001- 88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 04 de outubro de 2024, às 17h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 16 de outubro de 2024, às 17h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos(a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 383ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 383ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, **aos 08 de outubro de 2024, às 14h30min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 18 de outubro de 2024, às 14h30min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário spestruturacao@simplificpavarini.com.br e rzf@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 434ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 434ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 14 de outubro de 2024, às 14h30min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 24 de outubro de 2024, às 14h30min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 284ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 284ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 11 de outubro de 2024, às 12h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 23 de outubro de 2024, às 12h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 212ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 212ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 10 de outubro de 2024, às 14h30min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 22 de outubro de 2024, às 14h30min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 467ª E 468ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 467ª e 468ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), da **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001- 88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 08 de outubro de 2024, às 09h40min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 18 de outubro de 2024, às 09h40min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos(a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 480ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 480ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 01 de outubro de 2024, às 14h45min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 28 de outubro de 2024, às 14h45min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 378ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 378ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 11 de outubro de 2024, às 14h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 23 de outubro de 2024, às 14h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 205ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 205ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), da **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001- 88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 04 de outubro de 2024, às 13h30min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 16 de outubro de 2024, às 13h30min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos(a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 426ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 426ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 11 de outubro de 2024, às 15h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 23 de outubro de 2024, às 15h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00391997812024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão de Registro de Preços - PERP 90097/2024.
Nº Processo: 024.00066136/2024-81.
Objeto: Registro de preços para Aquisições Futuras de Medicamentos.
Total de Itens Licitados: 01 (um item).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 10/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 11/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 23/09/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

INÊS 249

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

TRUE

DATAS: 1º Público Leilão: 17/09/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 19/09/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária TRUE SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, [illegible]



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90061/2024 - Objeto: Fornecimento de 2 (dois) Balanceadores de Carga (ADC) do tipo "Appliance" em alta disponibilidade, instalação, configuração, treinamento, Serviço de Consultoria, serviços de garantia e manutenção especializada on site pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 25/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: **WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR**
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais: YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO · INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO · FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 270 LOTES - DIA: 11/09/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 11/09/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

[illegible] - 9BWDB45U7MT012249 - 8A1LZBW2TCL961587 - 93Y5SRD04GJ152948 - 9BFZH55L5F8191513 - 98861110XKK236476 - KNAPC817BD7365028 - 9BWPB45Z9C4116310 - 9BWDH5BZ0NP031370.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 425ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 425ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 01 de outubro de 2024, às 16h00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 28 de outubro de 2024, às 16h00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.49.011 – Licitação nº 011/2024 – Contratação de serviços de publicidade, assim considerados o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 11/09/2024 – Esclarecimentos até 06/11/2024 – Abertura: 13/11/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Bradesco Capitalização S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.010.851/0001-74 – NIRE 35.300.331.354

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 28.3.2024

Data, Hora e Local: Em 28.3.2024, às 9h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Jorge Pohlmann Nasser; Secretário: Américo Pinto Gomes. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer dos Atuários Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.2.2024 no jornal "Valor Econômico", páginas F22 até F26. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta do Conselho de Administração, registrada na Reunião Extraordinária daquele Órgão desta data (28.3.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o capital social em R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), elevando-o de R$682.276.082,00 (seiscentos e oitenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais) para R$712.276.082,00 (setecentos e doze milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social. Em consequência, a redação do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte, após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: Artigo 6º) O capital social é de R$712.276.082,00 (setecentos e doze milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais), dividido em 450.659 (quatrocentas e cinquenta mil, seiscentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$732.404.834,86 (setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos) proposta pelo Conselho de Administração na Reunião daquele Órgão, de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$36.620.241,75 (trinta e seis milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$101.843.312,69 (cento e um milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e doze reais e sessenta e nove centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$593.941.280,42 (quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) para distribuição à Bradesco Seguros S.A., dos quais: (i) R$513.941.280,42 (quinhentos e treze milhões, novecentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) como dividendos, sendo que: a) R$502.901.831,47 (quinhentos e dois milhões, novecentos e um mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos) foram declarados e pagos durante o exercício de 2023; b) R$11.039.448,95 (onze milhões, trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos) deverão ser pagos até 31.12.2024; e (ii) R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) a título de juros sobre o capital próprio declarados e pagos em 27.12.2023; 3) reelegeram, para compor o Conselho de Administração da Sociedade, os senhores: ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e ***Ivan Luiz Gontijo Júnior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 44.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Esclareceu o senhor Presidente que todos os Conselheiros reeleitos: i) preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422, de 11.11.2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; ii) terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos naquela oportunidade; iii) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade; 4) aprovaram para o exercício de 2024, a remuneração global e as verbas previdenciárias para os administradores, no montante de até R$10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais), sendo até R$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) a título de remuneração fixa e variável e até R$4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais) para custeio do plano de previdência. A distribuição das verbas de remuneração e do plano de previdência será deliberada em reunião do Conselho de Administração, conforme determina a letra "l" do Artigo 9º do Estatuto Social. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., senhor Carlos Massao Takauthi - CRC 1SP206103/O-4, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Jorge Pohlmann Nasser; Secretário: Américo Pinto Gomes; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus Diretores, senhores Américo Pinto Gomes e Vinicius Marinho da Cruz. Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nela apostas. aa) Presidente: Jorge Pohlmann Nasser; Secretário: Américo Pinto Gomes. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 304.410/24-0, em 16.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 277ª E 278ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **aos 11 de outubro de 2024, às 11h30min e, caso não seja instalada, em segunda convocação aos 23 de outubro de 2024, às 11h30min, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de setembro de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00392357352024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90046/2024.
Nº Processo: 024.00019828/2024-30.
Objeto: Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de itens licitados: 07 (sete itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 10/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das propostas: a partir de 11/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das propostas: 23/09/2024 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:
PE 2024012000357 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças editoriais para as Edições Sesc. Abertura: 23/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000377 – Serviço de manutenção de piso, do tipo "mosaico português", nas áreas de circulação externa da Unidade Santos. Abertura: 08/10/2024 às 10h30.
PE 2024012000385 – Locação de equipamentos de sonorização, iluminação e projeção para Diversas Unidades. Abertura: 19/09/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

CNPJ nº 06.248.349/0001-23 - NIRE 333.00266996-7

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

[illegible]

Rio de Janeiro/RJ, 10 de setembro de 2024. **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.**

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta-CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Nona Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("9ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **08 de outubro de 2024, às 16 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br. **Ordem do Dia:** A 9ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a não declaração de Vencimento Antecipado por alienação do empreendimento imobiliário Ilha Pura, que tem direitos creditórios cedidos, pela Devedora, para o CRI; **(ii)** a prorrogação do prazo previsto na cláusula 9.2.9 do Termo de Securitização para substituição do Avalista da Operação; e **(iii)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 9ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 9ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 9ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 9ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 10 de setembro de 2024. Diretora de Securitização

megaleilões — 8ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **dos executados e depositário ALEXANDRE GARCIA RENDEIRO DE CARVALHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 287.282.218-69; **ALCISLENE CAVALCANTE DE CARVALHO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 295.556.188-60; **bem como do titular do domínio JOÃO PEDRO DA SILVA FERREIRA SANTOS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 484.248.308-30; **do credor fiduciário BANCO BRADESCO S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12; e **do interessado CONDOMINIO EDIFÍCIO FARME DO MORUMBI**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.280.276/0001-28. **O Dr. Gustavo Dall'Olio**, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **ADRIANO SINTATE e outra** em face de **ALEXANDRE GARCIA RENDEIRO DE CARVALHO e outra - Processo nº 1016681-53.2021.8.26.0564– Controle nº 1053/2021,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, [illegible]

(11) 3149-4600 · www.megaleiloes.com.br